



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE  
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA  
(ILAESP)**

**CIÊNCIA POLÍTICA E SOCIOLOGIA-  
ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICA NA  
AMÉRICA LATINA**

**A SOCIALIZAÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA NO PÓS-ABOLIÇÃO  
DE NÃO TRABALHADORES ASSALARIADOS A AFROEMPREENDEDORES**

**ANA LUIZA ALMEIDA PASSOS**

Foz do Iguaçu  
2020



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE  
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA  
(ILAESP)**

**CIÊNCIA POLÍTICA E SOCIOLOGIA-  
ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICA NA  
AMÉRICA LATINA**

**A SOCIALIZAÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA NO PÓS-ABOLIÇÃO  
DE NÃO TRABALHADORES ASSALARIADOS A AFROEMPREENDEDORES**

**ANA LUIZA ALMEIDA PASSOS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciência Política e Sociologia.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dra. Élen Cristiane Schneider

Foz Do Iguaçu  
2020

ANA LUIZA ALMEIDA PASSOS

**A SOCIALIZAÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA NO PÓS-ABOLIÇÃO:  
DE NÃO TRABALHADORES ASSALARIADOS A AFROEMPREENDEDORES**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciência Política e Sociologia.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dra. Élen Cristiane Schneider  
UNILA

---

Prof. Dra. Maíra Machado Bichir  
UNILA

---

Prof. Dra. Eliene Gomes dos Anjos  
UFRB

Foz do Iguaçu, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

## TERMO DE SUBMISSÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS

NOME COMPLETO DA AUTORA: ANA LUIZA ALMEIDA PASSOS

CURSO: Ciência Política e Sociologia

	Tipo de Documento
( X.. ) graduação	( . ) artigo
(.....) especialização	( X.. ) trabalho de conclusão de curso
(.....) mestrado	(..... ) monografia
(.....) doutorado	(..... ) dissertação
	(..... ) tese
	(..... ) CD/DVD – obras audiovisuais
	(..... ) _____

Título do trabalho acadêmico: A SOCIALIZAÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA NO PÓS-ABOLIÇÃO: DE NÃO TRABALHADORES ASSALARIADOS A AFROEMPREENDEDORES

Nome do(a) orientador(a): Profª. Dra. Élen Cristiane Schneider

Data da Defesa: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

### Licença não-exclusiva de Distribuição

O referido autor(a):

a) Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que o detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.

b) Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento entregue.

Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade Federal da Integração Latino-Americana, declara que cumpriu quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.

Na qualidade de titular dos direitos do conteúdo supracitado, o autor autoriza a Biblioteca Latino-Americana – BIUNILA a disponibilizar a obra, gratuitamente e de acordo com a licença pública *Creative Commons Licença 3.0 Unported*.

Foz do Iguaçu, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Responsável

*Aos meus ancestrais que muito lutaram e  
resistiram para que hoje eu estivesse aqui.*

## AGRADECIMENTO

Esse trabalho é a materialização de diversas inquietações compartilhadas com camaradas que acreditam que a construção de um outro mundo é possível. Agradeço a vocês por essa construção coletiva através das conversas, críticas e provocações.

Agradeço à Universidade Federal da Integração Latino Americana, que me proporcionou um ensino público, gratuito e de qualidade e uma formação para além da sala de aula, que muito me enriqueceu enquanto ser humana.

À Elén Schneider, minha orientadora, agradeço pelo incentivo em minha pesquisa e por apostar em mim ao longo de toda a graduação, e principalmente por demonstrar que é possível fazermos uma ciência com rigor e ainda assim, não perdermos a ternura. Obrigada por tanto!

Às meninas da Orientação Coletiva gostaria de agradecer todo afeto, ajuda e acolhimento. Vocês são mulheres e pesquisadoras incríveis!

À Maíra Bichir agradeço por aceitar compor a banca e por ser uma inspiração de comprometimento com a docência e como pesquisadora. Foi uma honra ter sido sua aluna e ter em minha banca!

À Eliene dos Anjos agradeço por se dispor a compor minha banca, mesmo com todos os contratempos desse período pandêmico. Suas provocações e críticas serão de extrema contribuição para o trabalho. Obrigada!

Agradeço a todos os meus professores e professoras da graduação, por toda dedicação e trabalho. Em especial, gostaria de agradecer a professora Juliana Guanais, que foi grande fonte de inspiração do meu interesse pela sociologia do trabalho.

Aos meus companheiros de graduação que se tornaram grandes amigos Tabata Oliveira, Giovana Alberti, Gabriel Aver, agradeço-lhes pelo afeto, utopias compartilhadas e as tantas alegrias ao longo da caminhada. À Luandra Todero (*in memoriam*) por todos os momentos compartilhados, pela leveza e bravura. Te agradeço, Luandra, por ter sido tanto.

A Sofia Mosquera e Alina Gouvêa pelas tantas inquietações, carinho e confiança. À Amanda Moreno por toda escuta, partilha e camaradagem. *Gracias, chicas!*

Às minhas amigas irmãs, Damaris Starling e Raquel Arvelos as quais sou grata por todo carinho, cuidado e compreensão. Vocês foram essenciais para minha adaptação em Foz. À Yumi Yara, amiga do peito, por todo cuidado, partilha e afeto.

Agradeço imensamente aos meus pais, Dilson e Gaida, que são peças fundamentais na minha vida e que fizeram de tudo para que esse sonho se tornasse realidade. À minha mãe,

mulher forte, desde sempre me impulsionou a conquistar o que eu quisesse. Ao meu pai, pelo afeto e carinho incondicional. Essa conquista é nossa!

Ao meu irmão, Elias, por seu jeito espontâneo e alegre, que sempre se certificou que eu realmente estivesse bem. Obrigada pelo carinho e pelas conversas camaradas.

À Alvaro, *mi cómplice y todo*, por sempre acreditar em mim e me encorajar em todos os meus sonhos. Seu companheirismo e carinho foram essenciais para que eu me mantivesse firme. *Gracias por todo!*

Agradeço à Erika, amiga de longa data a qual tenho muito apreço e carinho, e que me acompanhou em diferentes etapas da minha vida, desde a preparação para o vestibular com a correção das minhas redações e agora se dispôs também à revisão deste. Sou grata a você e a Mel pelo zelo e carinho.

E finalmente, agradeço a todas as pessoas que me acompanharam nessa jornada.

*Se os poderosos  
cada vez mais escravizam,  
os oprimidos  
lutam por liberdade  
É maior a esperança  
de libertação...  
Nem tudo está perdido amigos  
nem tudo está perdido camaradas  
(Solano Trindade)*

PASSOS, Ana Luiza Almeida. **A Socialização da População Negra no Pós-Abolição: De Não Trabalhadores Assalariados a Afroempreendedores**. 2020. 113 p. Trabalho de Conclusão do Curso de Bacharel em Ciência Política e Sociologia – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2020.

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a socialização da população negra escravizada, como não trabalhadores e trabalhadoras formais assalariados no período do pós-abolição, determinando que essa população hoje recorresse ao empreendedorismo como forma de sobrevivência. Dessa maneira, demonstraremos como resistências contra o sistema de exploração e de opressão que atingiu principalmente homens e mulheres negras, e como o empreendedorismo, que é composto em grande parte por mulheres negras, é uma armadilha do sistema para marginalizar ainda mais a vida da população, mas principalmente da população preta e pobre. Por isso, a reestruturação do mundo do trabalho que aconteceu nos anos 70s remodelando as formas de trabalho com precarizações e informalidade, atingiu principalmente a população negra que já ocupava os modelos de trabalhos informais e precários. Para a realização do trabalho optamos por uma metodologia qualitativa, portanto, foram feitas revisões bibliográficas a partir de teorias e obras que tratam sobre os temas, os quais foram analisados e sistematizados. Análises de dados estatísticos também fizeram parte do trabalho, a fim de complementarem empiricamente as teorias e conceitos. E por fim, entrevistas semi-estruturadas foram feitas com afroempreendedoras para entendermos a realidade dessa categoria. Assim, a partir das análises dos documentos foi possível inferir que a classe trabalhadora negra se constituiu na informalidade, uma vez que fora preterida no mercado formal assalariado, e que o senso de coletividade é uma das grandes características do afroempreendedorismo hoje.

**Palavras-chave:** Abolição. Socialização. Precarização. Empreendedorismo.

PASSOS, Ana Luiza Almeida. **La Socialización de la Población Negra en el Período Posterior a la Abolición: De no trabajadores asalariados a Afroempreendedores.** 2020. 113 p. Trabajo de Conclusión de Curso en Ciencia Política y Sociología – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2020.

## RESUMEN

El presente trabajo tiene como objetivo analizar la socialización de la población negra ex esclava, como no trabajadores y trabajadoras formales asalariados en el periodo post abolición, condicionando a esa población a recorrer al emprendimiento como forma de sobrevivencia. De esta manera, se mostrarán resistencias contra el sistema de explotación y opresión que alcanzaba principalmente hombres y mujeres negras y como el emprendimiento, que es en su mayoría compuesto por mujeres negras, es una armadilla del sistema para marginalizar más la vida de la población, principalmente pobres y negros. Por eso la restructuración del mundo del trabajo que sucedió en los años 70 remodelando las formas de trabajo con precarización e informalidad, alcanzó principalmente la población negra que ya ocupaba los modelos de trabajo informales y precarios. Para la elaboración de este trabajo se optó por una metodología cualitativa, fue efectuada una revisión bibliográfica a partir de teorías y obras relacionadas al tema, los cuales fueron analizados y sistematizados. También se realizó análisis de datos estadísticos a fin de complementar empíricamente las teorías y conceptos. Finalmente, se efectuaron entrevistas semiestructuradas con afro emprendedoras para tener una mejor comprensión de la realidad de esa categoría. Así, inferimos que la clase trabajadora negra se constituye en la informalidad, una vez que fueron separados del mercado formal asalariado, y también que el censo de colectividad es una de las grandes características del afro emprendimiento.

**Palabras clave:** Abolición. Socialización. Precariedad. Emprendimiento.

PASSOS, Ana Luiza Almeida. **The Socialization of the Black Population in the Post-Abolition: From Non-Salaried Workers to Afro-Entrepreneurs.** 2020. 113 p. Bachelor's Degree Work in Political Science and Sociology – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2020.

### **ABSTRACT**

The present work has the objective to analyze the socialization of the ex-enslaved black population, as non-worker, and formal wage workers in the post-abolition period, determining that this population today resort to entrepreneurship as a way of survival. In this way, we will demonstrate how resistance against the system of exploitation and oppression that has hit mainly black men and women and, how entrepreneurship, which is composed mostly of black women, it is been a trap of the system to keep marginalizing the lives of the population, especially black and poor. For this reason, the restructuring of the world of work that happened in the 1970s, remodeling the forms of work with precariousness and informality, reached mainly the black population that already occupied the models of informal and precarious work. To perform this work, we opted for a qualitative methodology, therefore, bibliographic reviews were made based on theories and works dealing with the themes, which were analyzed and systematized. Analyzes of statistical data were also part of the work to empirically complement the theories and concepts. Finally, semi-structured interviews were conducted with Afro-entrepreneurs to understand the reality of this category. Thus, based on the analysis of the documents, it was possible to conclude that the black working class was constituted in informality, since it had been neglected in the formal wage market, and that the sense of collectivity is one of the great characteristics of Afro-entrepreneurship currently.

**Key words:** Abolition. Socialization. Precariousness. Entrepreneurship.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Escravos em terreiro de uma fazenda de café na região do Vale do Paraíba.....	26
Figura 2 – Definições raciais em livro didático.....	37
Figura 3 – Propaganda do creme dental Gessy.....	40
Figura 4 – A Redenção de Cam.....	43
Figura 5 – Negras cozinheiras, vendedoras de angu- Jean Baptiste Debret .....	82
Figura 6 – Divulgação do Festival Feira Preta 2019 .....	88
Figura 7 – Mapa de localização do Memorial da América Latina .....	89

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População estrangeira e brasileira naturalizada, censo 1920 .....	32
Tabela 2 – Afetividade e a rejeição à população preta .....	42
Tabela 3 – Diferença racial no mercado de trabalho .....	52
Tabela 4 – Ocupações de trabalho por cor .....	68
Tabela 5 – Percentual dos empreendedores iniciais segundo as motivações para iniciar um novo negócio .....	78

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRASCO	Associação Brasileira de Saúde Coletiva
ANCEABRA	Associação Nacional dos Coletivos de Empresários e Empreendedores Afrobrasileiros
CEABRA/SP	Coletivo de Empresários e Empreendedores Afrobrasileiros
GEM	Global Entrepreneurship Monitor
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MNU	Movimento Negro Unificado
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
REAFRO	Rede de Afroempreendedores

## SUMÁRIO

<b>1.</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	16
<b>2.</b>	<b>A CONSTRUÇÃO DA PESSOA NEGRA COMO NÃO-TRABALHADORA</b> .....	20
2.1.	SOCIALIZAÇÃO E O SER SOCIAL .....	21
2.2.	COLONIZAÇÃO E ESCRAVIZAÇÃO: A HISTÓRIA COMO DETERMINANTE DO HOJE .....	23
2.3.	PÓS-ABOLIÇÃO: DO(A) [NÃO] TRABALHADOR(A) NEGRO(A) AO ESQUECIMENTO.....	27
2.3.1.	O mito da democracia racial e a eugenia .....	31
2.3.2.	Miscigenação e ascensão social .....	41
2.4.	O TRABALHO, CAPITALISMO E O(A) NEGRO(A) EX-ESCRAVIZADO(A).....	46
<b>3.</b>	<b>RESISTÊNCIAS NEGRAS CONTRA O CAPITAL: FLEXIBILIZAÇÃO E EMPREENDEDORISMO</b> .....	53
3.1.	LAUDELINA DE MELO CAMPOS E MINERVINO DE OLIVEIRA: LUTA E RESISTÊNCIA .....	55
3.2.	MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO E A REESTRUTURAÇÃO DO MUNDO DO TRABALHO .....	65
3.3.	INFORMALIDADE E EMPREENDEDORISMO.....	70
3.3.1.	Superexploração e o trabalhador negro na informalidade.....	72
3.3.2.	Precarização e empreendedorismo .....	74
<b>4.</b>	<b>A PROBLEMÁTICA DO AFROEMPREENDEDORISMO COMO ALTERNATIVA</b> .....	81
<b>4.1.</b>	<b>MAS O QUE É AFROEMPREENDEDORISMO?</b> .....	85
4.2.	A FEIRA PRETA.....	87
4.3.	ENTREVISTAS: MULHERES NEGRAS – MAIORIA ENTRE OS AFROEMPREENDEDORES .....	93
4.3.1.	Classe: o senso de coletividade entre as(os) afroempreendedoras(es).....	94
4.3.2.	Racismo como categoria inerente à classe .....	99
4.3.3.	Eu, mulher negra, e a constante informalidade/vulnerabilidade .....	101
<b>5.</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	104
<b>6.</b>	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	107
<b>7.</b>	<b>APÊNDICE A</b> .....	113

## 1. INTRODUÇÃO

Há alguns anos uma boa parcela da população negra brasileira tem feito parte da categoria empreendedores, nesse caso como afroempreendedores, que nada mais é do que uma maneira de sobrevivência da população negra, maioria entre os trabalhadores informais. Dessa maneira, empreender significa, para a população negra, além de sobrevivência, um resgate ancestral e cultural. No entanto, é necessário entender as consequências que levaram essa população aos maiores índices de informalidade, chegando hoje a serem 50% dos empreendedores do país (SEBRAE, 2015, p. 11).

O passado colonial e escravagista, mesmo após 130 de abolição e de república, ainda permeia nossas socializações, sendo assim, o imaginário sobre a população negra construída no período escravocrata ainda permeia nossas relações; a negação da cultura negra como folclórica e demonizada, e estereótipos e preconceitos sobre a negritude ainda existem. Por isso, nesse trabalho almejamos regatar o passado como determinante de toda nossa atual condição social e demonstrar que a condição vivida pela população negra no período após a abolição deixou os(as) ex-escravizados(as) e seus(as) descendentes sem nenhuma oportunidade de emprego no mercado formal assalariado da época, uma vez que a importação de mão-de-obra branca empobrecida da Europa substituiu a mão-de-obra negra.

Essa exclusão consolidou-se através de políticas que não visavam a participação da população negra naquele novo cenário social e econômico que se instaurava no Brasil, e que, segundo Florestan para os “negros e os mulatos a sociedade de classes permanecia não igualitária e fechada” (FLORESTAN, 2008[1964], p. 62) o que determinou a ressignificação da inferiorização das pessoas negras.

A reestruturação produtiva foi um grande marco no mundo do trabalho, contando com inúmeras ocupações precarizadas, prolongamentos de jornadas e altos níveis de informalidade, estabelecendo uma nova relação de trabalho (ALVES, 2000); entretanto, embora isso tenha afetado todo o conjunto da classe trabalhadora, homens, mulheres, brancos e não brancos, a população negra já ocupava esse modelo de trabalho antes mesmo que ele se consolidasse para toda a classe trabalhadora. Portanto, esse período, assim como o pós-abolição, só intensificou ainda mais as dinâmicas desiguais que atingiam a população negra.

Dessa maneira, acreditamos ser importante analisar como esses dois períodos marcaram a experiência da população negra com o mundo do trabalho, mas principalmente como a relação da população ex-escravizada se deu naquele momento a partir das estruturas que mantinham com a sociedade colonial escravagista, visto que, embora a sociedade estivesse

passando por mudanças conjunturais, suas estruturas permaneceram as mesmas. Por isso, identificar como se dava as relações desse período é entender a complexidade da atual situação vivida por homens e mulheres negras. Sobretudo acreditamos ser importante esse estudo, uma vez que ainda não há muitos trabalhos a partir de uma perspectiva crítica que leve à realidade concreta das estruturas como fator central da análise.

A partir da definição do tema, após a busca por bibliografias e muitas reflexões sobre o assunto, foi possível chegar à seguinte problemática: de que maneira as condições de socialização da população negra no pós-abolição determinaram seu preterimento enquanto classe trabalhadora não formal assalariada, para que atualmente fossem maioria entre os empreendedores?

Para tanto, nossos objetivos são: 1- demonstrar brevemente como realmente foi construído o conceito de raça no Brasil e como, a partir desse conceito, foi desenvolvida a relação senhor x escravizado(a), e posteriormente a relação entre brancos e negros; 2- pesquisar conceitos como o mito da democracia racial, eugenia, miscigenação e ascensão social, uma vez que foram protagonistas no período pós-abolição; 3- estabelecer a relação entre capitalismo, trabalho e a população negra; 4- pesquisar as resistências contra a situação da população negra e da classe trabalhadora; 5- identificar a reestruturação produtiva como agudizadora das relações de trabalho e as transformações a partir dela; 6- identificar o que é empreendedorismo e o que o diferencia do afroempreendedorismo; 7- por último pesquisar porque o afroempreendedorismo é a ocupação mais procurada pela população negra e como a população está inserida nela.

Assim, pressupomos que a socialização da população negra no pós-abolição como não trabalhadora assalariada formal determinou que essa população não fosse vista até os dias de hoje como não trabalhadores em potencial, e que o afroempreendedorismo, portanto, é mais um dos tantos mecanismos de subjugação e informalização da população negra e sua força de trabalho. Portanto, o propósito dessa pesquisa é buscar entender como o passado condicionou para que o afroempreendedorismo fosse, hoje, uma das mais procuradas formas de sobrevivência pela população negra.

O primeiro capítulo é constituído de um recorrido histórico pelo período posterior à abolição; no entanto, voltamos brevemente ao período colonial e escravocrata para compreendermos como se deu a socialização da população negra nesse período e como ele estruturou a socialização também após a libertação ao fim desse sistema. Com isso, o primeiro capítulo está desenvolvido a partir de dinâmicas que surgiram na época do pós-abolição, como:

o mito da democracia racial, eugenia, miscigenação e ascensão social, para assim, construir um diálogo com a situação da população negra que era permeada por desigualdade que colocavam a população em desvantagem, em relação ao trabalhador branco por exemplo.

O segundo capítulo dá continuidade à compreensão dos processos que constituíram o preterimento da população ao mercado formal de trabalho, no entanto, trazemos também duas histórias de resistências e luta negra contra o capital e toda forma de opressão e exploração: Laudelina de Melo Campos e Minervino de Oliveira, como figuras importantes para a toda a classe trabalhadora, mas sobre tudo para a classe trabalhadora negra. Contextualizamos também o período em que surgiu o Movimento Negro Unificado (MNU) com a reestruturação produtiva que acontecia no mesmo momento, e como as reivindicações do MNU para a população negra se convergiam com as “novas” dinâmicas de trabalho que naquele momento se hegemonizavam entre toda a classe trabalhadora. Informalidade e precarização também foram abordadas a fim de entendermos o empreendedorismo como uma atividade de sobrevivência e como a população negra está inserida na perspectiva da superexploração do trabalho.

O terceiro capítulo está destinado a apresentarmos o empreendedorismo como única ocupação em que o negro pode exercer sua negritude e é, na maioria das vezes, a única forma de sobrevivência. No entanto, as análises das entrevistas são ponto chave para compreendermos as construções teóricas metodológicas que se desenvolveram ao longo do trabalho na concretude da sociedade desigual de classes, onde a classe trabalhadora informal do país é composta, sobretudo, de mulheres negras. Sendo assim, a partir das categorias classe, raça e gênero, compreendemos que essas categorias são indissociáveis enquanto estruturas que conformam o sistema desigual em que vivemos.

A metodologia usada nesse trabalho consiste na revisão bibliográfica e na análise de dados como estatísticas e imagens. Assim, através de leituras e reflexões busca-se analisar obras sobre escravização, colonização, estrutura social, raça e capitalismo, desde uma perspectiva crítica, visando superar e transformar as determinações que condicionam a desigualdade no seu sentido mais amplo. Embora, a análise permeie a situação da população negra e da classe trabalhadora no Brasil, esse fenômeno não se limita, uma vez que a condição social da maioria dos países subdesenvolvidos, e principalmente da América Latina, são constituídos pela desigualdade e são inerentes às determinações histórico-sociais. Pretende-se, então, analisar algumas estatísticas a fim de relacioná-las às teorias; assim como também imagens foram usadas para, a partir delas, podermos desenvolver análises que vieram complementar ainda mais a pesquisa.

Sendo assim, para o desenvolvimento da pesquisa, a fim de cumprir com dos objetivos propostos, esse trabalho está constituído por uma metodologia qualitativa, na qual a ida ao campo exploratório, utilizando um roteiro de entrevistas (APÊNDICE A) semi-estruturadas (BATTHYÁNY; CABRERA 2011) possibilita um melhor entendimento sobre a realidade dos afroempreendedores, viabilizando uma ligação entre a teoria e a realidade; que contribuiu com informações que só através dela pudemos obter, possibilitando diferentes formas de olharmos a pesquisa.

## 2. A CONSTRUÇÃO DA PESSOA NEGRA COMO NÃO-TRABALHADORA

A história da população negra, desde sua vinda para o Brasil por volta de 1540, sempre foi contada a partir das perspectivas dos povos brancos, que tiveram protagonismo na história do continente e também sobre a história dos povos originários locais. Com a abolição da escravidão e a libertação da população negra escravizada e seus descendentes, esses povos enfrentaram grandes dificuldades para fazerem parte da sociedade brasileira da época; dificuldades essas que ainda permeiam a população negra até os dias atuais, culminadas pela falta de políticas de inserção real dessa população na sociedade. Este trabalho tem o objetivo de, através de bibliografias de autoras e autores negros - mas não só destes -, trazer algumas reflexões sobre a realidade vivida pela população negra no período pós-abolição, e como essas experiências, conjuntamente, condicionaram a socialização da população negra brasileira no mundo do trabalho.

Através do mito da democracia racial pensou-se, inocentemente, que o problema dessa população estivesse resolvido. No entanto, a crença de que existe realmente uma democracia racial era baseada, segundo Rufino (1999, p. 116), na ideia de que, acima de qualquer coisa, éramos brasileiros, logo, sem nenhuma diferenciação entre os(as) sujeitos(as) e suas realidades; formando uma grande família patriarcal com o homem branco no centro e seus parentes ao redor, a saber: seus familiares pobres, negras e negros. Contudo, a democracia racial era como um pacto entre a sociedade que abafava todos os preconceitos sofridos pela população negra ex-escravizada.

Além do mito da democracia racial, outro fato que prejudicou a inserção real da população negra na sociedade foi a imigração branca empobrecida da Europa, que substituiu a força de trabalho já existente no Brasil, passando a fazer parte também das políticas eugenistas do Estado brasileiro. Esses fatos contribuíram para a exclusão da população negra do novo cenário que começava a surgir naquele momento, condicionando-a a uma situação de não trabalhador(a) e causando consequências na ascensão social desses(as)<sup>1</sup>.

Com isso, a historização sobre o fim do regime escravocrata no país, o pós-abolição e o conceito brevemente apresentado de mito da democracia racial e outros conceitos – tais como o de ascensão social e de eugenia, que serão melhor discutidos ao longo deste capítulo – constituem argumentos principais para a construção e investigação teórica de como esses fatores foram determinações-chaves para a grande dificuldade enfrentada pela população negra

---

<sup>1</sup> É necessário dizer que, desde o início do sistema capitalista, direitos básicos da população, tais como moradia, alimentação, educação e saúde, dependem da ascensão individual, devido às desigualdades e às lutas de classes.

de socialização com o meio e com o novo modelo de trabalho que estava sendo estabelecido naquele momento pós-abolição.

## 2.1. SOCIALIZAÇÃO E O SER SOCIAL

Agora vamos introduzir um conceito que será de extrema relevância ao longo da pesquisa: socialização. Nós, seres humanos, somos seres sociais pois cada um de nós, individualmente, precisamos suprir com necessidades para sobreviver, que são essenciais para nossa reprodução, como comer, beber, vestir, morar, etc. No entanto, a atividade trabalho é a principal forma de desenvolvimento humano, e só através dele que é possível a produção da vida material. Dessa maneira, o trabalho produz condições de socialização inerentes ao indivíduo. Marx disse que:

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. (MARX, p.255)

Assim, então o trabalho é a interação do indivíduo com a natureza, na qual ele ao se deparar com a matéria natural a transforma pela sua necessidade de reprodução, então essa interação é o que reproduz a vida humana, isso em qualquer sociedade. Através do ato de trabalhar produzem conscientemente os bens necessários para sua reprodução e para a reprodução da sociedade.

Marx, com isso, demonstra que além de ser uma interação de intercâmbio entre a pessoa<sup>2</sup> e natureza, o trabalho é uma atividade manual, de criação humana e que, portanto, se estabelece na “condição universal do metabolismo entre o homem e natureza, perpetua condição natural da vida humana, ou melhor, comum a todas suas formas sociais”(MARX, p 261). Sendo assim, é impossível existir sociedade sem a natureza e sem interação com ela, desde as formas mais primárias de vida até as mais complexas. Portanto, a vida social só se constitui em interação com a natureza.

---

<sup>2</sup> Embora Marx use a palavra homem como categoria para se referir ao ser humano, aqui usaremos pessoa, uma vez que não irá se contradizer com o intuito dele.

Quando analisamos a vida humana somente a partir da interação das pessoas com a natureza, desconsideramos que a história humana se desenvolve a partir de formações sociais, que em nada altera a biologia humana. A vida em sociedade, portanto, consiste na ação consciente da pessoa, que cada vez menos encontram as condições para sua reprodução prontas, portanto as produzem através do trabalho. No entanto, essa relação distanciou os homens da natureza, ainda que não houvesse abstenção, portanto isso cria o ser social, que está a todo momento em um crescente afastamento das determinações naturais, ainda que não rompa definitivamente com o ser natural, visto que

Como ser biológico, [o homem] é um produto do desenvolvimento natural. Com a sua autorrealização, que também implica, obviamente, nele mesmo um retrocesso das barreiras naturais, embora jamais um completo desaparecimento delas, [o homem] ingressa num novo ser, autofundado: o ser social (LUKÁCS, 1981, p. 23).

Ainda que o ser social esteja de alguma maneira vinculado à natureza, essencialmente existe distinções. A natureza sozinha se basta, algo inerente a sua biologia, no entanto, ainda que a pessoa a transforme como maneira de reproduzir-se, a vida em sociedade complexifica ainda mais esse processo. A partir do ato de trabalhar e os resultados objetivos e subjetivos - dadas as transformações em decorrência dele, a pessoa vai se diferenciando da natureza, uma vez que seu constante movimento faz com que os processos sociais predominem aos processos orgânicos da natureza.

Assim ao analisarmos nossa realidade concreta, que se movimenta com contraditoriedade e desigualdade, quando os homens se deparam com situações na busca por superar o carecimento matérias, isso só se dá pela medição da consciência. Portanto, a consciência é fundamental, e até mesmo decisiva, já que domina o elemento puramente biológico. Assim, o ser essencialmente puro, se estabelece socialmente, movimentando-se na vida cotidiana, isto significa estar em constante interação com outros homens.

O mundo criado pelo ser social, e mesmo o ser social em si, é resultado da ação humana. Portanto, o trabalho e as transformações a partir dele, faz surgir uma consciência na qual, a pessoa ao usurpar a realidade, que existe concretamente, transforma uma nova objetividade que antes não era possível. Com isso, transforma uma objetividade que antes só existia no mundo natural em nova objetividade que irá existir somente no mundo social, essencialmente para uma necessidade humana, perdendo sua característica natural. Lukács, diz que:

Naturalmente não devemos esquecer que todo grau de ser, no seu todo e nos detalhes, tem caráter de complexo, o que quer dizer que as suas categorias, mesmo as mais centrais e determinantes, podem ser compreendidas adequadamente apenas no interior e a partir da totalidade complexa do nível de ser ao qual se trata (LUKÁCS, 1981, p. 1).

As relações sociais ao que se tem datado sempre estiveram permeadas na subordinação de um grupo sobre outro, Marx diz que: “Nas mais remotas épocas da história, verificamos, quase por toda parte, uma completa estruturação da sociedade em classes distintas, uma múltipla gradação das posições sociais” (MARX, 2017, p.22), sendo assim, nossas socializações são determinadas a partir do grupo social que fazemos parte, nesse caso nossa classe social é o determinante.

Na sociedade capitalista em que vivemos o proletariado está subjugado a burguesia (MARX, 2017), no entanto também há outros grupos sociais que constituem o capitalismo que estão subjugados: as mulheres são subjugadas ao patriarcado (SAFFIOTI, 2001[1987]), e a população negra ao racismo (ALMEIDA, 2018). Dessa maneira, as relações sociais são caracterizadas pela determinação histórica que define cada sujeito: rico, pobre, mulher, negro, mulher negra; enfim, nossas socializações são baseadas na construção histórico-social de quem somos.

## 2.2. COLONIZAÇÃO E ESCRAVIZAÇÃO: A HISTÓRIA COMO DETERMINANTE DO HOJE

Para começar a aprofundar o tema se faz necessário um sobrevoo sobre o período escravocrata, para evidenciar a maneira como as estruturas desenvolvidas nesse período determinam ainda nossa sociedade. O ano de 1492 foi um marco muito importante na história mundial, sendo o ano que Cristóvão Colombo - representante da monarquia espanhola – chegou, através das grandes navegações, ao continente leste da Europa, que mais tarde seria nomeado como América. Através das navegações o mundo passou a estar conectado pela hegemonia de dominação europeia através da colonização e desde então, a Europa estabeleceu-se através da exploração dos países colonizados, a qual a mão de obra africana escravizada teve papel central.

Antes, porém, da chegada dos africanos ao Brasil, houve escravização dos povos originários que aqui estavam e até mesmo de brancos trazidos da Europa, o que demonstra que a escravização negra não foi a primeira opção dos colonizadores. Segundo Williams (1975, p.

12) “[...] a escravidão não nasceu do racismo: ao contrário, o racismo foi uma consequência da escravidão. O trabalho não livre no Novo Mundo era moreno, branco, negro e amarelo, católico, protestante e pagão.” Claro que o autor traz essa reflexão a partir da América, porém, ela é muito importante para entendermos que a escravização em todo o continente americano, mas não só neste, não se deu de forma que o racismo pré-antecedesse o período escravocrata, mas para entendermos também que o racismo, como um sistema estrutural que permeia a vida de pessoas negras até os dias atuais, nasceu com a escravização sistemática dos povos africanos.

Tudo que é estrutural em nossa sociedade é fruto de processos históricos-sociais que consolidam e dão base a algo estruturante, como nesse caso, o racismo. Diferentemente de muito do que nos é apresentado, pessoas negras não são naturalmente incapazes, inferiores, más ou todos os outros adjetivos negativos que são designados aos negros e negras; todo esse imaginário é uma construção histórica, que começou quando pessoas africanas foram trazidas à América em navios negreiros em condições desumanas, e que, quando chegaram, tiveram não só suas forças de trabalho escravizadas, mas suas vidas transformaram-se em meros objetos e propriedades de quem os comprava como mercadorias. Para pensar melhor o termo *raça* como uma construção proveniente da colonização, o intelectual negro Almeida diz:

[...] Por trás da *raça* sempre há contingência, conflito, poder e decisão, de tal sorte que se trata de um conceito *relacional e histórico*. Assim, a história da *raça* ou das *raças* é a história da constituição política e econômica das sociedades contemporâneas. Foram, portanto, as circunstâncias históricas de meados do século XVI que forneceram um sentido específico à ideia de *raça*. A expansão econômica mercantilista e a descoberta do novo mundo forjaram a base material [...] Se antes deste período ser humano relacionava-se ao pertencimento a uma comunidade política ou religiosa, o contexto da expansão comercial burguesa e da cultura renascentista abriu as portas para a construção do moderno ideário que mais tarde transformaria o europeu no *homem universal* [...] (ALMEIDA, 2018, p. 19-20, grifos do autor).

É então, só a partir da colonização das Américas que surge o homem europeu branco se constituindo enquanto superior a outros, constituição que se deu pela construção da superioridade de um sujeito sobre outro através da posse, assim, a figura do proprietário começa a surgir sistematicamente. O autor mostra que o conceito de *raça* surge como um grande elemento de poder e de controle, um elemento de muita importância para o momento histórico que estava começando a surgir, onde ter a posse de indivíduos africanos escravizados significava grande acúmulo de riquezas. Almeida (2018) também expõe que, após esse período histórico, a racialização das pessoas estava diretamente ligada aos seus lugares de pertencimento no novo modelo econômico e de vida que começava a surgir, e, até os dias atuais, depois de mais de 500 anos, os lugares de pertencimento dos indivíduos são, quase em sua

totalidade, determinados pela sua racialização. O que demonstra que raça foi e ainda é um grande mecanismo de dominação e opressão, no qual o africano “objetificado” foi útil para a acumulação primitiva de capital (MARX, 2013[1867]) que enriqueceu a Europa e as monarquias-colonizadoras que começavam a surgir.

Esse período tão importante na história mundial foi um dos mais cruéis, em que pessoas tinham sua humanidade arrancada e eram reduzidas a meras “coisa-objetos” de quem lhes comprava, sendo vítimas de um novo sistema, com base na superioridade da raça. Essa superioridade branca sobre as pessoas não-brancas, fez com que negros e negras escravizados fossem tratados como animais; homens e mulheres eram escrupulosamente vítimas de todo e qualquer tipo de violência em prol da coerção, açoites, espancamentos, mutilações e outras tantas violências.

Césaire, em *Discurso sobre o colonialismo*, reflete sobre como a racialização tem papel central na importância que se é dada a certos períodos históricos de extrema violência e crueldade:

As pessoas espantam-se, indignam-se. Dizem: “Como é curioso! Ora! É o nazismo, isso passa!” E aguardam, e esperam e calam em si próprias a verdade- que é uma barbárie, mas a barbárie; que é o nazismo, sim, mas antes de serem as suas vítimas, foram os cúmplices; que o toleraram, esse mesmo nazismo, antes de o sofrer, absolveram-no, fecharam-lhe os olhos, legitimaram-no, porque até aí só se tinha aplicado a povos não europeus [...] Sim, valeria a pena estudar clinicamente, no pormenor, os itinerários de Hitler e do hitlerismo e revelar ao burguês muito distinto, muito humanista, muito cristão do século XX que traz em si um Hitler que se ignora, que Hitler vive nele, que Hitler é o seu demónio que o vitupera é por falta de lógica, que, no fundo, o que não perdoa a Hitler não é o crime em si, o crime contra o homem, não é humilhação do homem em si, é o crime contra o homem branco, a humilhação do homem branco e o ter aplicado à Europa processos colonialistas a que até aqui só os árabes da Argélia, os <<coolies>> da Índia e os negros da África estavam subordinados. (CÉSAIRE, 1978, p. 18).

É mais que evidente que há mais estudos sobre o holocausto e muito mais comoção por parte das pessoas em comparação com a escravização de pessoas negras africanas, porém, não há como comparar as atrocidades vividas por esses povos nesses dois diferentes momentos históricos. No entanto, a racialização demonstra quem merece piedade e quem não, com quais pessoas certas coisas são aceitáveis e com quais não são.

As mulheres negras, além de toda a violência citada anteriormente, ainda eram vítimas de estupro por parte de seus senhores, não apenas para os satisfazer sexualmente, mas também para perpetuação desse sistema de desumanização, Davis em *Mulheres, raça e classe* vai dizer que “O estupro, na verdade era uma expressão ostensiva do domínio econômico do proprietário e do controle do feitor sobre as mulheres negras na condição de trabalhadoras.”

(2016[1981], p. 20). O abuso sexual contra essas mulheres deu origem a muitos elementos que constituem nossa sociedade até hoje, como por exemplo, o mito da democracia racial e estereótipos sexistas e racistas contra elas - esses são temas de muita relevância que necessitam maior atenção, portanto discutiremos mais adiante.

Davis, em “*Mulheres, raça e classe*” retrata muito bem os papéis designados às mulheres, homens e crianças escravizadas. À vista disso, ela diz:

À medida que a ideologia da feminilidade - um subproduto da industrialização - se popularizou e se disseminou por meio das novas revistas femininas e dos romances, as mulheres brancas passaram a ser vistas como habitantes de uma esfera totalmente separada do mundo do trabalho produtivo. [...] Mas entre as mulheres negras escravas, esse vocabulário não se fazia presente. Os arranjos econômicos da escravidão contradiziam os papéis sexuais hierárquicos incorporados na nova ideologia. Em consequência disso, as relações homem-mulher no interior da comunidade escrava não podiam corresponder aos padrões da ideologia dominante. (DAVIS, 2016, p. 24-25).

A Figura 1 demonstra claramente que os trabalhos feitos por pessoas escravizadas não cumpriam com nenhuma determinação de gênero semelhante ao das pessoas brancas. Negros e negras não eram vistos partir dos mesmos papéis de gênero que homens e mulheres brancas.

**Figura 1** – Escravos em terreiro de uma fazenda de café na região do Vale do Paraíba



Fonte: Ferrez, 1882; Acervo IMS.

Todas as violências vividas pela população negra na época da escravização serviam de coerção para que não houvesse rebeliões, pacificando assim a população. Hoje, depois de

mais de 130 anos da “abolição”, os motivos seguem sendo semelhantes; no entanto agora, além de lidar com toda coerção do Estado pela truculência da polícia, o mesmo Estado, de caráter burguês-capitalista, ainda corrobora com a permanência dessa falsa pacificação criando mecanismos burocráticos que reforçam ainda mais os estereótipos contra a população negra, o que a impede de acessar recursos básicos como saúde, educação de qualidade, mobilidade e a inserção no mercado formal de trabalho.

Freire (1987) diz que toda a desumanização é fruto de um processo histórico que resulta de uma “ordem” injusta que gera violência por parte dos opressores (FREIRE, 1987[1970], p.19), portanto, uma vez que a violência contra negros e negras continua, mesmo depois de mais de 130 anos da abolição, que tinha como intuito dar-lhes liberdade, fica claro que só com a derrocada de todo o sistema patriarcal, racista e burguês será possível mulheres e homens, negras e negros e todo o conjunto da classe trabalhadora, cada um com suas contradições, determinar outra realidade concreta.

### 2.3. PÓS-ABOLIÇÃO: DO(A) [NÃO] TRABALHADOR(A) NEGRO(A) AO ESQUECIMENTO

Conhecer o período escravocrata no Brasil, como foi abordado anteriormente, é fundamental para compreender a história do país e de como a colonização se deu de maneira única ali. O declínio deste período histórico está ligado à grande mudança de paradigmas que o país passou naquele momento, de uma economia colonial e uma sociedade rural, para uma economia moderna, através da industrialização (modernização) e urbanização das cidades, que ocorreu a partir da metade do século XIX em todo mundo e principalmente na Inglaterra - que fez grande pressão para a abolição no país. Entretanto, no Brasil, a mudança do trabalho escravo para o trabalho livre não provocou uma grande alteração, de fato, na estrutura econômica já existente; essa transição realizou-se de maneira lenta, o que fez com que durante muitas décadas após a abolição houvesse ainda muita força de trabalho escravizada. Furtado (2005) traz uma reflexão sobre esse período de transição:

À semelhança de uma reforma agrária, a abolição da escravatura teria de acarretar modificações na forma de organização da produção e no grau de utilização dos fatores. Com efeito, somente em condições muito especiais a abolição se limitaria a uma transformação formal dos escravos em assalariados. (FURTADO, 2005[1967], p. 139).

Para o autor, a abolição tem ligação direta com a reforma agrária, que consequentemente tem ligação com o assalariamento dos ex-escravizados(as) e seus lugares de [não] poder, uma vez que essas pessoas não tivessem direito a terra, dificilmente teriam uma condição de assalariamento, e ter posse de algo não era uma característica do negro e da negra africana, mas sim, do branco europeu. Portanto, a reforma agrária mudaria estruturalmente as condições sociais da população ex-escravizada e “ameaçaria” o branco em seu lugar de poder. Logo, a não distribuição de terra os condicionaram a continuar como escravizados e escravizadas, submetendo a abolição a algo formal e burocrático e não a algo concreto, no qual os ex-escravizados(as) de fato se beneficiaram. Quando alguns [poucos] escravizados eram libertos e saíam das fazendas de seus senhores, passavam por grandes dificuldades (FURTADO, 2005[1967], p. 140), advindas da exclusão vivida ao longo de toda sua história no Brasil. Como foi dito a abolição não mudou com rapidez o modelo econômico vigente na época e muito menos a maneira como as escravizadas, escravizados e seus descendentes eram tratadas pela sociedade e as discriminações vividas por essas pessoas.

A lacuna entre a população negra e a nova maneira de trabalho que vinha surgindo tinha uma raiz histórica: a colonização. Nela, toda a humanidade do(a) negro(a) lhe foi arrancada, portanto, inseri-lo naquele novo contexto era reumaniza-lo e assim, colocá-lo ao pé de “igualdade” com o branco. Por isso, vale ressaltar que a abolição não mudou as estruturas da sociedade brasileira; o estado e a elite dominante continuaram enxergando a população negra ex-escravizada e seus descendente como inferiores, escravos, maus cidadãos (RUFINO, 1999[1994],p.141) o que os condicionaram a um estado econômico, político e cultural de escravidão-em-liberdade (NASCIMENTO, 1978,p.67); significando grande apoio ao imigrante branco que no Brasil se tornava assalariado. No entanto, a população ex-escravizada e descendente, em condições de sem-terra, sem teto e sem salários, continuou ocupando os espaços excludentes e marginalizados na nova sociedade competitiva. Fernandes vai dizer que:

Abolição equívoca - nas zonas de vitalidade da lavoura cafeeira - a condená-lo à eliminação no mercado competitivo de trabalho ou, no mínimo, ao aviltamento de sua condição, como agente potencial de trabalho livre. Longe de equipará-lo ao trabalhador assalariado branco, estrangeiro ou nacional, expunha-o fatalmente, de modo previsível e insanável, ao desajustamento econômico, à regressão ocupacional e ao desequilíbrio social. (FERANDES, 2008[1964], p. 59).

Contudo, a política de imigração foi uma ação de continuidade ao processo de manutenção de uma ordem desigual para os que sempre ficaram de fora, que conformou na lógica de classe um processo de exclusão racial concreta entre trabalhadores(as) brancos(as) e

trabalhadores(as) negros(as), o que gerou um problema de identidade no plano da classe trabalhadora, onde um(a) nunca se reconheceu no(a) outro(a). Esses trabalhadores brancos(as), ao chegarem no Brasil, também sem deterem nada além de suas forças de trabalho, se beneficiam por serem aparentemente e estruturalmente superiores, o que os colocou em uma condição de vantagem política, moral e ética em relação aos ex-escravizados(as) negro(as). Também estavam condenados(as) às mazelas do trabalho assalariado, porém, dada a construção colonial e escravista anterior, foram tidos como superiores.

A assinatura da abolição ocorrida em 13 de maio de 1888<sup>3</sup>, diferentemente do que conhecemos, não foi feita com protagonismo de jovens universitários e alguns “bons” homens da elite brasileira, que reduziram e subestimam toda a luta e resistência do povo preto escravizado pela abolição (RUFINO,1999, p.127). Com a abolição, os escravizados e escravizadas estavam formalmente “livres”, porém, na concretude do Brasil agrário do final do século XIX, e nas seguintes décadas do século XX, essa realidade não estava materializada. As pessoas eram livres legalmente, mas sem nenhuma perspectiva e sem consciência de como era estar livre de fato - uma vez que viveram gerações de homens e mulheres que tinham suas forças de trabalho escravizadas, tendo suas vidas corrompidas pelo trabalho, sendo desumanizados e reproduzindo força de trabalho a cada geração.

Mesmo com o estabelecimento da abolição a população negra permaneceu ainda por anos sujeita ao regime escravocrata, porque o discurso de que a partir da abolição estariam livres e inseridos na sociedade era totalmente falso, poucos libertos de fato conseguiam colocar sua força de trabalho à venda para ser explorada em troca de um salário, a maioria deles ainda estava nas zonas rurais do país sem ter absolutamente nada além de continuar em situação de escravidão. Fernandes afirma que:

O que há de essencial para a análise da posição do negro e o mulato na ordem econômica e social emergente, é que eles foram excluídos, como categoria social, das tendências modernas de expansão do capitalismo [...] A explicação desse fato parece se encontrar na peculiar condição psicossocial do elemento recém-egresso do regime servil. A sociedade escravocrata só preparou o escravo e o liberto para os papéis econômicos e sociais que eram vitais para o seu equilíbrio interno. (FERNANDES, 2008[1964], p. 72-73).

Furtado também demonstra, em seu livro *Formação Econômica do Brasil*, que “[...] os escravos liberados que abandonaram os engenhos encontravam grande dificuldades para sobreviver” (2005[1967], p.140). A partir das reflexões de Fernandes e Furtado, se torna

---

<sup>3</sup> Lei Áurea de Nº 3.353 assinada pela regente Rainha Isabel, que previa extinta da escravização de negros nos Brasil (ISABEL, 1888).

explícita a concepção que a sociedade da época tinha sobre a população negra, de que eles seriam úteis somente para servir como mão de obra escravizada em um modelo econômico capitalista colonial, e não para serem sujeitos ativos em outro modelo econômico, no qual já não seriam mais escravizados, se atenuando assim, o caráter racista do sistema burguês capitalista, onde pessoas negras são preteridas para o mercado de trabalho formal, sendo marcadas como sujeitos naturalmente escravizados, incapazes de pertencer à um outro status social. A partir disso, Fernandes afirma, em *Integração do negro na sociedade classe*:

A sociedade brasileira largou o negro ao próprio destino, deitando sobre seus ombros a responsabilidade de se reeducar e de se transformar para corresponder aos novos padrões e ideias de ser humano, criados pelo advento do trabalho livre, do regime republicano e capitalismo (FERNANDES, 2008[1964], p. 35-36).

A exclusão advinda do racismo, sofrida pela população negra no Brasil, foi construída historicamente, estruturando as relações entre negros e brancos; dessa forma, ela não acontece somente com um indivíduo, em um caso isolado ou específico, mas com todo negro e negra, em maior ou menor escala, nas mais variadas situações, justamente porque o racismo é uma estrutura que está impregnada em todos os rincões da sociedade brasileira. Logo, todo o descaso da burguesia brasileira sobre a situação em que se encontrava a população negra no pós-abolição, sem nenhuma política de inserção real que possibilitasse fazerem parte do novo contexto social da época, explicita a [não] importância dessas pessoas ao compor aquela sociedade.

A partir disso, pode-se pensar quais obstáculos a população negra ex-escravizada teve de enfrentar para se inserir (mesmo que minimamente) na sociedade. Um dos tantos obstáculos [no entanto esse o principal] foi a difícil introdução ao mercado formal de trabalho, que condicionou o negro(a) livre como um não trabalhador livre assalariado(a). Uma vez que, enquanto força de trabalho escravizada, era importante e lucrativa para seu senhor e para a sociedade, entretanto, quando formalmente não precisava mais se submeter a essa situação, encontrou-se sem nenhum amparo social e econômico, com dificuldades até mesmo de simples socialização.

Sendo definitivamente esquecida pelo senhor e por tantos outros que se beneficiaram, gerações e gerações, de todo seu trabalho escravizado, e totalmente excluído de todo cenário social, para a elite da época, a pessoa negra só era vista enquanto escravizada e não servia para viver em liberdade como um cidadão depois de mais de 340 anos como escravizada. Dessa forma, negar o trabalho formal a essa população foi negar-lhes todas as

oportunidades estabelecidas para um trabalhador que põe sua força de trabalho à venda em prol de reproduzir a si mesmo e a sua família<sup>4</sup>. Logo, a construção do(a) não trabalhador(a) negro(a) foi uma determinação que deu continuidade à condição de sub-humano à essa população, negando ao negro(a) a possibilidade de existir enquanto um sujeito agente e transformador da realidade que começava a surgir e de si próprio. Moura em *Escravidismo, Colonialismo, Imperialismo e Racismo*, traz uma reflexão sobre como a sociedade desse período conseguiu deturpar toda a história do negro no Brasil:

A sociedade de modelo de capitalismo dependente que substitui a de escravidão colonial, consegue apresentar o problema do Negro do Brasil sem ligá-lo, ou ligá-lo insuficientemente, às suas raízes históricas, pois tal ligação diacrônica remeteria o estudioso ou interessado ao nosso passado escravista. O sistema competitivo inerente ao modelo de capitalismo dependente, ao tempo em que remanipula os símbolos escravistas contra o negro procura apagar a sua memória histórica e étnica, a fim de que ele fique como homem flutuante, ahistórico. [...] Porque situá-lo historicamente é vê-lo como agente coletivo dinâmico/radical desde a origem da escravidão no Brasil. (MOURA, 1983, p.125).

Com a história dos negros(as) nas mãos da nova [sempre] elite dominante branca do país, vivendo perante seus mecanismos de apagamento da população negra, propagados por ideias como: a *democracia racial*, baseada na ideia de que somos todos iguais, sem diferenciações, e exemplo de país em que negros e brancos vivem em harmonia; a *ascensão social*, visto que, se somos todos iguais, as oportunidades e possibilidades são as mesmas para todos os homens, mulheres, negros e negras, brancos e brancas; e sobretudo a *miscigenação*, como forma de limpeza étnica através da política eugenista que pretendia submeter a população ex-escravizada e descendente a um branqueamento e ao real extermínio do negro e da negra no país. Todos esses mecanismos políticos do estado brasileiro tiveram tanto impacto que ainda estruturam nossa sociedade, marcando as relações sociais e a socialização das pessoas negras.

### 2.3.1. O mito da democracia racial e a eugenia

O ar libertário dos negros(as) ex-escravizados(as) no pós-abolição vem carregado de todo um cinismo calcado na ideia de democracia racial, que tinha como princípio negar toda a história africana no Brasil, desarticulando toda e qualquer consciência no negro brasileiro (MOURA, 1983, p.127), com o intuito racista de aparentar que naquele novo momento histórico não haveria diferenças entre a elite branca e os(as) ex-escravizados(as); como se uma história

---

<sup>4</sup> Estará a concepção de família melhor analisada no subtítulo 2.4.

de mais de 340 anos, em que os colonizadores conquistaram poder e estruturaram toda a sociedade colonial e a socialização dos(as) escravizados(as) com o meio, de repente tivesse sido dizimada; como se, de repente, todos tivessem uma mesma história, na qual seus lugares de pertencimento não fossem determinados pelo passado.

Segundo Rufino, a democracia racial consiste em “*iguais oportunidades para todos e ausência de conflitos*” (1999, p. 120, grifo do autor) e essa afirmação é exitosa, uma vez que as estruturas fundantes do Brasil se deram na inferiorização e na desumanização da pessoa negra, condizente com a não reparação histórica no pós-abolição; transformando a democracia racial em mero discurso, não reparando de fato as vidas dos(as) ex-escravizados(as). No entanto, como afirma Rufino (1999), a democracia racial existiu (e ainda existe) para alguns pequenos grupos étnicos no Brasil - judeus, japoneses, libaneses, italianos, alemães, entre outros - que se beneficiaram do racismo contra os negros e com a política de embranquecimento do país; esses povos foram trazidos para compor o novo modelo de trabalho livre assalariado. Na Tabela 1 também é possível observar o censo de 1920, que demonstra os números de imigrantes residentes no Brasil nessa época:

**Tabela 1** – População estrangeira e brasileira naturalizada, censo 1920

População estrangeira e brasileira naturalizada, por Estados, segundo algumas nacionalidades no censo de 1920 *							
Estados	Portugal	Itália	Espanha	Alemanha	Japão	Outros	Total
Alagoas	237	134	38	34	—	250	693
Amazonas	7615	726	986	72	32	7505	16936
Bahia	3345	1448	2489	398	7	2913	10600
Ceará	296	105	23	18	2	457	901
Distrito Federal	172338	21929	18221	2885	244	23512	239129
Espirito Santo	1728	12553	1055	1308	1	2109	18754
Goiás	304	268	192	66	—	864	1694
Maranhão	625	108	65	12	—	776	1586
Matô Grosso	1310	810	570	117	514	22000	25321
Minas Gerais	18228	42943	6809	1710	1923	14092	85705
Pará	14211	1114	3355	163	3	3237	22083
Paraíba	131	207	13	48	—	203	602
Paraná	1808	9046	1817	4738	701	44643	62753
Pernambuco	4809	756	1014	1550	6	3563	11698
Piauí	66	37	5	3	—	215	326
Rio de Janeiro	28661	10000	4900	898	69	6303	50831
R. G. Norte	81	91	19	25	—	111	327
R. G. Sul	9324	49136	5359	16952	13	70241	151025
Santa Catarina	506	8062	806	10758	—	11111	31243
São Paulo	167198	398797	171289	11060	24435	57072	829851
Sergipe	125	79	20	45	—	128	397
Acre	631	56	97	10	26	2686	3506
<b>Brasil</b>	<b>493577</b>	<b>558405</b>	<b>219142</b>	<b>52870</b>	<b>27976</b>	<b>273991</b>	<b>1565961</b>

\* Não se acham computadas 24.417 pessoas de nacionalidade ignorada, ou que se ignorava a nacionalidade.

Fonte: LEVY, 1974.

Os dados do IBGE em comparação com a Tabela 1 permite perceber que mais ou menos trinta anos depois da abolição, em 1920, a população estrangeira no Brasil cresceu quase meio milhão, porém, havia uma discrepância da população estrangeira em cada estado do país; em São Paulo, que naquela época se urbanizava e se tornava o principal polo econômico e industrial do país, concentrava-se 52,99% dessa população.

Além do mais, o objetivo, como ressalta Moura, era “apagar a mancha”, substituindo os negros por brancos “em funcionalidade a ideologia do embranquecimento” (MOURA, 1983, p.126) institucionalizando o extermínio da população negra. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), segundo Maringoni (2011), entre os anos de 1871 e 1880, chegam ao país 219 mil imigrantes; na década seguinte o número salta para 525 mil; e no final do século XIX, após a Abolição, o número é de 1,13 milhões. Tudo isso, conseqüentemente, tem relação quando Fernandes diz que:

[...] a *cidade* se afirma como um símbolo e promessa de liberdade. Viver nela, pura e simplesmente, parecia aos olhos dos que saíam do cativeiro uma condição ideal para se despojarem mais depressa do que houvesse de ignóbil no estado de “escravo” ou de “liberto”. Todavia a realidade era outra. Sem ser propriamente hostil ao “negro” a cidade de São Paulo quebrou rapidamente sua ligação com o passado rural. (FERNANDES, 2008[1964], p. 84, grifo do autor).

O projeto de cidades urbanizadas, modernização e a liberdade a partir delas, não incluía os ex-escravizados africanos e seus descendentes, uma vez que ao longo de toda história colonial foi construído socialmente que os brancos eram superiores aos negros, e retratavam tudo que é “belo”, “bom” e “desenvolvido”. Portanto, os imigrantes europeus representavam todo o contrário do Brasil colonial, rural e negro; representavam todo o progresso racista e burguês do novo modelo de trabalho e sociedade competitiva que surgia.

Assim, a imigração branca empobrecida vinda da Europa fez com que negros e negras fossem excluídos(as) do novo modelo de trabalho livre assalariado; com isso, os imigrantes brancos, por estarem hierarquicamente em uma posição superior, ocuparam todos os contextos sociais e econômicos da época, determinando a exclusão dos negros e negras de todos os campos que geravam algum tipo de ascensão social<sup>5</sup>, tornando difícil a mobilidade da população negra da sua condição de escravizados para pessoas “livres”.

A imigração de outros grupos étnicos, mas principalmente de europeus no pós-abolição, foi uma política muito bem pensada do Estado brasileiro. Tinha-se uma grande população negra ex-escravizada, a qual estivera séculos e séculos em um regime de total exclusão de sua humanidade, mas, sobretudo, como foi apresentado acima, houve uma construção de séculos de marginalização e inferiorização do negro, por isso o Estado deveria

---

<sup>5</sup> Existiam algumas possibilidades que geravam ascensão social ao ex-escravizado, por exemplo, o casamento, o acesso à educação e à herança que concebiam do senhor, porém, somente uma pequena minoria dos recém-libertos conseguiram isto. Entretanto, a desigualdade que existia entre a realidade do branco imigrante e do negro ex-escravizado por si só, não era comparável. Mais à frente veremos em quais condições os imigrantes chegaram e como os negros, mesmo depois de libertos, continuam em condições desumanas.

encontrar uma maneira de encaixar essa população no novo cenário político, econômico e burguês; para isso, teriam de apagar seu passado.

No entanto, ainda que o discurso da democracia racial tenha ganhando espaço na sociedade – e foi uma das grandes bases para a continuidade da condição marginal dos negros e negras – o Brasil ainda tinha suas bases coloniais racistas muito presentes; dessa maneira, encontraram no âmbito internacional uma discussão muito famosa na época, e imaginaram que poderia ser a solução do “problema”: a eugenia. A eugenia é uma pseudociência calcada na evolução das raças, em que, dependendo da cor ou etnia o indivíduo possa ser mais ou menos evoluído; nesse caso, as pessoas brancas são o modelo de melhoria desse ciclo.

Segundo explicações de Souza (2012, p. 2) “[...] a eugenia foi um movimento científico e social que se relacionava ao debate sobre raça, gênero, saúde, sexualidade e nacionalismo, apresentando-se frequentemente como um projeto biológico de regeneração racial.”; sendo assim, a imigração europeia no país tinha o intuito de “melhorar” a raça através do branqueamento. De toda a América Latina o Brasil foi o primeiro país a organizar um movimento eugênico, e também foi o que reuniu maior número de adeptos, o que facilitou a institucionalização da eugenia no país (SOUZA, 2016, p.96).

Quando se analisa a Constituição de 1934, em seu Art. 138, que diz que é dever da “União, aos Estados e Municípios, nos termos das leis respectivas: [...] b) estimular a educação eugênica.” (BRASIL, 1934), fica evidente, portanto, o quanto o movimento eugênico no país tinha força dentro do cenário político e social, a ponto de articularem constitucionalmente o extermínio da população negra e a disseminação de ideias eugenistas, inclusive na socialização escolar; entretanto, esse mesmo Estado era o que propagava a ideia de democracia racial, porém, com os ideais eugenistas de apagamento do negro brasileiro, a democracia racial se torna um mito, e somente um discurso fajuto para encobrir os ideias racistas do Brasil republicano. O que se concretiza, de fato, são os ideais eugênicos dessa população cínica de que detém o poder, uma vez que a democracia racial não se institucionalizou como a eugenia.

Rufino (1999, P. 115), ao dizer que a “[...] ideologia da democracia racial não fora necessária antes, quando os negros não disputavam lugares e não protestavam como negros. O triunfo do capitalismo, da burguesia e da cidade exigiam-na, contudo, agora.”, demonstra a ligação entre a ideia da democracia racial como mecanismo que instigou fortemente o movimento eugênico no país. Ao partir da ideia de democracia racial, em que todos estariam em patamar de igualdade perante as novas condições sociais, econômicas e políticas, sem levar em consideração que o capitalismo sobrevive das desigualdades nem as histórias e condições que pré-antecederam a população; a negação do passado faz com que o olhar para o futuro seja

exatamente como foi calcado o passado, nesse caso, construído através da desumanização, exclusão e animalização.

Com isso, a eugenia nasce desse pacto social em que “somos todos iguais”. Porém, a população ex-escravizada precisaria passar por um processo de adequação para compor de fato a nova ordem social, econômica e política: embranquecer-se. Em 1911 aconteceu, em Londres, o Primeiro Congresso Universal das Raças, o evento ocorreu não só entre o meio científico, mas, também, entre políticos e ativistas de questões raciais, contando com debates sobre ocidente e oriente, reunindo mais de 50 países (SOUZA, SANTOS, 2012, p.746). Nesse evento, o Brasil teve a chance de apresentar seu projeto eugenista e como planejava colocá-lo em prática, João Batista Lacerda<sup>6</sup> foi um dos dois brasileiros participantes do evento e quem apresentou a tese de que, através do cruzamento entre negros e brancos, os negros e mestiços desapareceriam do Brasil pelo embranquecimento, e o país se tornaria branco em poucas décadas (SOUZA, SANTOS, 2012, p.754).

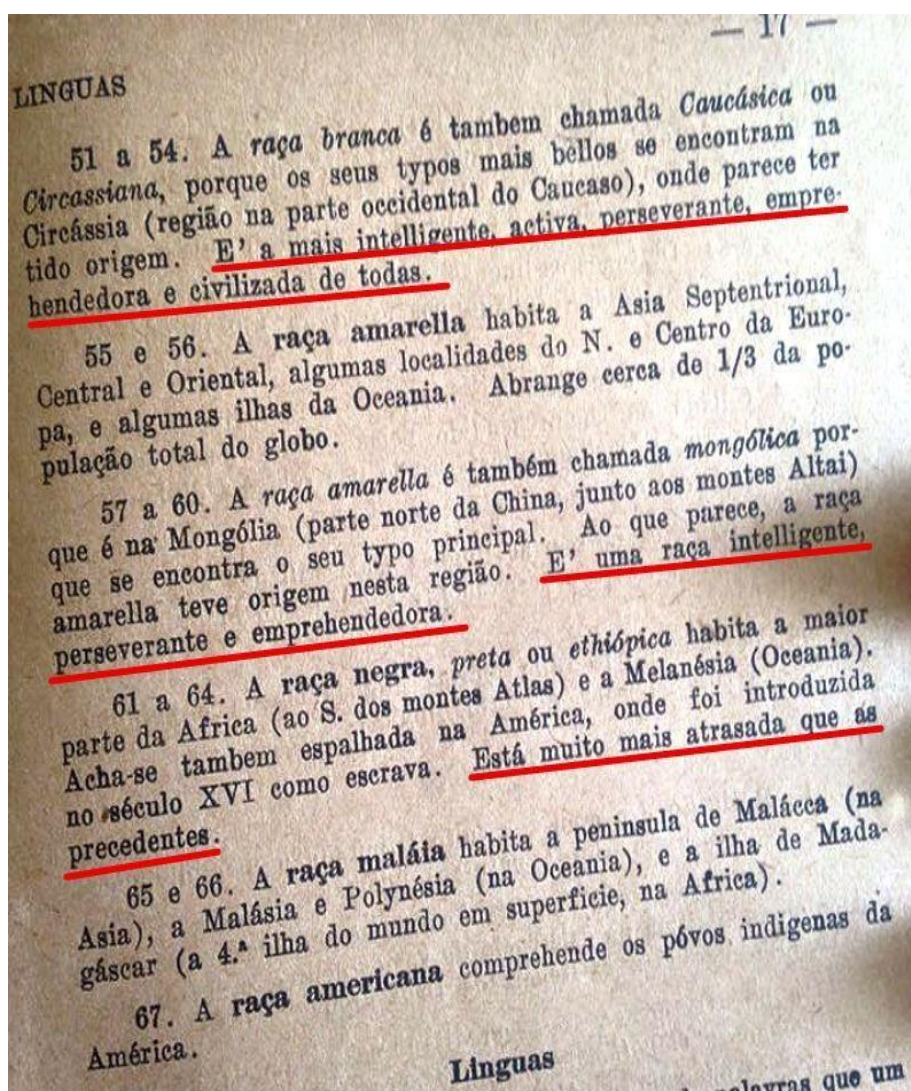
Apesar do determinismo apresentado por Lacerda, o embranquecimento de fato não aconteceu como o movimento eugênico planejou. Em pleno 2020 a população negra no Brasil representa mais da metade da população brasileira, contabilizando 55,8% segundo dados do IBGE (2019) e esse número só cresce, uma vez que a quantidade de pessoas que se autodeclaram e se reconhecem enquanto negras cresce cada dia mais.

Na Figura 2, a seguir, pode-se perceber exatamente como se concretizou a educação eugênica, como a afirmação de que erámos todos iguais entra em contradição, e como não havia limites sobre as declarações de que os negros eram uma raça inferior:

---

<sup>6</sup> “Vale destacar que Lacerda iniciou seus estudos antropológicos ainda na década de 1870, quando realizou pesquisas no Museu Nacional sobre as origens do homem americano e, a partir de uma perspectiva marcadamente racial-tipológica, as características morfoanatômicas de grupos indígenas do Brasil, em especial dos Botocudos. Em boa parte desses estudos, empregou a análise craniométrica, técnica antropológica difundida pela escola francesa de Paul Broca. Formado em medicina, Lacerda também publicou trabalhos nos campos da fisiologia, patologia, moléstias tropicais, profilaxia, veterinária, bem como trabalhos relativos ao Museu Nacional, instituição na qual atuou até 1915” (Souza, 2012).

Figura 2 – Definições raciais em livro didático



Fonte: BERREDO, 2017[1936].

O projeto de exterminar os negros no Brasil não se concretizou, no entanto isso não isentou a população negra de enfrentar as políticas de genocídio e de controle social. A população negra não se fez resistência somente perante ao apagamento como indivíduos, mas também resistiu aos ataques que a cultura afro-brasileira sofreu. O genocídio englobava tudo que fazia parte do ser negro(a), por isso expressões da cultura e manifestações religiosas foram chamadas pela burguesia brasileira de vadiagem, o que fez com que essas práticas fossem criminalizadas como forma de controlar a população preta e pobre.

No Código Penal de 1890, no capítulo XII intitulado “dos vadios e capoeiras” encontra-se, nos artigos 402<sup>7</sup> e 404<sup>8</sup> (BRASIL, 1980) a penalização sobre a capoeira e as penas das demais criminalizações, variando de penas de 30 dias a seis meses de prisão. Ainda sobre essa resistência haviam as religiões de matrizes africanas, que infelizmente até os dias de hoje sofrem ataques preconceituosas de uma sociedade embranquecida<sup>9</sup>, no entanto, sua resistência ao período colonial-escravocrata é o que faz com que elas ainda estejam presentes em nossa sociedade. Acerca disso, Moura disse que:

O sistema escravista, pelos métodos de repressão que os representantes praticavam, repeliu os valores das culturas dominadas. Em contrapartida, seus adeptos procuravam disfarçar-los, fazê-los aparecer sob outras formas, mas sempre mantendo o seu significado simbólico inicial. Não havíamos como fugir à religião oficial, num tempo em que existia o monopólio do poder político e o monopólio do poder religioso, pela classe senhorial e a Igreja Católica respectivamente. Daí o mecanismo de defesa sincrético dos negros (MOURA, 1994, p.182).

Como é possível perceber, antes mesmos da institucionalização da eugenia no país já havia um rechaço à população negra, não só como uma condição histórica-social, mas institucionalizada, como está explícito no Código Penal de 1890, portanto, o movimento eugênico foi a materialização de um projeto de extermínio étnico, cultural e moral do negro. Antes da eugenia, as leis, como o Código Penal citado, só o(a) apartava do direito de exercer a sua liberdade, porém, com a eugenia, a população negra se viu ameaçada enquanto comunidade étnica juntamente com seus conhecimentos, culturas, religiões e tudo que compunha o recém liberto.

A eugenia foi a concretização do propósito de embranquecer o país, rumo ao “desenvolvimento” branco e burguês. No Brasil, influenciou em especial a formação da classe trabalhadora assalariada, principalmente a área industrial, na qual, “conhecimentos higienistas eram importantes para a ‘construção’ de um operário padrão, cuja formação precisava ser minuciosamente elaborada para que toda sua vida estivesse em função da fábrica.” (GIOPOPO, 1996, p.169). Dessa maneira, a higienização foi mais um dos mecanismos do processo de embranquecimento, que segundo estudos de Francis Galton, seria o substantivo de eugenia

---

<sup>7</sup> Art. 402. Fazer nas ruas e praças publicas exercicios de agilidade e destreza corporal conhecidos pela denominação capoeiragem; andar em correrias, com armas ou instrumentos capazes de produzir uma lesão corporal, provocando tumultos ou desordens, ameaçando pessoa certa ou incerta, ou incutindo temor de algum mal: Pena - de prisão celllular por dous a seis mezes.

<sup>8</sup> Art. 404. Si nesses exercicios de capoeiragem perpetrar homicidio, praticar alguma lesão corporal, ultrajar o pudor publico e particular, perturbar a ordem, a tranquilidade ou segurança publica, ou for encontrado com armas, incorrerá cumulativamente nas penas comminadas para taes crimes.

<sup>9</sup> Uma matéria de 2016 da BBC Brasil diz que 70% doa casos de ofensas, abusos e atos violentos registrados no Estado do Rio de Janeiro são contra pessoas de religiões africanas (PUFF, 2016).

(GIOPPPO, 1996, p.169). Portanto, ela servia como um mecanismo para disciplinar e moldar o trabalhador, fazendo com que a classe trabalhadora fosse totalmente imbuída pelas ideias burguesas, que conseqüentemente geraria grandes lucros.

Ainda que a classe assalariada no Brasil fosse constituída em maioria por trabalhadores imigrantes brancos, era benéfico para o capitalismo que houvesse uma homogeneização de todo o conjunto da classe trabalhadora. Entretanto, a população negra que antes era tida como forte e saudável, encontra-se no pós-abolição, toda falta de amparo, com doenças como sífilis e tuberculose, internados em hospícios (MEIRA, 1919, p. 50-51). Também esse mecanismo usado como parte do extermínio da população negra, significou mais um dos tantos entraves para a inserção no mercado formal de trabalho, fortalecendo ainda mais a condição informal dos trabalhadores negros.

Um dos episódios muito importantes do movimento eugênico no Brasil foi o surgimento do periódico *Boletim da Eugenia*, criado por Renato Kehl, um dos grandes propagadores e investidores da ideologia eugênica no país (ROSA, 2005, p.62). “A propaganda da eugenia feita pelo periódico consistia não apenas em artigos que esclareciam termos referentes a eugenia e suas práticas, mas também se referiam a experiências internacionais.” (p.61). O periódico significou, naquele momento, um grande meio de propagação da eugenia, ganhando notoriedade desde o início nos maiores meios de comunicação do país, como em março de 1929 quando agradece à imprensa nacional pela visibilidade:

Muitos jornais desta capital e dos Estados tiveram a gentileza de noticiar o aparecimento do primeiro número do Boletim em termos que muitos nos lisonjearam. A imprensa compreendeu, perfeitamente, os nossos intuitos de propagar conhecimento eugênico, afim de assim concorrer para o progresso psicofísico, mental e mora da nossa gente. Destacamos os seguintes jornais que vieram ter as nossas mãos, cujas referencias agradecemos: o ‘Correio da Manhã’, o ‘Estado de São Paulo’, ‘O Globo’, ‘A Noite’, ‘Brasil Médico’, ‘Diário de Minas’, ‘Minas Gerais’ e ‘Diário Nacional’ (O Boletim da Eugenia, 1929, p.3).

Esse apoio nacional significou a propagação da eugenia em todos os âmbitos da sociedade e não só no meio acadêmico e científico, também pela linguagem fácil dos jornais e revistas populares. Enquanto o termo “raça” e tudo que o envolvia parecia se referir à história, ao passado e à herança colonial, a “eugenia” era tida como a realização de um projeto de futuro rumo à modernização e melhoramento da nação brasileira (SOUZA, 2016, p. 97). Contudo, o mito da democracia racial era somente um plano de fundo para todas as novas dinâmicas de exclusão da população negra que vinham surgindo, principalmente o movimento eugenista. Portanto, foi com a ideia meritocrática de que éramos todos iguais que os negros foram deixados

à própria sorte (FERNANDES, 2008[1964], p.35), no entanto houve políticas imigratórias e de promoção para os(as) estrangeiros(as) brancos(as)<sup>10</sup>, enquanto os(as) negros(as) e tudo que fazia parte da sua cultura, eram excluídos e criminalizados.

As propagandas são um exemplo disso, como pode-se ver na Figura 3 a seguir, onde é possível perceber que nem as empresas privadas questionavam a ética do movimento eugênico, apoiando-o sem nem receio:

**Figura 3** – Propaganda do creme dental Gessy



Fonte: REVISTA GLOBO, 1945.

A falácia da democracia racial e a política da eugenia foram mecanismos que explicitamente fizeram com que a população negra estivesse totalmente excluída do cenário econômico, político e social que surgia, os direcionando para a exclusão, como sujeitos incapazes de fazer parte do cenário burguês e racista, uma vez que a população negra já estava “liberta”, o que demonstra que os escravizados só eram “importantes” enquanto estavam sob a violência dos senhores como escravos e lhes produziam riquezas.

<sup>10</sup> Por exemplo o Decreto nº 24.215, de 9 de maio de 1934, que permitia a entrada de estrangeiros no país (BRASIL, 1934) e Decreto nº 3.010, de 20 de Agosto de 1938 (BRASIL, 1938) que lhe garantiam trabalho e direito de colonizar as terras, de ter posse da terra.

### 2.3.2. Miscigenação e ascensão social

Diante do carácter estruturalmente racista da sociedade brasileira perante a situação e história da população negra brasileira, era esperado do movimento eugenista a miscigenação como resultado, e conseqüentemente a ascensão social. O imigrante que chegava ao Brasil como parte do projeto de eugenia, já encontrava trabalho e terras garantidos, porém, o negro e o mulato eram excluídos do novo cenário social e de expansão do capitalismo, portanto, encontravam-se “atrasados” na corrida pela ascensão social (FERNANDES, 2008[1964], p.72; RUFINO, 1999, p.116), por isso, recorrer à miscigenação significava alcançar gradativamente a ascensão social, que correspondia adentrar espaços que estruturalmente não correspondiam com a realidade da população negra.

O processo de miscigenação encontra-se no Brasil desde a época colonial, em que mulheres negras e indígenas eram violentamente abusadas pelos colonizadores brancos, nomeado por Carneiro de “estupro colonial”, ela vai dizer que “O estupro colonial da mulher negra pelo homem branco no passado e a miscigenação daí decorrente criaram as bases para a fundação do mito da cordialidade e democracia racial brasileira” (1995, p.546).

Sendo assim, a violência sexual sistemática contra as mulheres negras não era só no sentido físico com objetivo de “puni-las” de alguma maneira, mas era também um mecanismo colonial de manutenção e sustentação da ordem estabelecida. O estupro contra as mulheres negras escravizadas significava reprodução de mão de obra escravizada. Acerca disso Davis diz que:

[...] O estupro, na verdade, era uma expressão ostensiva do domínio econômico do proprietário e do controle do feitor sobre as mulheres negras na condição de trabalhadoras. Obviamente, os proprietários buscavam garantir que suas “reprodutoras” dessem à luz tantas vezes quantas fosse biologicamente possível. Mas não iam tão longe ao ponto de isentar do trabalho na lavoura as mulheres grávidas ou as mães com crianças de colo. Enquanto muitas mães eram forçadas a deixar os bebês deitados no chão perto da área em que trabalhavam, outras se recusavam a deixá-los sozinhos e tentavam trabalhar normalmente com eles presos às costas. [...] Em outras fazendas, as mulheres deixavam seus bebês aos cuidados de crianças pequenas ou de escravas mais velhas, fisicamente incapazes de realizar o trabalho pesado da lavoura. [...] os proprietários valorizavam uma criança escrava nascida com vida do mesmo modo que valorizavam bezerros ou potros recém-nascidos (DAVIS, 2016[1981], p.20-22)

A partir dessa violência se desencadeou também a construção de diversos mecanismos de dominação e estigmas estereotipados sobre a população negra, como por exemplo, a hipersexualização das pessoas negras, principalmente das mulheres negras. O abuso

contra as mulheres negras caracterizou-se como uma das marcas históricas do racismo, que se desenvolveu na noção de que homens brancos – principalmente os com poder econômico – tinham direito legítimo sobre o corpo das mulheres negras (DAVIS, 2016[1981], p.180) e, a partir disso, se deu a sexualização da mulher negra pela sua simples fisionomia, que as subjugou a estereótipos totalmente racistas.

Durante muito tempo as mulheres negras em nossa sociedade, principalmente no Brasil, só eram vistas<sup>11</sup> em espaços como o carnaval, onde seus corpos quase nus eram símbolos de excitação, orgulho e prestígio de uma mesma sociedade que sempre as negou algum lugar de visibilidade. Nesse contexto, mais uma vez o mito da democracia racial se faz presente (GONZALEZ, 1984, p.228), porque, a não ser nesse espaço festivo e descontraído do carnaval, às mulheres negras nunca lhes foi dada a possibilidade de ocupar algum espaço que não estivesse condicionado pelas determinações racistas e sexistas já estabelecidas. Desde a escravização e estruturação do racismo, os lugares reservados à mulher negra sempre foram os de mucama, de ama de leite, depois de empregada doméstica, de babá, de diarista, de “tia da limpeza”, a que todo mundo quer “pegar”, mas não quer casar. Esse último fato ainda está destinado às “morenas”; uma vez que as mulheres retintas são preteridas até mesmo para ter somente um “caso” ou uma “ficada”.

Em relação ao não desejo afetivo e amoroso com pessoas negras – como produto do estupro colonial, por exemplo – Nascimento, em *O genocídio do negro brasileiro*, traz um estudo feito pelo sociólogo Otavio Ianni em 1972, no qual ele faz a seguinte pergunta: “Você aprovaria o casamento do seu amigo, irmão, irmã ou de você mesmo, com um negro ou mulato?” (NASCIMENTO, 1978, p.62-63). Os seguintes resultados foram:

**Tabela 2** – Afetividade e a rejeição à população preta

	NEGRO (%)	MULATO (%)
Não gostariam que o(a) amigo (a) casassem com...	35	29
Não gostariam que o irmão casasse com...	74	70
Não gostariam que a irmã casasse com...	76	72
Não gostaria de casar-se com...	89	87

Fonte: IANNI, 1972, apud, NASCIMENTO, 1978, p. 62-63.

À vista disso, o branqueamento, mas principalmente a miscigenação no país como planejou o movimento eugenista, é algo muito profundo e engendrado nas raízes que

<sup>11</sup> Refiro-me ao passado não porque hoje já não exista segregação, mas porque agora os espaços, lugares de pertencimento e estereótipos contra a população negra estão começando a ser questionados.

estruturaram e fundaram o Brasil; logo, pensar em nosso processo de miscigenação e ascensão social no pós-abolição é questionar quais os níveis de erotização da população negra escravizada nesse processo e o resultado a partir dele. Para melhor visualizarmos o processo de miscigenação e como o movimento eugênico a planejava como forma de embranquecer a população, analisaremos o quadro a seguir:

**Figura 4 – A Redenção de Cam**



Fonte: BROCOS, 1895.

Com facilidade pode-se observar uma família composta por: uma senhora negra, uma moça “mestiça” e um bebê e um homem brancos. A senhora negra é a avó, retinta e de pés descalços rende graças aos céus por seu neto branco; em sua filha percebe-se o embranquecimento em processo, no entanto, é na criança que o embranquecimento se concretiza; o pai, contudo, representa todo o progresso e a ascensão social reservada à branquitude; nele podemos ver os pés calçados, que naquela época era um símbolo de

ascensão<sup>12</sup>. A avó representa o passado colonial, escravista e negro que o Brasil moderno, industrializado e branco representado pelo pai, queria deixar para trás, enquanto a criança é o exitoso resultado do branqueamento e a esperança de um futuro próspero. O quadro demonstra exatamente a transição eugênica que se esperava da miscigenação e, como consequência, a ascensão social.

Se pensada condicionadamente, a miscigenação e o branqueamento levariam à ascensão social, porém, o movimento eugenista e a elite política e econômica não queriam a ascensão social da população negra, muito menos a igualdade racial, mas sim, a hegemonia da “raça dominante” (a mesma do período colonial), forjando assim a continuidade da ordem escravista e o “equilíbrio” das relações raciais (FERNANDES, 1972, p.27). Dessa maneira, não se poderia questionar as estruturas colônias e racistas já que a sociedade estava determinada a ser constituída somente pela hegemonia. Fanon vai dizer, em *Pele negra, máscaras brancas*, que “embranquecer a raça, salvar a raça, mas não no sentido que poderíamos supor: não para preservar ‘a originalidade da porção do mundo onde elas cresceram’, mas para assegurar sua brancura” (2008, p. 57). Ou seja, com isso, a mistura de sangues e de raças apagaria a “mancha negra” (NASCIMENTO, 1978, p. 93), ocasionando o extermínio da população negra e sua cultura.

O apagamento de tudo que compunha o negro africano é consequência também de sua desumanização, portanto muitos de seus hábitos culturais e religiosos lhes foram arrancados antes mesmo de chegar à América. Um dos ritos primeiros para inseri-lo na dominação europeia era a catequização e batismo, como foi retratado no documentário *Atlântico negro na rota dos orixás* (1998), faziam os escravizados dar uma quantidade de voltas ao redor de uma árvore específica sem olhar pra trás, como símbolo de que, a partir daquele momento, tudo que o compunha já não fazia parte do seu futuro. Pode-se dizer que essas foram as primeiras manifestações de violência contra a população africana escravizada, porém suas manifestações culturais, religiosas e espirituais conseguiram, mesmo diante de toda violência, resistir ao período colonial-escravista; no entanto, foram alvo de criminalização e perseguição também no pós-escravatura.

Sobre essas violências sofridas pelos(as) negros(as), Nascimento vai dizer que “Há um indiscutível caráter mais ou menos violento nas formas, às vezes sutis, da agressão espiritual

---

<sup>12</sup> Os escravizados, ao longo de toda história colonial, estiveram descalços uma vez que sapatos eram destinados somente a quem poderia tê-los (a nobreza, os proprietários de escravos), porém, quando alcançavam a liberdade, um símbolo da sua condição de homem livre era ter posse de objetos que quando escravos lhes eram proibidos (WISSENBAUCH,1998, p.53).Claro que nem todos conseguiam obtê-los, e alguns que conseguiam não se adaptavam, já que viveram muitos anos descalços.

a que era submetida a população africana, a começar pelo batismo ao qual o escravo estava sujeito nos portos africanos embarque ou nos portos brasileiros de desembarque.” (NASCIMENTO, 1978, p.101). Moura (1992), em *História do negro brasileiro*, demonstra de maneira clara como as manifestações africanas no Brasil foram e ainda são sinônimos de resistência perante a cultura hegemônica dominante:

[...] durante a escravidão o negro transformou não apenas a sua religião, mas todos os padrões das suas culturas em uma cultura de resistência social. Essa cultura de resistência, que parece se amalgamar no seio da cultura dominante, no entanto desempenhou durante a escravidão (como desempenha até hoje) um papel de resistência social que muitas vezes escapa aos seus próprios agentes, uma função de resguardo contra a cultura dos opressores. Toda uma literatura, por essas razões, foi arquitetada e continua funcionando no sentido de mostrar que as religiões africanas, e posteriormente as afro-brasileiras, são inferiores, no máximo consentidas por munificência dos senhores, durante a escravidão, e dos aparelhos de poder das classes dominantes, após a Abolição. A mesma coisa aconteceu com seus instrumentos rituais, que passaram a ser *instrumentos típicos*, com suas manifestações musicais, sua música, *indumentária* africana, a cozinha sagrada dos candomblés. Tudo isso passou a ser simplesmente *folclore*. E com isto subalternizou-se mundo cultural dos africanos e dos seus descendentes. A dominação cultural acompanhou a dominação social e econômica. O sistema de controle social passou a dominar todas as manifestações culturais negras, que tiveram, em contrapartida, de criar mecanismos de defesa contra a cultura dominadora. (MOURA, 1992, p.34-35).

A criminalização de manifestações culturais e religiosas africanas também fez parte do processo eugenista de branqueamento e de ascensão social, portanto abordá-los aqui - mesmo que minimamente - é demonstrar todo o carácter de dominação genocida contra tudo que não fosse hegemônico (branco) ao longo de toda a história. Sendo assim, o processo de miscigenação e branqueamento tinha como intuito dar visibilidade a tudo que fosse branco e hegemônico, não apenas no sentido físico, como o embranquecimento de uma pessoa de cor, mas a partir também de um processo psíquico, na qual o próprio sujeito pudesse ver no embranquecimento a sua “salvação”. Em *Os Condenados da Terra* Fanon vai dizer que o colonialismo introjeta no sujeito dominado a negação de si mesmo, onde ele ou ela não se reconhece (1961, p.263).

Como foi demonstrado no primeiro subtítulo desse capítulo, a colonização e a escravização deixaram marcas profundas para a toda humanidade, sendo um dos períodos mais violentos da história, assim, suas marcas nos períodos posteriores a independência e a abolição ainda eram muito presentes quando os processos de branqueamento se institucionalizaram. Logo, em uma sociedade em que o genocídio da população negra e de sua cultura foram e são impulsionados pelo próprio Estado, que foi constituído e criado pelos que se beneficiaram séculos e séculos do trabalho escravizado, refugiar-se na ideia de que o outro que o dominou

por mais de três décadas é o modelo a ser seguido, é o resultado das determinações colonialistas que estruturaram a vida de cada um em todo esse processo.

Se “ser branco” significava ser melhor que os outros, então o branco era o superego do negro (RUFINO, 1999, p.117) este, então, tinha de se adaptar, e mesmo que conquistasse algo teria que conviver ouvindo frases como: “Você é um negro de alma”, “Você fez um trabalho de branco”, entre tantas outras frases racistas. Isso porque, para ser aceito como “gente”, o “escravo” e o “liberto” se envolveram em valores sociais e morais dos brancos (FERNANDES,2008[1964], p. 113). No entanto, essas expressões recentemente começaram a ser questionadas na sociedade.

#### 2.4. O TRABALHO, CAPITALISMO E O(A) NEGRO(A) EX-ESCRAVIZADO(A)

O trabalho, no contexto do capitalismo, tem dois caracteres: (1) o que é imprescindível para nossa reprodução enquanto seres humanos, o trabalho útil, que produz um valor de uso, que segundo Marx:

Uma coisa pode ser valor de uso sem ser valor. É esse o caso quando sua utilidade para o homem não é a medida pelo trabalho. [...] *Uma coisa pode ser útil e produto do trabalho humano sem ser mercadoria. Quem, por meio do seu produto, satisfaz sua própria necessidade, cria certamente valor de uso, mas não uma mercadoria.* (KARL, Marx, 2013[1867], p.118-119, grifo nosso).

O outro tipo de trabalho é o que faz o capitalismo ser o que é. Chamado de trabalho abstrato, através do desgaste da venda da força de trabalho de alguns, que produzem mercadorias com finalidade de venda, produzindo um valor de troca. Sobre isso Marx também vai dizer que:

As mercadorias vêm ao mundo na forma de valores de uso ou corpo de mercadorias, como ferro, linho, trigo etc. Essa é sua forma natural originária. Porém, elas só são mercadorias porque são algo duplo: objetos úteis e, ao mesmo tempo, suportes de valor. Por isso, elas só aparecem como mercadorias ou só possuem a forma de mercadorias na medida em que possuem esta dupla forma: a forma natural e a forma de valor. (KARL, Marx, 2013[1867], p.124).

Tudo isso foi bem demonstrado em “*O Capital*” escrito por Marx, onde ele diz que inicialmente o valor de troca tem uma relação quantitativa, mas a necessidade de obtê-lo faz com que ele tenha seu valor de uso (qualitativo), e isso está em constante alteração no tempo e no espaço (Marx, 2013[1867], p. 114). Assim, ainda que uma mercadoria contenha nela seu

valor de troca, para quem a compra ela tem seu valor de uso, uma necessidade a ser cumprida. Ao pensar esses fatores no contexto da escravização da população africana, percebe-se que os(as) negros(as) eram, no processo de venda, a própria mercadoria [objetificação], e que depois de comprados passam a ser determinantes para a produção de toda a riqueza de quem os comprava.

Dessa maneira, “sem o fluxo permanente da compra dessa mercadoria viva o sistema não poderia sobreviver e desenvolver-se” (MOURA, 1994, p.38). No entanto, esse trabalho não tem a intenção de se aprofundar nas questões de produção de valor e acumulação, o que interessa é como a relação de trabalho livre no capitalismo condicionou aos negros e às negras um lugar de não pertencimento.

Com as novas condições sociais e econômicas do novo modelo de trabalho estavam sendo estabelecidas, a partir de duas categorias que remodelaram o econômico, o social e o político, os que ao longo de toda história colonial tiveram poder e se beneficiaram do trabalho escravo acumulando, permanecendo no poder e tornando-se os donos dos novos modos de produção que começaram a surgir; e os que não tinham nenhuma riqueza, logo precisavam vender sua força de trabalho para sobreviver, faziam parte do proletariado. Dessa maneira:

Para vendê-la como mercadoria, seu possuidor tem de poder dispor dela, portanto, ser o livre proprietário de sua capacidade de trabalho, de sua pessoa. Ele e o possuidor de dinheiro se encontram no mercado e estabelecem uma relação mútua como iguais possuidores de mercadorias, com a única diferença de que um é comprador e o outro, vendedor, sendo ambos, portanto, pessoas juridicamente iguais. *A continuidade dessa relação requer que o proprietário da força de trabalho a venda apenas por um determinado período, pois, se ele a vende inteiramente, de uma vez por todas, vende a si mesmo, transforma-se de um homem livre num escravo, de um possuidor de mercadorias numa mercadoria.* (KARL, Marx, 2013[1867], p.242, grifo nosso).

E, embora existissem essas duas categorias a nível nacional, o negro fazia parte, insignificadamente, da segunda categoria (FERNANDES, 2008[1964], p.162-163). Isso dado que os negros não foram vistos como mão de obra assalariada em potencial, não se incluíram nesta camada da sociedade, permanecendo em uma condição de escravizados, dando continuidade ao fundo de acumulação de seus senhores.

Marx, em *O Capital*, reflete sobre a dupla composição do capital e, a partir do trecho a seguir, percebe-se que o capital variável não compunha os gastos dos senhores de escravos, o que determinou uma maior acumulação de riqueza em detrimento da coisificação dessas pessoas:

A composição do capital tem de ser compreendida em duplo sentido. Da perspectiva do valor, ela é determinada pela proporção em que se reparte em capital constante ou valor dos meios de produção e capital variável ou valor da força de trabalho, soma global dos salários. Da perspectiva da matéria, como ela funciona no processo de produção, cada capital se reparte em meios de produção e força de trabalho viva; essa composição é determinada pela proporção entre, por um lado, a massa dos meios de produção utilizados e, por outro lado, o montante de trabalho exigido para seu emprego (MARX, 2013 [1867 ], p.689).

Sendo assim, o único dispêndio que havia era com o capital constante, usado para comprar os escravizados, já que nesse contexto eles eram os próprios meios de produção. Os(as) negros(as) não vendiam suas forças de trabalho para sobreviver, mas eram comprados como as próprias mercadorias, portanto, não recebiam nada pelo “trabalho”, com isso eram mercadorias-humanas que produziam muito valor para quem as detinham, já que esses não teriam de pagar pelas forças de trabalho daquelas pessoas. A substituição da mão de obra escravizada por mão de obra branca no Brasil foi intencional e planejada e, além de marginalizar a população negra, tinha como objetivo apagar e reprimir qualquer atuação ou movimentação dessa população como agentes político-sociais do novo modelo econômico e social que vinha surgindo - como já foi apresentado ao longo desse capítulo.

Segundo Fernandes, todo o processo de mudança de um modelo econômico por outro, não tinha como objetivo transformar o escravizado em liberto ou em “trabalhador livre”, mas de mudar a organização do trabalho para substituir o ‘negro’ pelo ‘branco’ (FERNANDES, Florestan, 2008[1964], p. 52). O trabalhador nacional negro é excluído do novo cenário, dando espaço aos milhares de imigrantes que vieram para cumprir o ideal da burguesia nacional de uma sociedade moderna, civilizada e capitalista; uma sociedade embranquecida era o elemento central para a ascensão do país neste período.

Como foi apresentado anteriormente, a população negra ao longo de todo período colonial fez parte dos que não detinham capital, o que estrutura todo um imaginário sobre a condição de despossuídos da população negra. Quando acontece a abolição e a imigração como projeto de embranquecimento, isso se intensifica cada vez mais. Essa população imigrante vem, não só como parte do projeto de embranquecimento, mas também encontram a possibilidade de acumular riquezas por serem os protagonistas do modelo de trabalho livre. O trecho a seguir explicita, de maneira clara, essa dinâmica:

Enquanto o branco da camada dominante conseguia proteger e até melhorar sua posição na estrutura de poder econômico, social e político da cidade e enquanto o imigrante trocava sucessivamente de ocupações, de áreas de especialização econômica e de posições estratégicas para a conquista de riquezas, de prestígio social e de poder, o negro e o mulato tinham de disputar eternamente as oportunidades

residuais com os componentes marginais de sistema- com os que “não serviam para outra coisa” ou com os que “estavam começando bem por baixo” (FERNANDES, 2008[1964], p.42).

Dessa forma, a acumulação de riquezas significava ter acesso a privilégios materiais e burocráticos que, na condição de proletário não se conseguiria. No entanto, essa ascensão social aconteceu somente com grupos não marginalizados (imigrantes e gerações embranquecidas), o que significa que estruturalmente as dinâmicas de acumulação de riqueza não incluíam o(a) negro(a) como possível acumulador(a) de capital. E isso faz todo sentido quando relembramos os subtítulos 2.3 e 2.4, nos quais demonstramos como foram estruturadas as determinações que condicionaram os lugares de pertencimento da população negra e que, com a abolição, não houve mudanças dessas estruturas. Por isso, em um sistema como o capitalismo, que tem suas origens na desumanização e despossessão de povos racializados, pensar que esse mesmo sistema poderia beneficiar esses povos e seus descendentes é não entender a crueldade sistemática da ideologia burguesa.

Outra consequência advinda da ideologia burguesa que desfavoreceu a população negra na corrida pela ascensão social e acumulação de capital, além de todas as outras determinações apresentadas, foi a ideia monogâmica e hetero-patriarcal de família<sup>13</sup>, que é o modelo tido como “normal” e “natural” na sociedade capitalista, na qual a primeira dominação histórica de um indivíduo sobre o outro, foi a do homem sobre a mulher e os filhos (ENGELS, 1964[1884]). Mas ao refletir um pouco mais a fundo sobre a concepção de “família”, pode-se perceber que esse tipo de organização era um “privilégio” em benefício das classes burguesas, uma vez que foi só a partir da criação de propriedades individuais que surgiram as famílias de tipo monogâmicas<sup>14</sup>.

No período colonial, no entanto, os negros e negras africanas eram arrancados de suas famílias – isso, claro, partindo da noção de que a organização deles e a construção do conceito de família para eles era diferente da concepção que se tinha no ocidente – e de seus locais de pertencimento, sendo inseridos em um contexto cultural e social muito diferente o qual estavam acostumados. Porém, apesar disso, a eles não lhes eram designados os papéis

---

<sup>13</sup> Homens que não tem herança a transmitir não precisam ter um grande grau de certeza sobre a paternidade de seus filhos. (SAFFIOTTI, 2001).

<sup>14</sup> “E, quando a propriedade privada se sobrepôs à propriedade coletiva, quando os interesses da transmissão por herança fizeram nascer a preponderância do direito paterno e da monogamia, o matrimônio começou a depender inteiramente de considerações econômicas. Desaparece a forma de matrimônio por compra, mas, em essência, continua sendo praticado cada vez mais, e de modo que não só a mulher tem seu preço, como também o homem, embora não segundo suas qualidades pessoais e sim conforme a importância de seus bens. Na prática, e desde o princípio, se havia alguma coisa inconcebível para as classes dominantes era que a inclinação mútua dos interessados pudesse ser a razão por excelência do matrimônio.” (ENGELS, 1964 [1884])

ocidentais de masculinidade e de feminilidade, homens e mulheres escravizados eram iguais perante o bruto trabalho e o açoite. Conforme Davis:

Assim como as mulheres negras dificilmente eram “mulheres” no sentido corrente do termo, o sistema escravista desencorajava a supremacia masculina dos homens negros. [...] uma vez que as mulheres negras, enquanto trabalhadores, não podiam ser tratadas como o “sexo frágil” ou “donas de casa”, os homens negros não podiam aspirar à função de “chefes de família”, muito menos à de “provedores das famílias”. Afinal, homens, mulheres e crianças eram igualmente “provedores” para a classe proprietária de mão de obra escrava (DAVIS, 2016[1981], p.20).

Logo, a construção de famílias negras desde a ótica ocidental-burguesa e os papéis estabelecidos para cada indivíduo, não faziam parte da idealização do negro ou da negra enquanto sujeitos que não foram socializados para cumprir tal função. Claro que não se pode excluir a ideia de que pessoas negras possam constituir famílias, porém, homens e mulheres negras, a partir da construção colonial e heteronormativa sobre os papéis de gênero de cada um, e, sobretudo como esclarece Davis (2016) no trecho citado, seus papéis de atuação são diferentes de homens e mulheres brancas.

Como já foi abordado, o estupro colonial fez com que mulheres negras reproduzissem mão de obra escravizada, sendo assim, eram as crianças propriedade dos senhores brancos e de suas famílias, logo, não havia constituição de famílias negras<sup>15</sup>. Quando acontece a abolição, o negro está sozinho, sem parentes, sem posses, o que torna mais difícil sua integração ao trabalho assalariado livre, e a acumulação de capital é inimaginável para ele ou ela, ou seja, um dos fatores determinantes foi o fato de eles e elas não terem famílias. Rufino vai dizer que:

Diversos analistas têm insistido na “desorganização inata” da família negra como fator de desvantagem na sociedade de classes. Enquanto o imigrante se apresentava no mercado de trabalho e, logo, na raia da competição social, com uma família nuclear permanente, o preto se apresentava solitário ou, no outro extremo, carregado de laços frouxos – indisciplinado, predador, gastador, desmotivado. Mau empregado, em suma. A desvantagem face ao imigrante estrangeiro era notável, sobretudo na subárea

---

<sup>15</sup> Não havia constituição de família desde a perspectiva ocidental-burguesa, porém, quando consideramos os Quilombos percebemos que havia, sim, agrupamentos de pessoas, e que esses eram resistentes perante todo o domínio e violência colonial. Em “História do Negro Brasileiro” Moura vai dizer que “A quilombagem era, por isto, a manifestação mais importante, que expressava a contradição do regime escravista. [...] Por esses motivos é um movimento abrangente e radical. Nele se incluem não apenas negros fugitivos, mas também índios perseguidos, mulatos, curibocas, pessoas perseguidas pela polícia em geral. [...] Era um cadinho de perseguidos pelo sistema colonial. Era no quilombo ou nas demais manifestações da quilombagem que essa população marginalizada se recompunha socialmente. Por tudo isto a quilombagem tem uma dimensão nacional, [...] articula-se nacionalmente, desde os primórdios da escravidão, atravessa todo o sistema escravista, desarticulando-o constantemente, e assume, muitas vezes, aspecto ameaçador para a classe senhorial, como no caso da República de Palmares.” (MOURA, 1992, p.23-25).

cafeira do norte e oeste paulistas, uma vez que a família nuclear constituía ali a mola propulsora da poupança e, logo, da acumulação. (RUFINO, 1999, p. 143).

Não ter família deixou a população negra em desvantagem perante o imigrante, porque ter uma família significa também, no capitalismo da época, ter alguém que faça todo o trabalho necessário para a reprodução do trabalhador e de sua família, nesse caso, a mulher, uma vez que a divisão do trabalho entre homem e mulher para criação dos filhos foi a primeira divisão do trabalho, na qual mulher e filhos se submetiam às ordens do homem.<sup>16</sup> (MARX; ENGELS, 2007[1845-46], p. 36).

Com isso, a população negra estava excluída do novo modelo de trabalho e a partir disso não podiam participar econômica, cultural e socialmente daquele novo contexto societal “[...] ficando condenados a um isolamento disfarçado, ajustando-se deficientemente ao mundo urbano, através da herança sociocultural transplantada do antigo passado rústico do “escravo” e do “liberto” (FERNANDES, 2008[1964], p. 166). Isso tudo ainda traz consequências até os dias de hoje, quando os negros e negras são alvo ainda de todo modo de desumanização e exclusão. A população negra compõe os maiores níveis de desempregos, os de baixa escolaridade, os que não tem acesso a saneamento básico, maior em número de encarcerados e mortos pela polícia.

Segundo dados da Síntese dos Indicadores Sociais de 2019 (IBGE, 2019, apud ECODEBATE, 2019), a população negra ocupa 73% das pessoas em condição de pobreza no Brasil, e o mesmo relatório demonstrara que o rendimento mensal de pessoas brancas ocupadas é de 73,9% maior do que o de pessoas negras; e essa distância é ainda maior no caso das mulheres negras que recebem 44% menos do que os homens brancos (REDAÇÃO, 2019).

Para melhor entendimento da grande desigualdade entre negros(as) e brancos(as) no Brasil, apresenta-se os seguintes dados:

---

<sup>16</sup> “Com a divisão do trabalho, na qual todas essas contradições estão dadas e que, por sua vez, se baseia na divisão natural do trabalho na família e na separação da sociedade em diversas famílias opostas umas às outras, estão dadas ao mesmo tempo a distribuição e, mais precisamente, a distribuição desigual, tanto quantitativa quanto qualitativamente, do trabalho e de seus produtos; portanto, está dada a propriedade, que já tem seu embrião, sua primeira forma, na família, onde a mulher e os filhos são escravos do homem” (Marx; Engels, 2007[1845-46], p.36)

**Tabela 3 – Diferença racial no mercado de trabalho**

	<b>Negros (%)</b>	<b>Branços (%)</b>	
Mercado de trabalho	Cargos gerenciais	<b>29,9</b>	<b>68,6</b>
	Ocupação informal	<b>47,3</b>	<b>34,6</b>
Taxa de analfabetismo <sup>1</sup>	<b>9,1</b>	<b>3,9</b>	
Taxa de homicídios <sup>2</sup>	<b>98,5</b>	<b>34,0</b>	
Distribuição de renda <sup>3</sup>	<b>19,0</b>	<b>41,7</b>	
Representação política	<b>24,4</b>	<b>75,6</b>	

Fonte: IBGE, 2018; Elaborada pela autora.

Notas:

- 1 Pessoas entre 15 anos ou de mais idade;
- 2 Por 100 mil jovens entre 15 e 29 anos;
- 3 Inferior a US\$ 5,50/dia.

Ainda que a população negra represente 25,2% a mais do que a de força de trabalho branca, segundo dados do IBGE (2019), observa-se na Tabela 3 que negras e negros ainda são minoria em cargos de gerenciamento e maioria também em cargos informais, o que significa que, mesmo depois de mais de um século da abolição, a população negra ainda permanece nas estruturas condicionadas a partir das determinações coloniais-burguesas e racistas que seus antepassados ex-escravizados, na qual os fazem vítimas de políticas genocidas para que a dominação hegemônica branca permaneça com todo “prestígio” fruto dos 340 anos de escravização dos africanos. Esses dados tão atuais, no entanto, remetem a toda violência e desumanização da população negra na escravização e no pós-abolição e que agora, tem o racismo como resquício disso.

### 3. RESISTÊNCIAS NEGRAS CONTRA O CAPITAL: FLEXIBILIZAÇÃO E EMPREENDEDORISMO

A desigualdade social desenvolveu-se a partir do domínio do homem sobre o homem. Durante o período transicional da sociedade primitiva e comunal para a sociedade de classes, homens e mulheres passaram a produzir mais que o necessário para sua sobrevivência, criando a subjugação de uma classe sobre a outra. Dessa maneira, a condição social de produção e acumulação de cada indivíduo foi determinada historicamente pela nova ordem social de desigualdade produzida pelo capitalismo. A ordem burguesa na qual estamos submetidos, tende a desconsiderar a desigualdade social com o discurso de igualdade formal, que a partir do contrato entre quem vende e quem compra a força de trabalho, reforçando as dinâmicas da desigualdade social, que desconsidera as condições concretas vividas por mulheres e homens que vendem suas forças de trabalho por não terem outra forma de se reproduzirem.

O racismo, por sua vez, é um mecanismo estrutural das desigualdades que baseiam o capitalismo, tal como as desigualdades de classe e de gênero. Por conseguinte, quando o capitalismo entra em crise esses mecanismos de desigualdades se intensificam ainda mais, prejudicando sobretudo as pessoas empobrecidas, a população negra e as mulheres. Sendo assim, essa parte da população tende a sofrer ainda mais com as dinâmicas desiguais do capitalismo ao longo do tempo<sup>17</sup>, intensificando ainda mais o desequilíbrio social.

Dessa maneira, quando se pensa na população negra, que foi historicamente socializada no pós-abolição e preterida no mercado formal de trabalho, “falar sobre raça e economia é falar de desigualdade” (ALMEIDA, 2018, p.121), como também falar sobre trabalho e raça é falar de desigualdade, visto que ao analisarmos dados referentes a salários, contratos e carteiras assinadas pelo viés racial, a população negra é sempre a mais prejudicada e/ou quase inexistente em alguns setores. Portanto, o enfrentamento a desigualdade está intrinsecamente ligado ao combate à pobreza que afeta principalmente a população negra no Brasil, o que acarretaria enfrentar o racismo ainda tão presente em nossa sociedade. Conforme Almeida:

Há anos inúmeras pesquisas têm demonstrado que a raça é um marcador determinante da desigualdade econômica e que direitos sociais e políticas universais de combate à

---

<sup>17</sup> “Desse modo, a avaliação da crise e suas graves consequências sócias - fome, desemprego, violência, encarceramento, mortes - convertem-se em libelos pela reforma dos sistemas jurídicos, pela imposição de mecanismos contra a corrupção ou ainda, por campanhas pela conscientização acerca dos males provocados pela ‘ganância’ ou pela sede de lucro. Enfim, tanto causas como efeitos recaem apenas sobre s sujeitos e nunca são questionadas as estruturas sociais que permitem a repetição dos comportamentos das relações que desencadeiam as crises” (ALMEIDA2018, p. 155).

pobreza e distribuição de renda que não levam em conta o fator raça/cor mostram-se pouco efetivas (ALMEIDA, 2018, p.122).

Em uma sociedade na qual alguns poucos se beneficiam da desigualdade e muitos sofrem as consequências de uma realidade cruel que os submete a um lugar infame; que a realidade concreta e a história não são levadas em consideração como forma de minimizar os acontecimentos do passado que resultam no agora, muitos caem no equívoco de acreditar na meritocracia, como se o desenvolvimento individual não tivesse ligação com a realidade material de cada um. Por isso, muitas vezes a desigualdade é justificada pelo mérito individual, o que faz com que, algo estrutural como o racismo, seja transformado em uma noção individualista descaracterizando toda a sua base histórica e as reflexões sobre seus impactos concretos (ALMEIDA, 2018). Acerca disso, Davis diz que:

A suposição de que a emancipação tornava os ex-escravos iguais às mulheres brancas [...] ignorava a total precariedade da recém-conquistada “liberdade” da população negra após a Guerra Civil. Embora as correntes da escravidão tivessem sido rompidas, a população negra ainda sofria as dores da privação econômica e enfrentava a violência terrorista de gangues racistas, cuja intensidade não comparava nem mesmo a escravidão (DAVIS, 2016[1981], p.85).

A desigualdade entre as raças que existe no mundo do trabalho é comum na maioria dos países capitalistas. As raças estabelecidas como inferiores “[...] participam em menor grau do produto do próprio trabalho. Sendo também essas raças que podem reivindicar em menor escala, em comparação com os trabalhadores brancos, ou pertencentes a estratos sociais privilegiados” (IANNI, 1978, p. 133-134). Ainda que não haja institucionalização da segregação no Brasil, o(a) negro(a) brasileiro(a) se vê apartado(a) da socialização como classe trabalhadora, como cidadão e até mesmo de ser e estar onde quiser, o que acabou, ao longo da história, criando, simbolicamente, locais destinados para pretos e brancos. Sobre isso, Moura vai dizer que:

O negro somente se organiza em grupos separados dos brancos [...] em razão da não-existência de uma barganha institucionalizada (o que seria a segregação), mas da permanência de um comportamento convencional restritivo e seletivo que vê no negro a simbolização daquilo que é polo negativo dos valores brancos e do *sistema* capitalista (MOURA, 1988, p.121, grifo do autor).

No entanto, houve pessoas e movimentos sociais ao longo de todo o século XX que resistiram contra a exclusão, marginalização e violência experienciada pela população negra, contra a exploração da classe trabalhadora e pela ruptura da hegemonia burguesa. Duas dessas

figuras serão apresentadas adiante, as quais merecem ser recordadas, pois são exemplos de vidas em prol da emancipação real de todos os oprimidos pelos ideais colonialistas burgueses.

### 3.1. LAUDELINA DE MELO CAMPOS E MINERVINO DE OLIVEIRA: LUTA E RESISTÊNCIA

No período pós-abolição começam a surgir articulações negras como maneira de organização perante a nova forma de vida, mas sobretudo incitados pelos inúmeros casos de preconceitos raciais, homens e mulheres pretos(as) decidem se organizar de diversas maneiras a fim de combaterem as discriminações que viviam e para melhorarem suas condições sociais e econômicas. Domingues explica que movimento negro é a luta das pessoas negras contra todas as particularidades preconceituosas e discriminatórias, desde a perspectiva racial que as perpassa à sociedade na qual estão inseridas (DOMINGUES, 2007) e ele complementa dizendo que:

Para o movimento negro, a “raça”, e por conseguinte, a identidade racial, é utilizada não só como elemento de mobilização, mas também de mediação das reivindicações políticas. [...] a “raça” é o fator determinante de organização dos negros em torno de um projeto comum de ação (DOMINGUES, 2007, p. 101-102).

No entanto, nosso intuito não é historicizar o movimento negro, mas destacar acontecimentos que foram também importantes para a classe trabalhadora, e apresentar a socialização da pessoa negra com o mundo do trabalho “livre” e suas reivindicações, a fim de contribuirmos para uma emancipação real da classe trabalhadora, superando todas as estruturas de poder que compõem o sistema capitalista, patriarcal e racista em que vivemos.

Para compreendermos as questões da população negra como classe trabalhadora nos anos 1970 no contexto de crise estrutural do modelo econômico, e, conseqüentemente, social e político, é necessário voltar um pouco na história e fazer uma retrospectiva através da trajetória de dois personagens muito importantes para a resistência da classe trabalhadora negra no Brasil: Laudelina de Campos Melo e Minervino de Oliveira, pessoas muito importantes e resistentes aos mecanismos racistas da nossa sociedade, na qual, cada um com sua história, se fez combatente contra toda exploração e falta de direitos da classe trabalhadora brasileira. Por isso, lembrar Laudelina e Minervino é dar protagonismo à trajetória de duas pessoas comprometidas com a emancipação de todo o conjunto da classe trabalhadora e de toda maneira de opressão e exploração através do racismo. Apesar de toda militância, luta e resistência, como

homem e mulher negros, os mesmos não estavam isentos dos preconceitos raciais inerentes a eles.

Como vimos no capítulo anterior, os papéis designados a homens e mulheres brancos são diferentes dos direcionados aos homens e mulheres negras, isso porque as condições que experienciaram no período colonial determinaram os locais de pertencimento dos negros e negras após a abolição; lugares esses diferentes dos atribuídos aos brancos(as). Para além do lugar marginal, de falta de acesso a direitos básicos, aqueles ainda estavam sujeitos aos estereótipos de escravizados, por isso, nem os mais radicais abolicionistas brancos tinham suas críticas tão avidas a ponto de enxergarem que os escravizados passaram de um processo de exploração colonial escravista para uma exploração de capitalismo monopolista. Davis vai dizer que:

Mesmo abolicionistas brancos mais radicais, que baseavam sua oposição à escravidão em questões morais e humanitárias, não conseguiam compreender que o rápido avanço do capitalismo no Norte também era um sistema opressivo. Viam a escravidão como uma instituição intolerável e desumana, uma transgressão arcaica da justiça. Mas não reconheciam que a mão de obra branca do Norte, não obstante sua condição de operárias ou operários “livres”, não estava em situação muito diferente da mão de obra escrava do Sul: ambas eram vítimas da exploração econômica. [...] Como regra, as pessoas brancas abolicionistas ou defendiam os capitalistas industriais ou não demonstravam nenhuma consciência de identidade de classe. Essa aceitação sem objeções do sistema econômico capitalista era evidente também no programa de movimento pelos direitos das mulheres (DAVIS, 2016[1981], p. 74-75).

Partindo da história da empregada doméstica e ativista sindical Laudelina de Campos Melo<sup>18</sup>, negra e mineira. Nascida em 1904, Laudelina teve uma trajetória de vida muito semelhante à da maioria das mulheres negras no Brasil, começando a trabalhar com sete anos e estudando somente até a terceira série porque tinha que ajudar a mãe com a criação dos irmãos (Laudelina, 2015 [1989]). Aos 16 anos ela deu início ao seu ativismo em organizações de cunho cultural “sendo eleita presidente do Clube 13 de Maio, agremiação que promovia atividades recreativas e políticas entre os negros da sua cidade” (HERÓIS, 2010). Em 1924, já casada, Laudelina se muda para a cidade de Santos, onde, juntamente com o marido, fez parte da agremiação *Saudade de Campinas*, um grupo cultural dos negros santistas que atuavam na conscientização da população negra, e na qual também Laudelina foi diretora (Laudelina, 2015[1989]).

---

<sup>18</sup> O sobrenome de Laudelina não era seu de família, assim como toda a população negra brasileira, como forma de renúncia a tudo que vivera sua mãe, que foi dada por sua avó escrava à família Junqueira, decidiu não assinar seu nome com o sobrenome da família que explorou sua mãe desde criança. Por isso, convenceu a mãe que elas assinassem com o sobrenome de seu pai: Campos Melo. Laudelina disse que esse episódio significou a abolição dela e da mãe (Laudelina, 2015[1989]).

Em 1936 se filiou ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), onde a militância de Laudelina ganhou um teor ainda mais político, e foi nessa época que ela “fundou a primeira Associação de Trabalhadores Domésticos do país, mas que foi fechada durante o Estado Novo, e voltando a funcionar em 1946” (HERÓIS, 2010). Laudelina também teve protagonismo na fundação da tão conhecida Frente Negra Brasileira que foi desde jornal à partido político, sendo uma das organizações negras mais emblemáticas da história, chegando a ter 30 mil associados no decorrer da década de 1930.

Enquanto os trabalhadores brancos já tinham seu espaço no mercado formal de trabalho e as mulheres brancas começavam a conquistar algum prestígio social e até mesmo o mercado formal de trabalho, mulheres negras como Laudelina ainda estavam à mercê de uma vida na precariedade. Sem acesso à educação de qualidade, saúde e moradia, eram condicionadas ao trabalho braçal como quitandeiras, lavadeiras, arrumadeiras e babás; tudo isso era herança do período colonial, que até aquele momento não tinha dado para aquelas mulheres a chance de mudarem tal realidade.

Sobretudo quando a Constituição de 1934 “consagrou os direitos trabalhistas [...], oficializou os sindicatos, mas as domésticas não tinham permissão para se sindicalizar. Podiam criar apenas associações em conformidade com a legislação civil” (LEVINO, 2020, *on line*), essa não sindicalização das trabalhadoras domésticas apartavam-nas da possibilidade de se organizarem, reivindicarem seus direitos e melhorias trabalhistas. No entanto, Laudelina viu nas associações a possibilidade de mudar tal realidade, tornando as associações não só um espaço de reivindicação para as trabalhadoras, como também “[...] onde se preocupava com a formação política das associadas, tendo desenvolvido atividades diversas, especialmente cursos de alfabetização e de conhecimento da legislação trabalhista” (LEVINO, 2020, *on line*).

Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, em 2019, 6 milhões de brasileiros dedicavam-se a atividades ligadas ao trabalho doméstico: mensalistas, diaristas, babás, motoristas, jardineiros e quaisquer outras atividades ligadas ao cuidado da família de quem os contrata. Do total, 92% são mulheres negras, em maioria de baixa escolaridade e baixa renda (IPEA, 2019). Esses dados, tão atuais, são resultados da nossa condição história, a qual Laudelina, em 1930, já visualizava a necessidade de uma organização para reivindicar direitos e melhorias trabalhistas para as domésticas e para a classe trabalhadora como um todo.

Laudelina, ao criar a Associação de Trabalhadores Domésticos, defronta-se com a realidade de não trabalhadores formais negros<sup>19</sup>, portanto, sua luta não foi somente em benefício das trabalhadoras domésticas, mas também de todo conjunto da classe trabalhadora negra que, naquele momento, se encontrava em posição de desvantagem em relação ao trabalhador branco. Ela, mulher negra e doméstica, há somente 40 anos da abolição, entendeu a complexidade da classe trabalhadora negra brasileira, que se encontrava em condições “[...] tão ruins, se não piores, do que as do período da escravidão” (APTHEKER, 1973[1921], p. 146, apud DAVIS, 2016[1981], p. 98). O que demonstra a visão de totalidade de Laudelina, que nunca subjugou uma pauta sobre a outra, mas que percebeu que todas as opressões vividas pela classe trabalhadora para além da exploração de classe eram só agravantes para tal exploração. A vista da totalidade, Davis diz que:

[...] Por terem uma consciência tão profunda da indissociabilidade entre a luta pela libertação negra e a luta pela libertação feminina, as irmãs nunca caíram na armadilha ideológica de insistir que um combate era mais importante do que o outro. Elas reconheciam o carácter dialético da relação entre as duas causas (DAVIS, 2016[1981], p.56).

Segundo o documentário *Laudelina: Suas Lutas e Conquistas* (2015[1989]), em 1953 Laudelina saiu da fazenda onde trabalhava e mudou-se para Campinas. Leitora do jornal *Correio Popular*, percebeu que sempre tinham anúncios que mencionavam “Precisa-se empregada: prefere-se portuguesa”, “Precisa-se de cozinheira: prefere-se branca.”, Laudelina, então, foi até o jornal para reclamar do racismo desses anúncios e o jornalista Bráulio Mendes Nogueira, que também era comunista, concordou com ela; e a partir de então, anúncios como esses não aconteceram mais. Para ela, esse episódio foi a primeira vitória.

O jornalista pergunta, ainda, se ela gostaria de fazer algo mais pelas empregadas domésticas ao que ela responde que pensava em ter novamente uma associação como aconteceu em Santos; assim, ele a ajuda a se aproximar dos sindicatos da cidade. Então, em 18 de maio de 1961 foi fundada a primeira Associação Beneficente de Empregadas Domésticas de Campinas e, diferente da Associação de Domésticas de Santos, aquela daria início à expansão de associações por todo o país. Devido a isso, Laudelina foi apelidada por “Jarbas Passarinho, Ministro do Trabalho no governo do ditador Costa e Silva (1967-1969), [...] de ‘terror das patroas’” (LEVINO, 2020, *on line*).

---

<sup>19</sup> “A equiparação ocupacional das mulheres negras com o serviço doméstico não era, entretanto, um simples vestígio da escravidão destinado a desaparecer com o tempo. Por quase um século, um número significativo de ex-escravas foi incapaz de escapar às tarefas domésticas” (DAVIS, 2016[1981], p.98).

Além de ser perseguida pela ditadura, Laudelina sofreu saques e ataques na associação em Campinas (SP) por parte das patroas, as quais exigiam que a associação estivesse sob a direção das patroas. Laudelina então deixou a associação por alguns anos e se organizou com algumas mulheres na catedral da cidade de Campinas. (Laudelina, 2015[1989]). No entanto, após a Constituição de 1988, fundam-se os primeiros sindicatos de empregadas domésticas.

A transformação das associações de domésticas em sindicato se deu após a Constituição Federal de 1988, tendo os primeiros sindicatos sido fundados em São Paulo e no Recife. Laudelina participou ativamente da organização do Sindicato em São Paulo. [...] As conquistas das trabalhadoras domésticas se deram em escadinha: primeiro, foi a obrigatoriedade de assinatura da carteira profissional, mas grande parte das domésticas prefere que nem se dê a assinatura, temendo que essa anotação prejudique sua contratação para outro tipo de emprego. O avanço na legislação se deu em 2015, com a Lei Complementar nº 150, possibilitada pela Emenda Constitucional nº 72/2013. Com isso, seus direitos foram equiparados aos demais trabalhadores, embora na prática não tenha havido muita mudança, porque a maioria dos empregadores são famílias de classe média, com condições financeiras apertadas. Juntando isso, com a resistência de muitas mulheres à anotação da CPTS, a informalidade continua (LEVINO, 2020, *on line*).

Laudelina lutou por mais de 40 anos e, somente por volta de 1988, ocorreu a sindicalização das empregadas domésticas; entretanto, só em 2015 elas teriam seus direitos trabalhistas “equiparados” a trabalhadores de outras categorias. No entanto, as estatísticas demonstram que menos da metade das trabalhadoras domésticas tem suas carteiras assinadas, o que demonstra o grau de informalidade a que essas trabalhadoras ainda estão submetidas. Segundo dados do IPEA a porcentagem de trabalhadoras domésticas com carteira assinada caiu, entre 2013 e 2018, chegando a 28,3% (IPEA, 2019), o que comprova que mesmo depois da emenda constitucional de 2015 - que previa melhor condições empregatícias - essas condições não lhes foram garantidas, mesmo com o aporte da lei.

Apesar disso, Laudelina deixa um legado para além da luta por direitos, mas também o de superar todas as amarras de opressão e exploração no qual estamos submetidos(as). Ela nos mostra que cada uma tem a possibilidade de analisar e entender a complexidade do sistema em que vivemos, a partir da realidade de cada indivíduo e o quão é necessário atentarmos para a história como condicionante do que hoje existe. Laudelina também deixou a casa aonde viveu em Campinas como patrimônio ao Sindicato das Domésticas (Laudelina, 2015 [1989]).

No documentário “*Laudelina: Suas Lutas e Conquistas*”, de 2015, elaborado a partir de uma entrevista feita em 1989, Laudelina é perguntada sobre a situação da empregada

doméstica no país. Com quase 90 anos, ela responde com muita lucidez e relaciona a situação dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiros(as) com nossa condição histórica; e fala, ainda, o que seria necessário para a superação desse sistema de opressão, deixando uma mensagem muito esperançosa, mas também de que é preciso muita luta e resistência. O trecho abaixo é uma parte da resposta de Laudelina ao repórter:

[...] O escravo foi solto num campo aberto sem condição. Porque veio a mão de obra italiana, os profissionais, e eles foram jogados sem condições de vida. A mesma coisa, a maioria das empregadas domésticas são descendentes de escravos. Hoje todo mundo é escravo. O branco pobre também é escravo também, então a gente tem que unir pra brigar junto. [...] O branco pobre não entra num tênis clube, porque ele é pobre. Nós vivemos num país que a sórdida política não conseguiu ainda chegar num meio termo, porque quem está lá dentro são os donos de engenho, são os donos das terras, do cafezal, dos gados. [...] Pra mudar temos que nos conscientizar, reunir e organizar, porque esperando essa gente nunca vamos subir. Nós é quem temos que lutar. [...] Todas as categorias trabalhar em conjunto. [...] Nós temos que gritar e nós não gritamos! (Laudelina, 2015 [1989]).

Quanto a Minervino de Oliveira, nascido na cidade do Rio de Janeiro em 1891, foi operário, de família humilde e como toda criança negra da época, começou a trabalhar na infância, com 10 anos, como aprendiz de tecelão. Com 14 anos começou a trabalhar com marmoraria, mas também “Dedicou-se, ainda, a atividades temporárias: foi lavrador, carvoeiro e empregado da Light. Retornou ao ramo da marmoraria e, talvez pensando no futuro, resolveu fazer carreira” (DOMINGUES, 2017, p.16).

Com extensivas horas de trabalho acompanhadas de baixos salários, Minervino começou a questionar as condições de trabalho, e com somente 20 anos ele havia se engajado na militância sindical, fazendo parte do Centro dos Operários Marmoristas, ocupando várias vezes o cargo de secretário. Tendo como objetivo lutar pelos direitos dos trabalhadores, fez parte das memoráveis greves da década de 20, onde “Conheceu o braço pesado da repressão e suas masmorras, mas não fraquejou. Desenvolveu a consciência de classe” (LEVINO, 2018, *online*).

Só depois da infância é que Minervino aprendeu a ler e a escrever, e além de lutar no fronte para mudar a realidade começou a escrever para jornais<sup>20</sup> como *A Voz do Trabalhador* e *Spartacus*, *a Voz do Povo*, e quando se filia ao PCB, colabora também com *A Classe Operária*, que na época era o boletim oficial do partido (LEVINO, 2018). Assim como Laudelina, Minervino também foi uma figura que acreditava na importância da articulação de

---

<sup>20</sup> A primeira fase do movimento negro no Brasil, na qual Domingues data de 1889 a 1937, é caracterizada como Imprensa Negra, que representou o início de uma longa jornada contra o “preconceito de cor” (DOMINGUES, 2007, p.102).

todo o conjunto da classe trabalhadora para superar as opressões e explorações da sociedade burguesa, e no PCB<sup>21</sup> Minervino encontrou a possibilidade de articular para além dos sindicatos, uma vez que os partidos políticos são compostos por trabalhadores que partilham da mesma ideologia e essa é expressa no programa do partido (DOMINGUES, 2017).

A influência e importância de Minervino entre os operários era tão grande, que o Bloco Operário e Camponês (BOC), sob o estímulo do PCB em 1928, decide indicá-lo para concorrer a vereador na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, que na época contou com uma campanha com poucos recursos, feita através da interação com os trabalhadores, nas fábricas, nos bairros, com panfletagem, atividades culturais e comícios (LEVINO, 2018; DOMINGUES, 2017). No entanto, a polícia vigiava cada passo dado por eles, e no dia 27 de setembro de 1928 houve um ataque policial em um dos comícios que acontecia na porta da Marinha, o que supostamente era proibido; assim Minervino e Otávio foram presos, no entanto, os trabalhadores resistiram, a polícia atirou e um trabalhador foi morto (BUONICORE, 2010).

Esse evento, no entanto, nos parece tão contemporâneo quando comparamos ao assassinato da vereadora Marielle Franco, em 2018, pela milícia da capital carioca; ela, assim como Minervino, também era perseguida por denunciar a truculência policial comandada pelo governo do Rio de Janeiro nas favelas e comunidades, e por sua orientação política: o Socialismo. Esses fatos demonstram que lideranças políticas negras são um incômodo para a burguesia nacional, uma vez que colocam em risco toda a estrutura de opressão e de exploração desses e que, por isso, usam do aparelho repressivo do Estado para silenciar essas lideranças.

Apesar da dificuldade do processo eleitoral da época, em que o voto não era obrigatório e havia muitas fraudes, Octávio e Minervino elegeram-se. Octávio em décimo lugar e Minervino em décimo-terceiro, com 8.082 votos; porém com a morte de um dos eleitos, ele toma posse pelo 2º Distrito, onde se concentravam muitos trabalhadores. Seria a primeira vez que comunistas, operários e um negro iriam ocupar uma instituição burguesa no Brasil<sup>22</sup>

---

<sup>21</sup> “Foi na ilegalidade que Minervino de Oliveira a ele aderiu; talvez tenha se convencido, a partir de sua experiência no movimento operário e contato com a literatura marxista-leninista, que havia diferenças conceituais entre sindicato e partido revolucionário. Se o primeiro era concebido como uma organização da classe trabalhadora, formada para defender seus interesses específicos na luta contra a exploração patronal, o segundo também era considerado uma organização ligada à classe trabalhadora, porém criada com o fito de esposar um projeto político revolucionário para o conjunto da população, calcado na luta pela tomada do poder. [...] Minervino de Oliveira abraçou de ‘corpo e alma’ o programa do PCB, em sua opinião, os problemas sociais da nação só seriam resolvidos por uma transformação radical do regime” (DOMINGUES, 2017, p. 19-20).

<sup>22</sup> “O jornal ‘A Classe Operária’, órgão do Partido Comunista, afirmou exultante: ‘Vitória! Vitória! Pela primeira vez na história do Brasil, após 428 anos de luta, os trabalhadores abrem uma brecha nas formidáveis muralhas do legislativo e penetram na cidadela inimiga para iniciar uma política de classe independente’. No juramento de posse que afirmava ‘Prometo manter, cumprir com lealdade e fazer respeitar a Constituição Federal, a Lei Orgânica

(LEVINO, 2018; DOMINGUES, 2017). Minervino não se deixou levar pela política burguesa e se debruçou ainda mais na luta contra a exploração capitalista, deixando isso claro também para o Conselho Municipal. Ele e Octávio, conscientes do trabalho que tinham que fazer, inauguraram uma nova maneira de exercer a política para além das burocracias do Conselho, que em nada beneficiava o povo, onde, de maneira efetiva, buscavam estar em contato com os operários.

Em um pronunciamento, Minervino diz que “Ao sair daqui todos os dias [...] dirijo-me ao seio do proletariado, que procuro às portas das fábricas, das oficinas, e nas organizações operárias” (DOMINGUES, 2017, p. 25). Ao participar de um dos tantos comícios que participavam, no dia 7 de outubro de 1929, em Niterói, Minervino e Octávio, ao discursarem em acordo com as reivindicações do movimento, foram presos. Apesar da Suprema Corte alegar a proteção parlamentar, na qual não poderiam ser presas, “as autoridades policiais preferiram violar – mais de uma vez – a imunidade parlamentar de Minervino de Oliveira e Octavio Brandão, os quais só foram soltos cerca de 48 horas depois” (DOMINGUES, 2017, p. 26).

Em 1930 houve eleição presidencial, e os comunistas então buscaram construir uma alternativa classista diferente das outras candidaturas que visavam os interesses das classes dominantes. Na Aliança Liberal tinham como candidato Getúlio Vargas e, representando as oligarquias tradicionais, o candidato paulista Júlio Prestes<sup>23</sup> (BUONICORE, 2010). Sem embargo, o BOC, em seu Primeiro Congresso durante os dias 3 e 5 de novembro, aprovou o estabelecimento de uma revolução agrária e anti-imperialista como etapa preliminar da revolução proletária (LEVINO, 2018) e decidiu também que daria continuidade às suas candidaturas operárias<sup>24</sup> e lançaria o nome de Minervino de Oliveira, para concorrer à presidência da República, tendo como vice Gastão Valentim Antunes que era ferroviário, “Era

---

do Distrito Federal e as leis emanadas do Conselho Municipal’, Brandão e Minervino acrescentaram: ‘porém, submetemos essas disposições aos interesses do operariado’” (BUONICORE, 2010).

<sup>23</sup> “O documento final, analisando as candidaturas que se apresentavam, afirmou: ‘O candidato Júlio Prestes é um instrumento da classe capitalista em geral e dos grandes fazendeiros em particular. Sua política é do Partido Republicano e do imperialismo inglês. Candidato da mão direita da burguesia (...). O candidato Getúlio Vargas é um instrumento da classe capitalista e do imperialismo norte-americano. Candidato fascista a fingir-se de mão esquerda da burguesia. Liberal na aparência e reacionário na substância’. Nas avaliações políticas já era nítida a influência da política esquerdista que vinha sendo implementada pela Internacional Comunista desde 1929” (BUONICORE, 2010, *on line*).

<sup>24</sup> “Um dos pontos altos do Congresso foi a discussão em torno do candidato da legenda ao cargo de presidente da República. Manteve-se a política de ‘candidaturas operárias’, prova disso foi a escolha do marmorista Minervino de Oliveira. Era a primeira vez na história do Brasil que um trabalhador, negro e comunista disputaria esse cargo. Como vice de sua chapa, foi indicado o ferroviário Gastão Valentim Antunes; já no que diz respeito aos candidatos a senador e deputado federal pelo Distrito Federal, aprovou-se o nome do estivador Phenelon José Ribeiro para senador e os nomes do gráfico Mário Grazzini e do advogado Paulo Lacerda para deputados federais” (DOMINGUES, 2017, p.29).

a primeira vez na história do Brasil que um trabalhador, negro e comunista disputaria esse cargo” (PETRÔNIO, 2017, p. 29).

No entanto, com a “desculpa” de que as organizações comunistas colocavam em risco a ordem pública, a polícia prendeu dezenas de trabalhadores filiados e até alguns jornalistas. O jornal *Diário Carioca* repudiou a ação dizendo que aquilo era mais uma manifestação reacionária para impedir os operários de exercerem o direito que o regime assegurava a todo cidadão (PETRÔNIO, 2017). No outro dia, mais uma vez, a polícia agiu com violência contra Minervino na então Praça Marechal Floriano, onde estava para uma comemoração ao aniversário da Revolução Russa e para anunciar o então candidato. Domingues, em *Minervino de Oliveira: um negro comunista disputa a presidência do Brasil*, retrata bem o ocorrido:

[...] décimo segundo aniversário da Revolução Russa e apresentar publicamente os candidatos do BOC à presidência da República [...] os agentes policiais agarraram-no pelo pescoço, impediram-no de discursar e o levaram detido. Seus companheiros se opuseram, mas “os secretas responderam, sacando seus revólveres e alvejando os presentes”. A polícia então resolveu avançar contra a multidão, desferir cacetadas, atirar a esmo e dissolver o comício violentamente. Instaurou-se o pânico. Os populares se dispersaram entre correrias e atropelos, alguns dos quais invadiram estabelecimentos comerciais, que cerraram as portas, e improvisaram refúgios nos carros das cercanias da praça. Como saldo final, cerca de cem pessoas presas (entre operários, transeuntes e até jornalistas) e três feridas, das quais duas à bala (DOMINGUES, 2017, p. 30).

Apesar de toda a perseguição, planejaram uma estratégia de campanha que previa a organização de comitês em algumas capitais e cidades do interior e a continuação de visita às fábricas, comícios e festivais culturais. A campanha, assim como toda a trajetória de militância de Minervino, também foi difícil, a polícia simplesmente ignorava o fato de Minervino ter a imunidade parlamentar; assim, teve matérias apreendidos e comícios derrogados a tiros pela polícia (DOMINGUES, 2017; LEVINO, 2018). No entanto, Minervino persistia no slogan da campanha: *Votar no BOC é votar para a Revolução*<sup>25</sup>, e deu continuidade às mobilizações de difusão de sua campanha, mas sobretudo, no projeto da classe trabalhadora no campo da luta de classes, o qual sua candidatura era o veículo “[...] para outros embates futuros no sentido da revolução” (DOMINGUES, 2017, p. 34).

---

<sup>25</sup> “Embora tenha dificultado a campanha, sob a acusação de propaganda subversiva, o governo ampliou a oposição, visto que até os jornais da burguesia protestaram, dizendo que os candidatos podiam defender o que quisessem. O povo é que deveria responder nas urnas” (LEVINO, 2018, *on line*).

Contudo, os resultados da eleição para Minervino e para os candidatos ao Parlamento foram bastante negativos. De acordo com documentos do PCB, foram de três a quatro mil votos recebidos, mas, devido às fraudes que ocorreram, a apuração dos votos não foi muito confiável. Ainda assim, aquela eleição desencadearia ainda mais repressão para Minervino e seus companheiros militantes do PCB e do BOC. Mesmo considerando que, de certa forma, o objetivo do BOC não era eleitoral propriamente, mas sim, de emancipação de todo o conjunto da classe trabalhadora da exploração e da burocracia burguesa, através de uma revolução das massas, para Minervino, aquilo significaria o arremate da sua vida de militância.

Nos trechos abaixo Levino e Domingues narram como Minervino desaparece do cenário político revolucionário brasileiro:

Nas eleições, o candidato das oligarquias, Júlio Prestes, venceu com 57,44% dos votos. O da oposição, Getúlio Vargas, 39,09%. Mas a Aliança Liberal (Vargas) não aceitou o resultado, denunciou a fraude e desencadeou o levante armado que resultou na “Revolução de 30”. O PCB e o BOC denunciaram que não houve revolução alguma, e sim uma ‘quartelada pequeno-burguesa contra o povo para impedir a revolução das massas.’ Os conselhos municipais foram fechados, o PCB e o BOC postos na ilegalidade. Prisões, foram centenas (LEVINO, 2018, *on line*).

Petrônio ainda retrata a perseguição a Minervino e o período em que esteve preso:

Mesmo quando os adversários do antigo regime foram anistiados e postos em liberdade, Minervino de Oliveira permaneceu na masmorra. Era um preso político visto como perigoso. Seu filho primogênito, João Chrisostomo de Oliveira, fez apelos ao chefe de polícia do Distrito Federal para tentar libertá-lo, sob a alegação de que a família – que vivia numa pequena casa na Estrada da pedra, 44, Guaratiba – padecia em estado de “penúria” [...] Em vão. Somente após quase 100 dias seu pai foi solto, em fevereiro de 1931 (DOMINGUES, 2017, p. 40).

O desaparecimento de Minervino após ser solto depois de cem dias preso pelo “governo” Washington Luís<sup>26</sup>, é desalentador, e, sobretudo, o silenciamento das pessoas com ideais concretos para ultrapassarmos essa realidade. Minervino, apesar disso, ainda é uma figura de muita relevância, a qual teve uma trajetória que é símbolo de resistência e luta contra todos os aparelhos burgueses e de exploração, e que até hoje é lembrado pelo comprometimento com a militância. Consciente de que só através da dissolução da base material que permite a reprodução desse sistema destrutivo, será possível a emancipação da população negra, da classe

---

<sup>26</sup> “Por ter falado num meeting de contestação ao governo golpista na praça Mauá, foi preso e mandado para a Casa de Detenção, depois de ter passado vinte dias na Casa de Correção, durante o governo de Washington Luís” (DOMINGUES, 2017, p. 40).

trabalhadora e de todo conjunto de oprimidos e oprimidas, os quais são essenciais para a reprodução desse sistema de base desigual.

Relembrar a trajetória de Laudelina e Minervino é ter como referência pessoas que fizeram da sua vida, luta e resistência, sem deixar se ludibriar pelas ideias burguesas, e sempre convictos de que, para a construção de uma outra realidade possível, é necessário não se esquecer que a história é o determinante concreto de toda nossa base material.

### 3.2. MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO E A REESTRUTURAÇÃO DO MUNDO DO TRABALHO

Em 1970, há quase um século da abolição, a situação da população negra no Brasil ainda se encontrava decadente e foi a partir disso que diversas organizações e movimentos negros se juntaram para discutir a questão da população negra no país, e decidiram, então, “a criação de um movimento negro de carácter nacional” (GONZALES; HASENBALG, 1982, p.42). Surge, então, o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial, que mais tarde seria chamado de MNU. O movimento surge como resposta à situação vivida pela população negra, porém, três episódios de preconceito racial e de extrema violência despertaram nos movimentos negros da época a necessidade de se articularem diante, não só daquelas circunstâncias, mas também porque toda a população negra vivia em situação de muita violência e precariedade desde o mercado de trabalho à saúde e educação.

O primeiro caso aconteceu em Guaianases, na zona leste da capital paulista, onde houve prisão, tortura e morte de um homem negro, “pai de família” acusado de roubar frutas; o segundo caso, também em São Paulo, se deu no Clube Regatas Tietê, onde quatro jovens negros que jogavam voleibol pelo Clube foram impedidos de jogar, com a desculpa de que o Clube perderia seus sócios; o último caso foi de um operário preso e morto por um policial (GONZALES; HASENBALG, 1982; MNU, 2013). Esses acontecimentos ocorreram em um curto intervalo de tempo, porém o último deles ocorreu poucos dias antes do dia 7 de julho, data escolhida para a inauguração do MNU<sup>27</sup> e da manifestação como forma de repúdio à situação de violência e precariedade vivida pela população negra (MNU, 2013).

---

<sup>27</sup> “O nascimento do MNU significou um marco na história do protesto negro do país entre outros motivos, desenvolveu-se a proposta de unificar a luta de todos os grupos e organizações antirracistas em escala nacional. O objetivo era fortalecer o poder político do movimento negro. Nesta nova fase a estratégia que prevaleceu no movimento foi a de combinar a luta do negro com a de todos os oprimidos da sociedade. A tônica era contestar a ordem social vigente e, simultaneamente, desferir a denúncia do problema do racismo” (DOMINGUES, 2007, p. 114-115).

Reunidos em uma Assembleia Nacional, o MNU lança uma “Carta De Princípios”, denunciando e repudiando a condição de vida da população negra, mesmo cientes de que o mito da democracia racial mascarava os preconceitos sofridos pela população, por isso reivindicavam acesso à educação de qualidade, acesso à cultura e lazer nos bairros periféricos e a não discriminação em lugares como clubes, restaurantes e hotéis. Ressaltaram a necessidade do ensino da história africana como forma de não folclorização e comercialização da cultura negra, mas, sobretudo enfatizaram a situação de desemprego e subemprego a que os negros estavam submetidos (MNU, 1978).

Para além de toda conjuntura histórica que determinava a posição do homem e da mulher negra no mundo do trabalho, as décadas de 1970 até 1990 significaram um período de maior recessão em todo mundo, de modo que isso prejudicou a reprodução da classe trabalhadora e, sobretudo, a classe trabalhadora negra que era, em sua maioria, conformada ao trabalho informal e compunha os maiores índices de desempregos. Assim, a Carta de Princípios do MNU foi, não só uma contestação sobre a condição histórica do povo negro no país, mas também ao sistema que, naquele momento, estava enrijecendo as possibilidades de existência da população negra, principalmente no mundo do trabalho, que passava por mudanças bastante significativas.

Como visto no capítulo anterior, o trabalho, seja ele útil ou abstrato, é essencial para nos reproduzirmos enquanto seres humanos, porém, é o trabalho abstrato, através da compra e venda da força de trabalho que faz com o capitalismo seja o que é<sup>28</sup>. O capitalismo, no entanto, também é constituído de transformações ocorridas através das crises e, paralelamente, o mundo do trabalho também reage e se modifica com essas crises; e por sua vez, a população negra tende a ser a mais prejudicada.

Uma dessas últimas crises que remodelou todo o mundo do trabalho foi a reestruturação produtiva, resultado da crise econômica mundial dos anos 1970, que se apresentou através de dois episódios no cenário internacional: o primeiro foi a desvalorização do dólar estadunidense, que através de um acordo substituía o ouro desde o final da segunda guerra, na qual o dólar era parentaria ao ouro; a segunda razão se deu em 1973, quando a organização de países com petróleo, perceberam que o petróleo havia se tornado um importante produto no mercado, e com sua alta demanda ele seria comprado de qualquer maneira, gerando, a partir disso, vários conflitos com os Estados Unidos, e aumentando drasticamente o preço do petróleo. Antunes diz que, embora essa crise estrutural do capital tivesse profundas

---

<sup>28</sup> Ver subtítulo 2.4.

determinações, o capitalismo só enfrentou a crise na sua dimensão fenomênica, na superficialidade, portanto, reestruturou-se sem transformar de fato as bases fundamentais do modo de produção capitalista (Antunes, 1999, p. 35). Portanto, a crise não mudaria a condição estruturante de inferiorização e marginalização da população negra determinada pelo colonialismo.

Assim, a crise em análise não foi mais uma crise conjuntural e passageira como outras tantas que existiram no decorrer do século 20. Ao contrário, foi uma crise que produziu uma notável virada histórica e uma grande mutação da tendência dominante nas sociedades capitalistas (BEDIN; NIELSSON, 2013, p.38).

Dessa forma, se instaurou a crise dos anos 1970, uma crise não só do padrão dólar e do petróleo, mas também uma crise do modelo de produção e do modelo econômico. De uma estrutura que integrava emprego, qualificação da força de trabalho e os salários, a outra, que torna esses componentes dissociados e os reestrutura de forma separada, dando a origem à flexibilização<sup>29</sup> da força de trabalho (Sotelo, 2009), que significa desemprego em massa, terceirizações, fim de condições estáveis de empregos. De fato, “Desde o começo da década de 1980, na América Latina a ruptura deste ‘princípio de estabilidade’ no trabalho revela efeitos diretos e indiretos. De forma direta, traduziu-se num ‘brutal’ aumento dos empregos e contratos de trabalho temporais” (Sotelo, 2009, p.148).

A partir disso e do que foi demonstrado no capítulo anterior, como estaria a população negra nessa nova mudança laboral, política e econômica? Segundo Arandia em *Mercado de Trabalho Frente à Crise dos Anos 80 e aos Planos de Estabilização*:

Assim, verifica-se que, paralelamente às dificuldades crônicas de absorção da população ativa pelo setor capitalista da economia, o mercado de trabalho se defrontou com uma crise e com uma política recessiva, cujas repercussões sobre o emprego e as condições de vida da população mostraram-se dramáticas (ARANDIA, 1991, p. 150).

Dessa maneira, a reivindicação do MNU contra o fim da marginalização dos(as) negros(as), contra o subemprego e por mais oportunidade de trabalho, naquele momento significava um protesto e um modelo de vida e de trabalho que cada dia mais apartava a população negra de uma possibilidade de viver sob uma melhor condição de vida. As

---

<sup>29</sup> Esse novo paradigma produtivo expressaria também, [...] um modelo produtivo que recusa a produção *em massa*, típico da *grande indústria* fordista, e recupera uma concepção de trabalho que, sendo mais flexível, estaria isenta da *alienação* do trabalho à acumulação de base fordista (ANTUNES, 2006, p. 25).

estatísticas demonstram que a população negra se encontrava em desvantagem perante o trabalhador branco e a Tabela 4, abaixo, elaborada através de dados extraídos do livro “*O Lugar do Negro na Força de Trabalho*” demonstra exatamente como a população negra estava inserida no mundo do trabalho assalariado e em quais ocupações:

**Tabela 4** – Ocupações de trabalho por cor

	Porcentagem da mão de obra <sup>1</sup>	BRANCOS	PARDOS	PRETOS
Ocupações não manuais (médico, engenheiro, contador, advogados, professor de segundo grau)	5,9%	8,5%	2,7%	1,1%
Ocupações manuais indústrias (construção civil, extração de minério, transformação)	13,6%	78% <sup>2</sup>	75%	60%
Ocupações manuais terciárias <sup>3</sup> (prestação de serviços transporte e comércio)	10,8% <sup>4</sup>	8,9%	11,8	19,7%

Fonte: OLIVEIRA; PORCARO; ARAÚJO, 1985, p.29-38; Elaborada pela autora.

Notas:

<sup>1</sup> A força de trabalho da época era composta por 39 milhões de trabalhadores e trabalhadoras, nos quais 57,1% eram brancos, 30,9% eram pardos e 9,3% pretos;

<sup>2</sup> Ainda que a porcentagem entre trabalhadores brancos e negros fossem próximas, o rendimento dos primeiros era maior, isso porque os brancos ocupavam cargos mais qualificados em comparação com os negros;

<sup>3</sup> Embora o nível de instrução entre esses trabalhadores fosse igual, os trabalhadores negros ganhavam 65% do que ganhava o trabalhador branco;

<sup>4</sup> Nas regiões urbanas desse total 22,8% é composto pela mão de obra feminina com o trabalho doméstico contra 5,8% da masculina. Dessas trabalhadoras domésticas 43,8% são pretas, 28,8% pardas e 18% brancos.

A partir do que é apresentado pela Tabela 4, as reivindicações do MNU sobre as condições de trabalho da população negra eram bastante pertinentes. Podemos perceber que a qualificação dos trabalhadores brancos era superior à dos trabalhadores negros, e como vimos isso fez com que brancos fossem maioria nos cargos não-manuais (professor, advogados, médicos, etc.) e nos cargos manuais, esses mesmos trabalhadores tivessem maior rendimento e melhores salários por ocuparem cargos mais qualificados ou ainda, quando o nível de instrução era parecido, brancos ganhavam mais que negros.

Ainda que a Tabela 4 traga dados importantes sobre a classe trabalhadora da época, os dados permeiam principalmente a questão masculina; embora tenham demonstrado a questão das empregadas domésticas, não há dados sobre a situação das trabalhadoras nas outras ocupações analisadas além do trabalho doméstico. Em vista disso, Saffioti diz que, apartando-nos das ocupações oferecidas pelo modo de produção capitalista, a presença feminina em ocupações não estruturadas pelo capitalismo é maior do que a masculina, uma vez que o

trabalho doméstico não é visto como uma atividade rentável para exploração, já que o sistema lucra mais explorando outras ocupações; por isso o trabalho doméstico tem uma presença massiva de mulheres, principalmente no trabalho à domicílio, à margem de qualquer direito trabalhista (SAFFIOTI, 2001[1987]). A autora ainda diz que dentre os múltiplos trabalhos clandestinos no Brasil as mulheres são maioria, que “no mínimo a metade das trabalhadoras brasileiras não está coberta pela legislação trabalhista, uma vez que não tem carteira profissional assinada” (SAFFIOTI, 2001[1987], p. 49).

Ainda que a Tabela 4 represente somente a porcentagem de trabalhadores formais assalariados, o contingente de trabalhadoras domésticas, formado principalmente por mulheres negras, demonstra que essas mulheres não eram trabalhadoras formais assalariadas como os outros trabalhadores brancos e negros em outras ocupações, mas que essas trabalhadoras ainda se encontravam na informalidade. Isso porque, a partir do que explicita Saffioti, juntamente com a história de luta de Laudelina pela melhoria das condições de emprego das empregadas domésticas, a construção histórica de marginalização e exclusão da população negra do mundo do trabalho formal – como vimos no capítulo anterior – e concluímos, através também dos outros dados sobre os trabalhadores negros(as) em outras ocupações que a população negra, e sobretudo as mulheres negras, ainda enfrentavam dificuldades de inserção no mundo do trabalho formal. E, portanto, a negação de direitos a essas trabalhadoras significava a continuação de uma condição de vida marginal.

Dessa maneira, a realidade concreta vivida pela população negra no Brasil, como pudemos analisar anteriormente, torna-se ainda mais crítica enquanto classe trabalhadora, por sua condição histórica, uma vez que suas socializações no capitalismo sempre estiveram as margens. Sendo assim, a crise estabeleceria uma nova condição na qual os negros e as negras não estariam “preparados”, já que ainda estavam em adaptação ao trabalho livre, onde ainda encontravam com dificuldades de inserção. A população negra ocupava as atividades mais desqualificadas, como pudemos ver na Tabela 4, na área dos serviços, do transporte, doméstico e etc., poucos trabalhavam “por exemplo, num polo industrial como o do ABC paulista, uma vez que o nível tecnológico das indústrias ali concentradas exigia um tipo de especialização que a maioria dos trabalhadores negros não possuía” (Gonzales; Hasenbalg,1982, p.14). Isso, contudo, se caracteriza como divisão racial do espaço (Gonzales; Hasenbalg,1982), porque ainda que a classe trabalhadora sofra com as dinâmicas da desigualdade econômica, as pessoas racializadas e em especial a população negra do Brasil, sofrem com o racismo que também é um mecanismo de desigualdade, que se expressa através da impossibilidade de serem e de estarem onde quiserem, e nesse caso por não terem o acesso à educação que lhes trariam a

qualificação para trabalharem nessas empresas, esses trabalhadores são direcionados aos trabalhos menos qualificados. Demonstrando as facetas do racismo estrutural, na qual os lugares que ocupamos e quem somos são condições históricas, que determinaram nossos lugares. Sobre isso Almeida diz que:

Daí a importância de se compreender o peso das classificações raciais, não apenas na moldura dos comportamentos individuais ou de grupos, mas na definição de estratégias políticas estatais e não estatais. [...] Assim as classificações raciais tiveram papel importante para definir as hierarquias sociais, a legitimidade na condução do poder estatal e as estratégias econômicas de desenvolvimento. Demonstram isso a existências de distintos modos de classificação racial: no Brasil, além da aparência física de ascendência africana, o pertencimento de classe explicitado na capacidade de consumo e na circulação social. Assim, a possibilidade de “transitar” em direção a uma estética relacionada à branquitude somada aos hábitos de consumo da classe média pode fazer de alguém racialmente “branco” (2018, p.43).

Ainda que seja audaciosa, poderíamos fazer uma suposição sobre quem eram os trabalhadores das indústrias do grande ABC paulista, se os negros foram isolados de toda e qualquer possibilidade de ascensão social, seja através da educação, do mercado de trabalho, do acesso à terra; em consequência os imigrantes brancos e pobres que chegaram no pós abolição pela política de embranquecimento e ocuparam todas as possibilidades. Com isso, seriam eles então, a segunda ou terceira geração desses imigrantes os trabalhadores das grandes indústrias do ABC? Se pensamos na capacitação técnica que exigia essas empresas e que os negros não tinham na maioria das vezes, nem mesmo acesso à educação básica, poderíamos diz que sim.

### 3.3. INFORMALIDADE E EMPREENDEDORISMO

A informalidade é, sobretudo, resultado das dinâmicas desiguais do capitalismo, que fazem com que cada vez se lucre mais, com menos força de trabalho em detrimento do desenvolvimento das forças produtivas. A lei geral da acumulação do capitalismo estabelece uma produtividade crescente, onde a composição orgânica do capital aumenta progressivamente, sendo assim o capital constante tende a crescer mais em comparação ao capital variável, então, com menos capital variável empregado na produção, maior é o excedente de trabalhadores, que são chamados por Marx de exército industrial de reserva. Essa população excedente é produto necessário da acumulação e ao mesmo tempo também é condição fundamental para existência do modo de produção capitalista. Marx disse que:

Se os meios de produção, crescendo em volume e eficiência, tornam-se meios de ocupação dos trabalhadores e menor grau, essa mesma relação é novamente modificada pelo fato de que, à medida que cresce a força produtiva do trabalho, o capital eleva mais rapidamente sua oferta de trabalho do que sua demanda por trabalhadores. O sobretrabalho da parte ocupada da classe trabalhadora engrossa as fileiras de sua reserva, ao mesmo tempo que, inversamente, esta última exerce, mediante sua concorrência, uma pressão aumentada sobre a primeira, forçando-a ao sobretrabalho e a à submissão aos ditames do capital (MARX, 2013[1987], p. 711).

No entanto, ao reproduzirmos esse sistema permitindo a riqueza social, a classe trabalhadora produz as condições que as tornam sujeitos não importantes para o capitalismo, isso quando o incremento na composição do capital deve ser ampliada a produtividade do trabalho como instrumento de intensificação do processo acumulativo, ao invés da expansão dos níveis de contratação que significaria mais trabalhadores. Sendo assim, ao invés de termos mais trabalhadores, temos mais máquinas que aumentam a produtividade, mesmo com menos trabalhadores.

Com a reestruturação produtiva, no entanto, ocorreu uma redução do proletariado industrial, fabril, manual, estável e especializado. Segundo Antunes (1999) o ABC paulista, por exemplo, em 1987 tinha aproximadamente 200.000 metalúrgicos, em 1998 diminuiu para 120.000, o autor chama esse processo de desproletarização, que além de precarizar e intensificar a força de trabalho, gera desemprego (ANTUNES, 1999). Dessa maneira, a classe-que-vive-do-trabalho (ANTUNES, 2006), a classe trabalhadora, se encontra com dificuldades de reproduzir-se enquanto força de trabalho; desempregos em dimensões estruturais, precarização de modo ampliado e destruição da natureza em escala global são características da fase da reestruturação produtiva (ANTUNES, 1999).

Entretanto a população negra que estruturalmente nunca encontrou as condições materiais para acumular capital<sup>30</sup>, corresponde à maioria da classe trabalhadora brasileira, mesmo que não estiveram incluídos e incluídas no projeto de estabelecimento do trabalho assalariado livre, sempre estiveram na informalidade e sem direitos, ocupando o lugar de marginalização até mesmo enquanto classe trabalhadora. Fernandes disse, que a classe trabalhadora como um todo defronta-se com as mesmas dinâmicas perante o capital, porém,

---

<sup>30</sup> “[...] nem mesmo uma ‘minoridade privilegiada’ da população negra e mulata conseguiu desfrutar, como tal qualquer vantagem ou condição relativamente favorável nos conhecidos processo de acumulação primitiva do capital que aqui se desenrolaram. Ao perderem a posição principal agente do *trabalho mecânico*, o negro e o mulato perderam, ao mesmo tempo, as possibilidades de participar de alguma maneira definida, persistente e vantajosa tanto das relações de produção quanto dos fluxos correspondentes de elevação desigual das rendas entre os diversos grupos étnicos e sociais, deixando de possuir importância dinâmica identificável em todos os níveis do crescimento econômico.” (FERNANDES, 2008[1964], p.75-76).

alguns trabalhadores possuem outras reivindicações que não se apartam da luta de classe, pelo contrário, a questão racial torna-se mais um fator revolucionário (FERNANDES, 1989).

À vista disso, a população negra precisou encontrar na informalidade uma forma de se reproduzirem enquanto força de trabalho, ainda que a informalidade os deixem ainda mais expostos à superexploração do trabalho, que é uma forma específica de exploração da força de trabalho e de acumulação de capital, que produz aumento nas taxas de mais-valia.

### 3.3.1. Superexploração e o trabalhador negro na informalidade

Como vimos no capítulo anterior, um trabalhador vende sua força de trabalho por não ter nada além dela para se reproduzir (sobreviver), entretanto o tempo de trabalho de todo(a) trabalhador ou trabalhadora assalariado(a) é caracterizado pelo “[...] tempo que o trabalhador trabalha, é o tempo durante o qual, o capital consome a força de trabalho que comprou do trabalhador” (MARX, 2013[1987], p.307), porém, em uma parte da jornada o trabalhador produz o valor da sua força de trabalho – isto é, o valor dos seus meios de subsistência –, essa parte da jornada pode ser mais ou menos a depender do valor de seus meios de subsistência, com isso o trabalhador apenas repõe o valor do capital variável. A outra parte, no entanto, vai para o fundo de acumulação do capitalista.

No entanto, Marini (1973) a partir da condição de dependência<sup>31</sup> da América Latina, percebe que frente as transferências de valor das economias dependentes para os países centrais,

---

<sup>31</sup> Ainda que esse não seja nosso foco deste trabalho, é importante aclarar como surge a dependência. O caráter de dependência da América Latina começa no século XVI, quando nosso continente se expande comercialmente, ao exportar metais preciosos e produtos primários, se inserindo no capital internacional através da exploração dos recursos naturais e da mão de obra escravizada, determinando o desenvolvimento da Europa, e seu crescimento no desenvolvimento industrial (MARINI, 1973, p.133-134). Por volta dos anos de 1960, como forma de industrializar a região, grande parte dos países latino-americanos fazem empréstimos com bancos internacionais, como FMI e Banco Mundial. Contudo, diante das crises, mas principalmente com a dos anos 70, os juros sobre as dívidas aumentam drasticamente, agudizando ainda mais a dependência da América Latina com os países centrais. Sobre a dependência Marini complementa dizendo que: “O forte incremento da classe operária industrial e, em geral, da população urbana ocupada na indústria e nos serviços, que se verifica nos países industriais no século passado, não poderia ter acontecido se estes não contassem com os meios de subsistência de origem agropecuária, proporcionados de forma considerável pelos países latino-americanos. Isso foi o que permitiu aprofundar a divisão do trabalho e especializar os países industriais como produtores mundiais de manufaturas. [...] O que importa considerar aqui é que as funções que cumpre a América Latina na economia capitalista mundial transcendem a mera resposta aos requisitos físicos induzidos pela acumulação nos países industriais. Mais além de facilitar o crescimento quantitativo destes, a participação da América Latina no mercado mundial contribuirá para que o eixo da acumulação na economia industrial se desloque da produção de mais-valia absoluta para a mais-valia-relativa, ou seja, que a acumulação passe a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que simplesmente da exploração do trabalhador. No entanto, o desenvolvimento da produção latino-americana, que permite à região coadjuvar com essa mudança qualitativa nos países centrais, dar-se à fundamentalmente com base em uma maior exploração do trabalhador. É esse caráter contraditório da dependência latino-americana, que determina as relações de produção no conjunto do sistema capitalista, o que deve reter nossa atenção” (MARINI, 1973, p.136-137-138).

os países dependentes não buscaram corrigir o desequilíbrio entre o preço e o valor de suas mercadorias exportadas, já que implicaria num esforço de aumentar nossa capacidade produtiva (maior produtividade). Dessa maneira os países dependentes latino-americanos recorrem ao aumento da intensidade da jornada de trabalho, a extensão da jornada de trabalho e ainda, ao pagamento da força de trabalho abaixo do seu valor (MARINI, 1973, p. 145-146). Esses três mecanismos são nomeados por Marini de superexploração do trabalho e ele os apresenta em *Dialética da Dependência*:

[...] nos três mecanismos considerados, a característica essencial está dada pelo fato de que são negadas ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste da sua força de trabalho: nos dois primeiros casos, porque lhe é obrigado dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando assim seu esgotamento prematuro; no último, porque lhe é retirada inclusive a possibilidade de consumo do estritamente dispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal. Em termos capitalista, esses mecanismos [...] significam que o trabalho é remunerado abaixo de seu valor e correspondem, portanto, a uma superexploração do trabalho (MARINI, 1973, p.149-150).

Ainda no mesmo texto, o autor diz que:

Chegamos assim a um ponto em que já não nos basta continuar trabalhando simplesmente a noção de troca entre as nações, mas devemos encarar o fato de que, no marco dessa troca, a apropriação de valor realizado encobre a apropriação de uma mais-valia que é gerada mediante a exploração do trabalho no interior de cada nação (MARINI, 1973, p.147).

A superexploração do trabalho caracterizou-se, para os capitalistas latino-americanos, como um mecanismo de recuperar a mais-valia perdida para os países centrais através exportação de mercadorias. Sem embargo, isso gerou a exploração de toda a classe trabalhadora latino-americana, criando instabilidade na reprodução da força de trabalho dessa classe trabalhadora, principalmente para as camadas de trabalhadores que foram estruturalmente socializados na informalidade e sem salários, como é o caso da população negra no Brasil. Contudo, os mecanismos da superexploração do trabalho ainda que intrínsecos a nossa sociedade como um todo, conformou-se no âmbito da classe trabalhadora negra brasileira, como um adendo a todas as exclusões e marginalizações estruturais sofridas por essa população.

Por isso é necessário apontar que, embora a superexploração seja um mecanismo que engloba toda a classe trabalhadora, é necessário atentarmos a nossa realidade concreta na qual, a socialização de cada indivíduo é determinada por uma condição histórica colonial, sendo assim, existe uma divisão racial do mundo do trabalho, na qual, trabalhadores brancos e

trabalhadores negros experienciam relações diferentes. Dessa maneira, os mecanismos da superexploração dificultam a reprodução da força de trabalho da população negra uma vez que esses trabalhadores não foram socializados enquanto uma mão de obra em potencial para compor a classe trabalhadora assalariada no Brasil, que também é atingida pela superexploração; porém, os trabalhadores brancos não são vistos como a última opção.

Não há nada que demonstre que a superexploração atinja mais alguns trabalhadores do que outros, no entanto quando vemos a Tabela 3, que demonstra que a informalidade atinge menos trabalhadores brancos do que negros, isso significa que esses últimos tendem a lidar com múltiplas jornadas de trabalho para conseguir se reproduzir enquanto força de trabalho. Por isso, o preterimento dos trabalhadores e trabalhadoras negras no mercado formal assalariado, faz com que a superexploração seja ainda mais atroz com essa população.

### 3.3.2. Precarização e empreendedorismo

Após a crise da reestruturação produtiva a maioria dos empregos, incluindo nos países avançados se tornaram temporários, com baixos salários, sem direitos e naquele momento, se tornaram regra e não exceções, reduzindo cada vez mais o proletário industrial clássico (SOTELO, 2016, p.124; ALVES, 2000, p. 68). Isso fez com que, os(as) trabalhadores(as) se sujeitassem a desocupação (desemprego) levando-os(as) à informalidade e, portanto, à precarização.

Porém, além da reestruturação produtiva, o neoliberalismo a partir dos anos 1980 através das ações do Estado também cooperou para que de fato, a precarização se estabelecesse. O Estado como um aparato da burguesia em todas as mudanças do modo de produção capitalista planejou estratégias efetivas de consolidação dessas mudanças. Um exemplo disso é o que vimos no capítulo anterior, onde o embranquecimento da população brasileira se tornou uma política de Estado, a partir da eugenia e a imigração de mão de obra branca. Mas o neoliberalismo consolida-se firmemente a partir do Consenso de Washington<sup>32</sup> nos anos 1990,

---

<sup>32</sup> “[...]a difusão global da nova ortodoxia econômica neoliberal e monetarista passou a exercer uma influência ideológica cada vez mais forte. Já em 1982, a economia keynesiana fora expurgada dos corredores do FMI e do Banco Mundial. No final da década, a maioria dos departamentos de economia das universidades acadêmicas dos Estados Unidos - que tinham ajudado a treinar a maioria dos economistas - tinha se enquadrado mediante a ampla aceitação do programa neoliberal, que enfatizava o controle da inflação e a solidez das finanças públicas (em vez do pleno emprego e das proteções sociais) como objetivos primordiais da política econômica. Todos esses fios convergiram para a formação do chamado ‘Consenso de Washington’, da metade dos anos 1990.” (HARVEY, 2008[2005], p.51).

onde eles emitem uma cartilha de recomendações aos Estados: implementação do Estado mínimo, livre mercado, grandes privatizações, controle fiscal, entre outras:

O mundo capitalista mergulhou na neoliberalização como a resposta por meio de uma série de idas e vindas e de experimentos caóticos que na verdade só convergiram como uma nova ortodoxia com a articulação, nos anos 1990, do que veio a ser conhecido como o "Consenso de Washington" [...] O desenvolvimento geográfico desigual do neoliberalismo, sua aplicação frequentemente parcial e assimétrica de Estado para Estado e de formação social para formação social atestam o caráter não-elaborado das soluções neoliberais e as complexas maneiras pelas quais forças políticas, tradições históricas e arranjos institucionais existentes moldaram em conjunto por que e como o processo de neoliberalização de fato ocorreu.[...] O rigor científico de sua economia neoclássica não é facilmente compatível com seu compromisso político com ideais de liberdade individual, nem sua suposta desconfiança com respeito a todo poder estatal o é com a necessidade de um Estado forte e, se necessário, coercitivo, que defenda os direitos à propriedade privada, às liberdades individuais e às liberdades de empreendimento (HARVEY, 2008[2005], p.11-15).

No entanto, a população negra já estava sob esse modelo de trabalho precarizado antes mesmo que ele fosse estruturado como novo modo de acumulação capitalista. Ao longo de todo esse trabalho historicizamos a socialização da população negra como classe trabalhadora não formal assalariada, uma vez que as estruturas herdadas do período colonial dividiram funções sociais, nas quais a população negra deveria pacificamente ser aceita como inferior, no entanto, é colocada em pé de igualdade com os brancos em funções, trabalhos e serviços nos quais eles não tenham interesse por serem consideradas atividades inferiores (MOURA, 1983, p.127).

A precarização de todo o conjunto da classe trabalhadora brasileira –trabalhadores negros e brancos, considerando cada qual nos modelos de trabalho e assalariamento determinados pelas condições históricas –, vai ocupar também, na informalidade em massa, um lugar de maior ou menor desvantagem. Se antes a população negra estava na informalidade por não ter opção, agora ele ou ela tem de disputar também na informalidade com o seu “adversário” do mundo do trabalho formal que foi atacado pelas novas dinâmicas de acumulação e de produção, e infelizmente dificultando ainda mais a reprodução da população negra.

Existem muitas nomenclaturas para esse tipo de trabalhador e uma delas, são os autônomos que são caracterizados como um dos resultados da informalidade, no entanto, são uma categoria bastante heterogênea, desde trabalhos manuais, intelectuais e braçais, porém ainda assim, há quem possa e quem não, escolher por se autônomo:

[...] alguns autônomos tem a opção entre emprego assalariado e biscoite, sendo que a escolha pelo biscoite decorre muitas vezes de sua habilidade profissional e de seu círculo de relações[...] Para outros, no entanto, muitas vezes, a possibilidade de

assalariamento está totalmente fechada e o biscate é a única opção de engajamento (OLIVEIRA, PORCARO e ARAÚJO, 1985, p.33).

Assim então, o debate racial é inerente a informalidade e a partir do que descrevem os autores, a população negra são os que não tem a possibilidade de assalariamento e por isso informalidade e ser autônomo(a) se caracterizam por ser a única relação possível da classe trabalhadora negra com o mundo do trabalho. Por isso, também, na informalidade não há como comparar o desempenho do trabalhador(a) informal negro(a) com o informal trabalhador(a) branco(a), por que, como foi dito anteriormente, o mundo do trabalho reestruturou-se sem transformar de fato as bases fundamentais do modo de produção capitalista (ANTUNES, 1999), dessa forma, estruturas que geram desigualdades como, o racismo e o machismo tendem a se intensificar. Por isso:

Os trabalhadores autônomos manuais urbanos, brancos, possuem em média, rendimento mais elevado que os empregados manuais brancos. Para os trabalhadores autônomos negros isto, não ocorre, sendo o rendimento médio, em alguns casos, semelhantes e, em outros, inferior ao dos empregados negros nas demais categorias urbanas. [...] Podemos pensar que uma grande parte desses trabalhadores brancos pode ‘optar’ por esta forma de engajamento no mercado de trabalho, visando à obtenção de uma renda maior que a possível no caso do trabalho assalariado (OLIVEIRA, PORCARO, ARAÚJO; 1985, p.40-41).

Torna-se evidente, então, que para o(a) trabalhador(a) branco(a) o trabalho assalariado não era um fim em si mesmo como era para os trabalhadores negros, que o viam como forma de provarem sua liberdade e dignidade, mas uma forma de iniciarem a vida na nova pátria e se libertarem o mais rápido possível desse. (FERANDES, 2008[1964]). A acumulação de capital, portanto, está diretamente ligada a determinação histórica na qual possibilitou que a população branca ultrapassasse a condição de assalariados(as)<sup>33</sup>.

Ultimamente o trabalho precarizado tem ganhado uma imagem positiva e romantizada, através de frases como “espírito livre”, rejeitando o contrato de venda de força de trabalho para mergulhar na instabilidade (STANDING, 2013, p.26), e isso se dá principalmente através do empreendedorismo que tem sido muito prestigiado, no qual o indivíduo na maioria das vezes desempregado ou necessitando complementar a renda<sup>34</sup>, lança-se pelo mundo do

---

<sup>33</sup> A questão da condição da população branca com a acumulação de capital foi tratada no capítulo anterior.

<sup>34</sup>“É diferente daquele de todos os outros grupos. Isso pode ser demonstrado usando-se o conceito de ‘renda social’. Em todos os lugares, as pessoas obviamente têm de sobreviver com a renda que recebem, seja na forma de fluxo monetário ou de rendimentos em espécie, em termo do que as pessoas ou suas famílias produzem. [...] O precariado pode ser identificado por ser uma estrutura característica da renda social, que confere uma vulnerabilidade que vai bem além da que seria transmitida pela renda financeira recebida em um momento específico. [...] Uma

empreendimento e auto insuficiência. Os assalariados correspondem a 60% dos trabalhadores latino-americanos e 20% são agricultores (LEDERMAN et al., 2014, apud, BIFF, ZILLI, et al; 2017), o que significa que o restante desses trabalhadores se submetem a outras formas de sobrevivência como o empreendedorismo, por exemplo, e segundo dados do Global Entrepreneurship Monitor - GEM, 25% dos empreendedores do continente empreendem por necessidade, elucidando as condições de precarização e informalidade na qual se reproduz a classe trabalhadora latino-americana.

No Brasil, como aponta dados do GEM de 2019, existem no Brasil 53 milhões de empreendedores, no entanto as estatísticas sobre empreendedorismo “abrandam” as estatísticas de desemprego. Sobre isso Antunes diz que:

As consequências do enorme processo de desregulamentação da força de trabalho, da inexistência de mecanismos regulamentadores, das condições de trabalho e da enorme flexibilização de mecanismo do mercado possibilitaram uma expansão sem precedentes do trabalho *part-time*; no entanto, a consideração dos trabalhadores nessas condições como fazendo parte do contingente de empregador, reduz fortemente as estatísticas de desemprego (ANTUNES,1999, p. 71).

A diminuição das estatísticas de desemprego substituídas pelos números crescentes de empreendedores faz com que esse último seja um instrumento de manipulação dos nossos Estados que, a partir disso, diminuem as políticas públicas e começam a transferir orçamentos públicos para setores privados. Assim também os meios de comunicação, através do entretenimento e dos telejornais, utilizam o discurso meritocrático, do fim do emprego e da liberdade econômica como liberdade política (ALMEIDA, 2018, p.161), transferindo ao trabalhador a responsabilidade sobre si mesmo, deixando-os a própria sorte, assim como aconteceu com a população ex-escravizada no pós-abolição. Porque, ainda que seja ambivalente, o precariado não é composto só de pessoas que tem controle sobre o próprio trabalho e com sucesso (STANDING, 2013, p. 27), a grande maioria é cooptada porque é a única maneira de sobrevivência diante dos altíssimos de desemprego.

A Tabela 5, abaixo, demonstra os resultados de uma pesquisa do GEM, no qual mostram-se os motivos pelos quais os novos empreendedores decidiram empreender:

---

característica do precariado não é o nível de salários em dinheiro ou de rendas auferidas em qualquer momento específico, mas a falta de apoio da comunidade em qualquer momento de necessidade, a falta de benefícios assegurados da empresa ou Estado e a falta de benefícios privados para completar ganho em dinheiro” (STANDING, 2013, p. 29-30).

**Tabela 5** – Percentual dos empreendedores iniciais segundo as motivações para iniciar um novo negócio

MOTIVAÇÃO	TAXAS
Para ganhar a vida porque empregos são escassos	88,4
Para fazer a diferença no mundo	51,4
Para construir uma grande riqueza ou renda muito alta	36,9
Para continuar uma tradição familiar	26,6

Fonte: GEM Brasil, 2019; Elaborada pela autora.

Para o neoliberalismo o desemprego é algo voluntário (HARVEY, 2008[2005], p.51), porém ao observar na Tabela 5, a romantização e exaltação do empreendedorismo é uma ilusão burguesa de aprofundamento das condições precárias de reprodução capitalista, que consequentemente colocam em evidencia o carácter de marginalidade do empreendedorismo, que segundo Vale (2014), grupos minoritários, imigrantes, população provenientes de estratos sociais inferiores da sociedade são os que recorrem ao empreendedorismo (VALE, 2014, p.311); sendo assim, muitas pessoas tem se tornado empreendedoras não por que querem, mas sim, porque no mercado formal de trabalho não encontram oportunidades de postularem a venda de suas forças de trabalho e, quando encontram, ocupam os trabalhos mais precarizados. Por isso “[...] a essência do espírito capitalista seria o desejo por afirmação e reconhecimento social, o que levaria o indivíduo a romper a tradição e a buscar novos caminhos” (SOMBART, 2001[1928], apud, VALE, 2014, p.312).

No entanto, ainda há o caso de milhares de mulheres que precisam permanecer em casa para cuidar das crianças e de idosos, e por isso elas são aprisionadas no trabalho informal; dessa maneira o autoemprego e o empreendedorismo se tornam as únicas maneiras que encontram para permanecerem em casa e sustentarem suas famílias. Essas mulheres estão sistematicamente destinadas a extensivas jornadas, uma vez que se dividem entre o trabalho por conta e a atividade doméstica inerente a maioria das mulheres da classe trabalhadora. Araújo e Lombardi vão dizer que:

Os tempos de trabalho dos informais são menos padronizados e mais flexíveis do que aqueles que possuem contratos formais, e a diferença de gênero reside na maior participação das mulheres em colocações de jornada reduzida, sobretudo desempenhando funções de trabalhadoras domésticas e por conta própria. As mais longas jornadas de trabalho - superiores a 44 horas por semana - foram verificadas entre os homens no trabalho informal. Pode-se supor, portanto, que, no que tange à jornada do trabalho, há duas tendências na informalidade conforme o sexo do trabalhador. A primeira tendência é o aumento da exploração do ocupado pela

ampliação da sua jornada de trabalho, e a segunda favorece a inserção de mulheres principalmente em trabalhos com jornadas reduzidas, o que indica a necessidade de combinar as atividades remuneradas com o trabalho reprodutivo realizado no âmbito doméstico (ARAÚJO; LOMBARDI, 2013, p.24).

Entretanto, ainda que grande parte dos(as) empreendedores(as) sejam provenientes da classe trabalhadora assalariada, o enaltecimento que há, faz com eles(as) não sejam vistos como classe trabalhadora, já que eles(as) são seus “próprios patrões” e o empreendedorismo é visto como uma maneira de “mobilidade social”, sendo a “solução” do problema do desemprego, o que gera “[...] à crença de que todos podem ser capitalistas, quando, na realidade, as atividades denominadas autônomas não conseguem ser nem ao menos uma alternativa ao desemprego” (ALVES; TAVARES, 2006, p. 439).

Isso, portanto, se torna problemático, desde o âmbito da luta de classes. Empreendedores que não se identificam enquanto classe trabalhadora, expressam a incompreensão sobre a situação de precarização que se encontram e que também atinge todo o conjunto da classe trabalhadora, tanto formais como informais. Esse ideário burguês de não fazer parte dos despossuídos dos meios de produção, é o que muitas vezes trava as lutas contra esse sistema. Com uma visão um pouco mais abrangente sobre nossa realidade é possível identificar, que o sistema em que vivemos tende a um discurso de inclusão que de fato, não existe, por isso deixar 53 milhões de pessoas se identificarem como empreendedores e empreendedoras, como maneira de minimizar os efeitos desastrosos das recorrentes e constantes crises capitalistas, significa pouco mais de ¼ da população brasileira desamparada de direitos e tendo que fazer qualquer coisa para que consigam suprir com todas as despesas necessárias para sobrevivência.

Standing esclarece:

Além da falta de garantia no emprego e da renda social insegura, aqueles que fazem parte do precariado carecem de uma *identidade* baseada no trabalho. Quando estão empregados, ocupam empregos desprovidos de carreira e sem tradições de memória social, ou seja, não sentem que pertencem a uma comunidade ocupacional imersa nas práticas estáveis, código de ética e normas de comportamento, reciprocidade e fraternidade. O precariado não se sente parte de uma comunidade trabalhista solidária. Esse fato intensifica um sentimento de alienação e instrumentalidade no que ele tem de fazer. As ações e atitudes derivadas da precariedade tendem ao oportunismo. Não há “sobra de futuro” pairando sobre suas ações, para lhes dar um senso de que o que fizerem, fazem ou sentem hoje terá um forte ou obrigatório efeito em suas relações de longo prazo. [...] Para alguns há liberdade em não ter nenhum comprometimento moral ou comportamental que defina uma identidade ocupacional (STANDING, 2013, p.31).

A precariedade dos modelos de trabalhos temporários, e isso inclui o empreendedorismo, contribui para uma não identificação entre esses trabalhadores, cada um em sua necessidade de inovar para conseguir se reproduzir, gera essa não organização enquanto um grupo que sofre com as mesmas dinâmicas de exploração. A falta de um contrato também gera esse não compromisso, o que desencadeia na não reivindicação do rompimento dos aparatos de exploração burgueses, resultando numa realidade não insurgente e favorável aos mecanismos de opressão e exploração, que dá continuidade ao modelo de produção e de acumulação, que reproduz uma realidade cada vez mais desalentadora para todo o conjunto da classe trabalhadora.

Antunes vai dizer sobre a importância da organização da classe trabalhadora para superação exploração de classe:

Todo amplo leque de assalariados que compreendem o setor de serviços, os trabalhadores ‘terceirizados’, os trabalhadores do mercado informal, os ‘trabalhadores domésticos’, os desempregados, os subempregados etc., que padecem enormemente da desmontagem social operada pelo capitalismo em sua lógica destrutiva, podem (e devem) somar-se aos trabalhadores diretamente produtivos e por isso, atuando enquanto *classe*, constituem-se no segmento social dotado de maior potencialidade anticapitalista (ANTUNES, 2006, p.94).

Há outras reivindicações sociais, como o movimento negro, o movimento feminista e LGBTQI+ que, embora exista fragmentações esses movimentos, tem mostrado a importância de se articularem enquanto um grupo para combaterem as opressões que os atinge, porém esses movimentos citados tendem a ser liberais e talvez, isso também dificulta uma visão mais clara sobre a nossa realidade concreta que os atinge também enquanto classe trabalhadora, e que essas determinações só intensificam ainda mais suas condições enquanto trabalhadores e trabalhadoras.

Por isso, é necessário a radicalidade ao analisarmos as opressões que nos atinge. Todas as opressões que hoje existem são intensificadas pelo capitalismo, se negros, mulheres e imigrantes são os que mais sofrem com a precarização é porque o capitalismo se apropriou (no caso do patriarcado) e criou mecanismos de manutenção das desigualdades. Sendo assim, todo o conjunto da classe trabalhadora, cada um com suas determinações e com o entendimento de que a história é o que condiciona o presente, é que será possível a luta anticapitalista para a superação de todas as opressões.

#### **4. A PROBLEMÁTICA DO AFROEMPREENDEDORISMO COMO ALTERNATIVA**

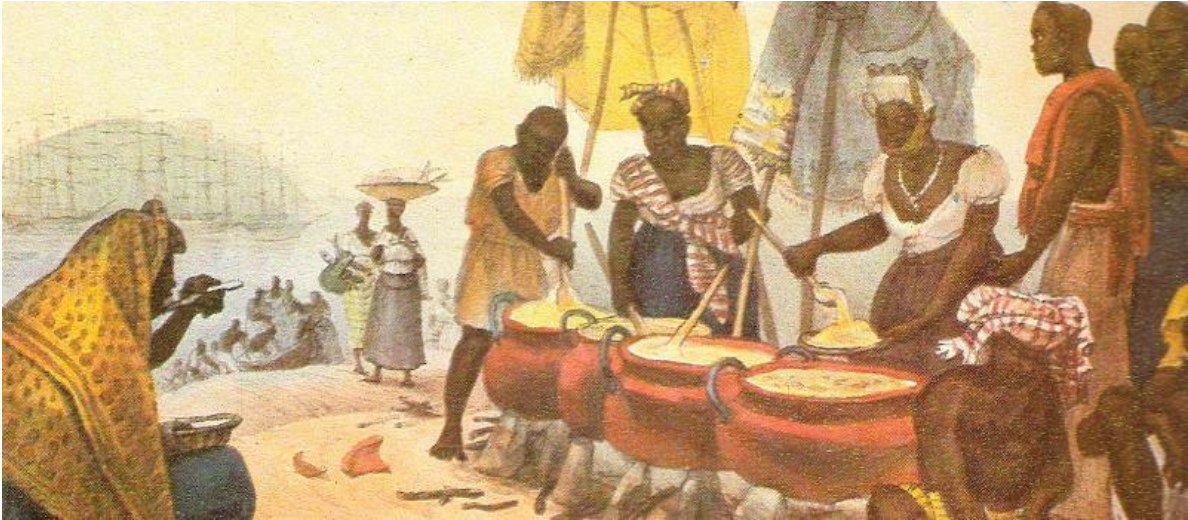
Ao longo de toda história a população negra no Brasil atravessou diversos empasses para manter sua sobrevivência, dada a dificuldade de inserção no mercado por exemplo; no entanto, a pouco mais de uma década descobriram no empreendedorismo uma possível maneira de reprodução sem terem de se defrontar com o racismo que grande parte das vezes os(as) afligem nas ocupações formais. É claro que no empreendedorismo não estariam ilesos de sofrerem racismo, já que este é estruturante em nossa sociedade.

O impacto que tem a população negra no empreendedorismo é tão significativo que eles(as) não são chamados(as) somente de empreendedores(as), mas sim, de afroempreendedores, e principalmente de afroempreendedoras, já que as mulheres negras compõem os maiores índices de empreendedores e empreendedoras do Brasil. Por isso, para além de entender a questão afroempreendedora e a que o diferencia do empreendedorismo em si, é necessário entender porque as mulheres negras são a maioria nessa atividade.

Sendo assim, para melhor compreendermos a realidade dos afroempreendedores e o que os diferencia de empreendedores brancos, foi realizado um trabalho de campo, no qual pudemos identificar especificidades próprias do afroempreendedorismo, como por exemplo a noção de coletividade. E a partir das análises feitas através das entrevistas identificamos similaridades entre as entrevistas e como elas são a materialização da nossa desigual realidade, na qual ser negra e pobre significa estar nos locais mais explorados, ainda que digam ser o contrário.

O trabalho precarizado atingia a população negra antes mesmo de reestruturar o mundo do trabalho, um exemplo disso é a atividade como autônomos(as) que desde o período colonial a população negra encontrou na ocupação como autônomas uma maneira de sobrevivência, e isso se estende até os dias de hoje, no entanto, até mesmo nessa ocupação que durante um tempo esteve só entre as pessoas negras, quando se hegemoniza para todo o conjunto da classe trabalhadora, os trabalhadores(as) negros(as) se veem em desvantagem aos autônomos(as) brancos(as). No entanto, os afroempreendedores hoje correspondem a 50% dos empreendedores do Brasil (SEBRAE, 2015, p.11), e isso, portanto, é uma herança histórica, na qual o empreendedorismo acompanha a população negra desde o período colonial, como podemos ver na Figura 5 a seguir:

**Figura 5** – Negras cozinheiras, vendedoras de angu- Jean Baptiste Debret<sup>35</sup>



Fonte: BONINO, 2015.

Na Figura 5, além das cozinheiras de angu vemos também outras mulheres com gamelas na cabeça e trouxas nas mãos; esse comércio de ambulantes ganhara força no Brasil depois da vinda da família real em 1808 e era praticado por negros escravizados, principalmente por mulheres (ICONOGRÁFICA, 2017) que até hoje correspondem a 49% das empreendedoras do país (REDAÇÃO, 2019b), o que significa que a ocupação autônoma está principalmente vinculada à mulher negra como maneira de sobrevivência, e mesmo depois da institucionalização do trabalho livre é a população que esteve na informalidade e, após a reestruturação produtiva, foi a mais afetada pelos mecanismos da precarização.

Portanto, é importante recordar que ao longo de toda a história do Brasil a população negra esteve inserida na informalidade, e a partir disso criaram maneiras de sobrevivência, sobretudo, no pós-abolição, que foi um momento de estruturação das relações da população negra com o mundo do trabalho. Sobre esse período Fernandes ressaltou que:

Em sua maioria, não conheciam bem as ocupações e serviços urbanos, vivendo de trabalhos manuais rudes. Encontravam-se alguns ajudantes de pedreiros; mas a maior parte dos homens faziam biscates, isto é, ‘os serviços que calhavam’ recebendo por

<sup>35</sup> “Jean-Baptiste Debret nasceu em Paris, França, no dia 18 de abril de 1768. Filho de Jacques Debret, funcionário público e estudioso de História Natural e Artes. Em 1783 ingressou no ateliê de seu primo, Jacques-Louis David, líder do neoclassicismo francês, e o acompanhou em sua segunda viagem à Itália, onde permaneceu por um ano [...] Com o objetivo de criar uma Escola de Artes e Ofícios no Brasil, o príncipe regente D. João solicitou a Lebreton, secretário da Escola de Belas Artes da França, um grupo de artistas e mestres para formar a “Missão Francesa” que iria se instalar no Brasil. No dia 26 de janeiro de 1816, Debret embarca no porto de Le Havre. No dia 26 de março de 1816 chega ao Rio de Janeiro, juntamente com os outros membros da missão [...] Em 1821, com a volta de D. João VI para Portugal, Debret passou a servir D. Pedro I, de quem recebeu a Comenda da Ordem de Cristo. Em 1829 e 1830, realizam-se as duas primeiras exposições de artes no Brasil. [...] Os 350 originais das gravuras de Debret executadas no Brasil, estão conservadas na Fundação Castro Maia, no Rio de Janeiro. As telas a óleo encontram-se no Museu Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro” (FRAZÃO, 2019, *on line*),

dia ou empreitada. As mulheres trabalhavam como criadas, havendo ainda quem preferisse a mucama e a cozinheira ‘de cor’. Um informante esclareceu, ainda: ‘Agora há muito preto como pedreiros e até vendedores de frutas e de coisas. Antigamente, os italianos e os portugueses é que se dedicavam a esses serviços de venda. Os pretos os estão substituindo. Também não se via muito preto como oficial [nos ofícios]. O branco é que ocupava esses lugares.’ [...] Pelas indicações de uma das histórias de vida, o negro tinha de agir com grande oportunismo, ‘aceitando o que aparecesse’, e quase sem fazer exigências. Servir de carregador, aceitar, serviços de limpeza de casas, entregar folhetos ou transportar cartazes, trabalhar nas cavaliças, como serviçais nas pensões ou como ajudantes de pedreiros, de carpinteiros, de pintores etc. (FERNANDES, 2008[1964], p. 91).

Vemos então, que a população negra ocupou as atividades que nenhum outro trabalhador se dispôs, reforçando com isso, o não acesso ao mercado formal de trabalho que, como vimos ao longo desse trabalho, fez com que a população negra fosse constituída na informalidade, e que dessa maneira, a relação dos trabalhadores(as) negros(as) e brancos(as) com o mundo do trabalho formal fosse diferente, e conseqüentemente enquanto empreendedores a relação também é diferente. O próprio Ministério Público do Trabalho aponta que “Os negros enfrentam dificuldade na progressão de carreira, na igualdade de salários e são os mais vulneráveis ao assédio moral no ambiente de trabalho, apesar da proteção constitucional contra o racismo e a discriminação.” (BOEHM, 2017).

Como observamos na Tabela 3 ainda em meados dos anos 1970 a população negra ocupava os maiores índices de informalidade, com menores salários e baixa especialização, isso com tudo, diz muito quando grande parte dos trabalhadores(as) negros(as) ainda nos dias de hoje perdem vagas de emprego por serem negros e sofrem racismo nos seus locais de trabalho (MELO, 2017). A conjuntura estrutural das desigualdades ainda condiciona a população negra a um lugar de não pertencimento no mercado formal de trabalho, porque mesmo que consigam ingressar, 53% diz ter feito mudanças estéticas para fazer a entrevista ou ser aceito no ambiente de trabalho (MELO, 2017), o que revela que as dinâmicas de embranquecimento são critérios determinantes do acesso ao mercado de trabalho formal. Almeida complementa:

E um exemplo disso é a exigência de ‘boa aparência’ para se candidatar a uma vaga de emprego, que simultaneamente é associada a características estéticas próprias de pessoas brancas. Ou seja, no caso do racismo antinegro, as pessoas brancas, de modo deliberado ou não, são beneficiárias das condições criadas por uma sociedade que se organiza a partir das normas e padrões prejudiciais à população negra (ALMEIDA, 2018, p. 35).

É então, através do trabalho autônomo ou como empreendedores, que a população negra tem encontrado a maneira para sobreviver, e é especificamente através do empreendedorismo que tem encontrado a possibilidade de se mostrarem enquanto sujeitos

capazes através das tantas dificuldades conciliar sobrevivência com cultura e ancestralidade. E isso sem dúvida é o que diferencia o afroempreendedorismo, que além de ter o carácter empreendedor, contém uma ideologia e propósito com um público específico, no qual o objetivo é reafirmar a raiz, que ao mesmo tempo serve como ferramenta para discussões sobre racismo e inserção social (MATHIAS, apud BAOBÁ, 2017). Por isso, para além de empreender, os(as) afroempreendedores(as) tem como princípio difundir a ancestralidade comum a maioria da população brasileira e desconstruir a ideia colonial do que é ser negro(a).

Atualmente essa população movimenta R\$1,7 trilhões no Brasil (BATISTA, 2018), no entanto, os(as) afroempreendedores ainda enfrentam grandes dificuldades no acesso a créditos; 32% diz ter o crédito negado sem motivos e 3% dizem que o crédito foi negado por ser negro(a) (PRETAHUB, apud ECONOMIA, 2019). Esse paradoxo gera inquietudes, porque ainda que a população negra seja a que mais enfrenta dificuldades de reprodução e de formalização do trabalho, ela movimenta trilhões todos os anos e quando a partir das dinâmicas desiguais do capitalismo e do Estado burguês, se vê na necessidade de pleitear crédito a bancos, afim de empreender como maneira de sobreviver, lhes é negado. Vista disso, a construção depreciativa do que é ser negro(a), é colocada antes de que possa ser visto nele(a) um(a) potencial empreendedor(a), hoje os(as) afroempreendedores representam 48% do MEI's (SEBRAE, 2019), isso contudo, aprisiona a população de sempre ser a maioria, no entanto, são barrados(as) da possibilidade de serem “beneficiados(as)”.

Dessa forma, esse contexto tão atual é semelhante ao período de 1888, em que a população ex-escravizada e descendente conquistou a “liberdade”, entretanto, não fez parte da construção daquela nova realidade. Contudo, a “liberdade” empreendedora não corresponde aos(as) afroempreendedores(as), uma vez que, nessa estrutura as possibilidades da população negra ter liberdade são mínimas e empreender é a continuidade do projeto de extirpar a população negra, pois esse modelo de trabalho precarizado dificulta a sobrevivência de todo o conjunto da classe trabalhadora, sobretudo a população negra que, como foi demonstrado na Tabela 3, é a maioria nos índices de homicídios, de informalidade e analfabetismo. Logo, o empreendedorismo é a mais nova faceta da “liberdade”, assim como a liberdade do pós abolição, que os deixou em uma situação senão pior do que a anterior.

Embora a nível estadual e de garantias de direitos os(as) afroempreendedores(as), assim como todo o conjunto da categoria, estão despossuídos de qualquer segurança trabalhista, o racismo das instituições condiciona a população negra a estarem sistematicamente apartados de qualquer política pública benéfica ao grupo, dessa maneira, deparam-se com as dinâmicas de extermínio do Estado. Por exemplo, “de 2014 a 2016, 67% dos mortos por policias eram

negros e pardos e 16% tinha menos de 17 anos” (MERLINO, 2018, p.4); segundo dados da Associação Brasileira de Saúde Coletiva – ABRASCO, a chance de uma mulher negra não receber anestesia na hora do parto é de 50%, enquanto a taxa de não recebimento das brancas é de apenas 8% (FLAESCHEN, 2020); 84% dos jovens negros começam a trabalhar antes dos 17 anos (PNAD, 2013 apud SEBRA, 2015, p.21).

Esses são somente alguns dados que explicitam a situação vivida pela população negra, que é atravessada pelas dinâmicas do Estado burguês, que condena a população as piores possibilidades de existência. Assim, o Estado que deveria ser o garantidor de uma sociabilidade mais humanizada, promove violência e desrespeito aos direitos humanos (MERLINO, 2018, p.4), no entanto, embora o Estado deva promover direitos a todos, o racismo institucional garante o estabelecimento da hegemonia de um só grupo social no poder, que faz com que cultura, práticas e aparências desse grupo sejam colocadas como modelo civilizatório (ALMEIDA, 2018, p.31), dessa maneira, o racismo institucional:

[...] depende, em primeiro lugar, da existência de regras e padrões que direta ou indiretamente dificultem a ascensão de negros e/ou mulheres, e, em segundo lugar, da inexistência de espaços em que se discuta a desigualdade racial e de gênero, naturalizando, assim, o domínio do grupo formado por homens brancos (ALMEIDA, 2018, p.31).

O combate à pobreza, o direito à cidadania, a igualdade entre homens e mulheres e repúdio ao racismo são algumas das principais garantias do Estado brasileiro na Constituição de 1988 (BRASIL, 1988), no entanto, sabemos que na realidade isso não acontece. Por exemplo, no caso do racismo, vimos nos trechos acima que o racismo institucional existe e que ele é peça fundamental para a continuação das desigualdades que são pilares centrais do sistema capitalista em que vivemos. Por isso, ainda que haja o aparato estatal, não é certo que ele funcione para todos(as), visto que as instituições tendem a beneficiar quem de fato faz parte dela, os homens burgueses brancos, que são detentores de todo respaldo do Estado.

#### 4.1. MAS O QUE É AFROEMPREENDEDORISMO?

Agora apresentaremos de forma sintética o que é o afroempreendedorismo através de materiais de *websites*, que são fonte de muita informação sobre o afroempreendedorismo e os afroempreendedores, o que possibilitará compreender como ele vem funcionando. Segundo Nascimento, o afroempreendedorismo é uma estratégia de enfrentamento a vulnerabilidade econômica e social da população negra, que é o grupo social mais afetado pelas transformações

do mundo do trabalho (NASCIMENTO, 2018, p.1). No entanto, a autora diz que as palavras afroempreendedorismo e afroempreendedor são difíceis de serem definidas, uma vez que falta literatura principalmente no meio acadêmico, o que dificulta a definição do que seria afroempreendedorismo (NASCIMENTO, 2018, p. 6).

Mathias diz que, embora o mercado afro no Brasil tenha um público-alvo com expectativas em relação aos produtos a serem consumidos e a população negra tenha forte influência na cultura brasileira, possibilitando inovação e diferencial no mercado, “é indispensável frisar que essas concepções de fortalecimento da cultura negra, a busca da independência criativa, entre outros fatores, não negligencia a luta pela relevância do negro no mercado de trabalho e em cargos de liderança em grandes empresas” (MATHIAS, 2016) e enfatiza que, o afroempreendedorismo é, nesse contexto, uma ferramenta efetiva de busca pela democracia racial (MATHIAS, 2016).

Sendo assim, segundo a autora, o afroempreendedorismo funciona como um mecanismo para minimizar a desigualdade vivida pela população negra e ao mesmo tempo uma demonstração do potencial empreendedor da população e da cultura afro, ainda que isso seja indiferente ao fato de que a população negra é preterida no mercado formal de trabalho. Portanto, o afroempreendedorismo é voltado à valorização da identidade negra e que tem como base a afrodescendência como centro da produção (NATIVIDADE, 2016), e de certa maneira, o afroempreendedorismo vem ajudando a população negra a se orgulhar de ser negra, o que, segundo Mariana Ferreira, coordenadora da Rede Afroempreendedor no Estado (Reafro-RS) em matéria ao Portal Geledés, embora não seja fácil ser negro no Brasil, a população vem perdendo a vergonha, uma vez que agora há uma maior valorização da cultura, costumes e estética (MELLO, 2019).

A partir do caráter inovador do afroempreendedorismo surgiram diversas iniciativas de assistência aos afroempreendedores, como por exemplo o projeto Brasil Afroempreendedor, que é uma iniciativa do SEBRAE, coordenado pelo Instituto Adolpho Bauer, pelo Coletivo de Empresários e Empreendedores Afrobrasileiros de São Paulo (CEABRA/SP) e pela Associação Nacional dos Coletivos de Empresários e Empreendedores Afrobrasileiros (ANCEABRA), o qual tem o intuito de dar oportunidade, qualificação, construir política públicas de apoio, buscando fonte de fomentação e financiamento aos projetos. Esse projeto foi desenvolvido para que abrangesse 12 estados brasileiros, com capacitação e formação para os micro e pequenos afroempreendedores, como também para representantes de comunidades remanescentes de quilombo (PROJETO Brasil Afroempreendedor, 2013)

Outro exemplo, diante das várias possibilidades tecnológicas, foi o desenvolvimento de um aplicativo por três estudantes: Kizzy Terra, Hallison Paz, Vitor Del Rey, chamado Kilombu (MATHIAS, 2016), que visa facilitar a comunicação entre clientes e afroempreendedores, oferecendo também capacitações (NASCIMENTO, 2016). No entanto, verificamos o aplicativo e tivemos dificuldade, uma vez que só podem fazer cadastro quem tem o CPF vinculado a alguma loja, caso contrário o cadastro não é efetivado.

Esses foram somente alguns exemplos de projetos que estimulam o desenvolvimento e aprimoramento do(a) afroempreendedor(a) brasileiro(a) que, embora atravesse uma realidade cruel, consegue ter um pouco de esperança através desses projetos que o(a) beneficia. Contudo, fica evidente a relevância que tem hoje o afroempreendedorismo, que “Pela diversidade dos projetos, é possível constatar de forma factual como o empreendedorismo afro tem ultrapassado barreiras, acrescentando novas perspectivas a um mercado de trabalho com raízes retrógradas e discriminatórias” (MANTHIAS, 2016).

#### 4.2. A FEIRA PRETA

Dentre os tantos projetos e instituições que visam o aprimoramento da população negra empreendedora A Feira Preta é praticamente pioneira. Criada em 2002 o Instituto Feira Preta (atualmente PretaHub) dispõe-se a estimular e acelerar os negócios negros no Brasil, promovendo educação empreendedora e atividades em todo o território nacional. “Sua meta é virar o Brasil de cabeça pra baixo e ajudar no empoderamento e ascensão social da população negra” (Feira Preta, 2019).

Quando se definiu que o afroempreendedorismo seria um dos elementos que iriam compor o estudo, o trabalho de campo acompanhado por entrevistas semi-estruturadas esteve, desde o princípio da elaboração dessa pesquisa, como uma das metas para a compreensão das determinações que condicionam o afroempreendedorismo. Logo depois da definição do tema e de que a entrevista seria um dos elementos da pesquisa, foi feita uma busca breve na internet sobre afroempreendedores no Brasil. Dentre as várias notícias sobre afroempreendedorismo no país, comunidades de afroempreendedores, *startups*, apareceu também um evento de nome *Festival Feira Preta*, que, após alguma pesquisa sobre como seriam as entrevistas, foi definido como o local ideal para tal, já que nela haveria dezenas de afroempreendedores de todo o país, o que possibilitaria não só fazer as entrevistas, mas experienciar o mundo do afroempreendedorismo e outras atrações que a feira ofereceria.

**Figura 6** – Divulgação do Festival Feira Preta 2019

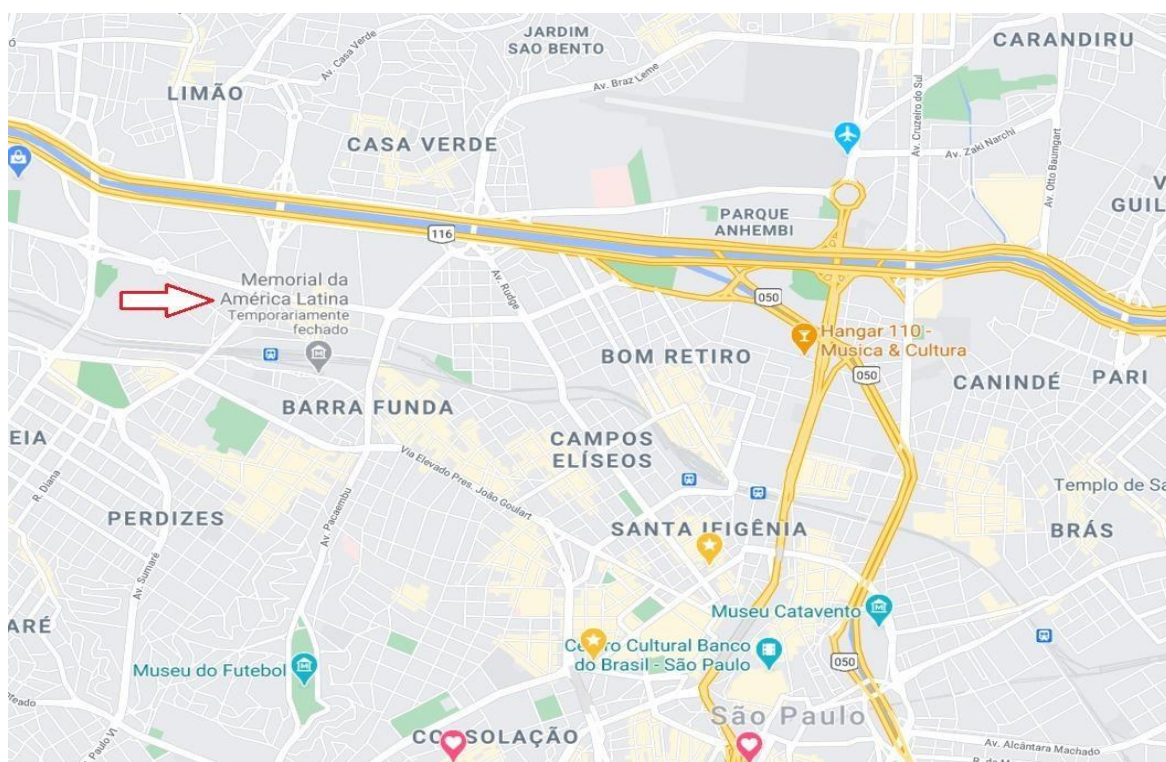


Fonte: Feira Preta, 2019.

A Feira Preta acontece na capital paulista há 18 anos e reúne afroempreendedores de todo o Brasil, tornando-se a maior feira de empreendedorismo e cultura negra da América Latina. Em 2019 ela não foi somente uma feira, mas também um grande evento em comemoração aos seus 18 anos que durou em média um mês, contando com atrações que se estenderam por toda a cidade de São Paulo, desde shows, debates, rodas de conversas e exposições. Nos dias 7 e 8 de dezembro, no Memorial da América Latina, aconteceu a Feira Preta propriamente.

Para além de toda a estrutura montada para exposição dos(as) afroempreendedores(as), a feira contava com apresentações musicais e culturais afro, e também com palestras, debates, espaços sobre saúde e sexualidade da população negra, espaços recreativos para crianças e vários entretenimentos. A estrutura da feira era grande e havia, ainda, espaços destinados aos patrocinadores como o Banco Itaú e o Sebrae, que organizaram debates sobre o mundo do empreendedorismo e financeiro, tirando dúvidas e dando suporte para empreendedoras e empreendedores, e para quem estava pensando em se tornar um.

**Figura 7** – Mapa de localização do Memorial da América Latina



Fonte: GOOGLE MAPS, 2020.

Ao chegar na feira e começar a caminhar entre os *stands*, observei com facilidade entre as expositoras e expositores, que havia uma maior quantidade de mulheres sobre a de homens - explicitando o lugar da mulher negra no mercado de trabalho, uma vez que são maioria nos cargos mais inferiores e precarizados, diante disso, todas as entrevistas foram feitas com mulheres, exatamente porque houve um pouco de dificuldade em encontrar empreendedores homens e, no que se pôde observar, os poucos que se encontraram eram não-brasileiros - que também deixa claro o lugar de pertencimento da população negra e considerada estrangeira no país.

A estrutura social em que vivemos é baseada em critérios de desempenho individual e no empreendedorismo isso não é diferente, porém, com o que pudemos observar na Feira Preta, no afroempreendedorismo essa característica não está muito aparente. Desde o começo da feira foi possível perceber o sentimento de coletividade e de comunidade: tudo na feira remetia à união do povo negro e à ancestralidade, desde roupas, acessórios, música e outros produtos que estavam à venda; e entre as afroempreendedoras e os afroempreendedores não se notou competitividade, mas sim que nenhum(a) dele(as) é nada sozinho(a). Havia um ar de irmandade durante os dois dias que a feira aconteceu, e esse sentimento também parecia estar permeando não só as expositoras e expositores como também quem estava visitando, todos aparentavam estar sentindo um sentimento de pertencimento.

Embora todo o senso de comunidade, pertencimento e união que a Feira Preta transmitia, algo pareceu contraditório pois havia um número significativo de homens afroempreendedores que estavam para fora das grades do evento, o que me causou estranheza uma vez que o que mais se ouviu nas entrevistas e em outros espaços da feira foram palavras como: coletividade, união e comunidade. Entendemos que a feira não poderia ter dentro dela todos os afroempreendedores, porém aqueles homens que estavam do lado de fora desde sua condição de homens negros, imigrantes e talvez até mesmo refugiados, encontravam-se no evento em uma situação inferior do que os afroempreendedores que estavam expondo.

Levando em consideração que a maioria das pessoas que expõe no evento estão ali por um coletivo ou indicação de alguém, e se o intuito era dar visibilidade a todos e não segregar ninguém, poderiam ter em algum momento aberto um espaço para que aqueles homens pudessem se pronunciar de alguma maneira ou que houvesse uma divulgação de seus trabalhos - a maioria deles vendiam roupas étnicas com estampas afro e acessórios também afro - ou uma fala de cunho político sobre a posição que aqueles homens ocupam em nossa sociedade.

Entrar em contato com as entrevistadas foi fácil, nenhuma das abordadas hesitou em ser entrevistada - fui recebida com um sorriso por todas -, só no primeiro dia consegui fazer cinco entrevistas o que impressionou. No segundo dia, porém, só consegui realizar uma entrevista porque houve maior dificuldade para entrar em contato com as expositoras, já que nesse dia a feira estava muito cheia, em comparação ao dia anterior e, não querendo ser inconveniente, optei só por uma entrevista que já estava acordada desde o sábado anterior ao dia da feira.

Embora no domingo eu não tenha feito tantas entrevistas, havia outros espaços nos quais participei, um deles que chamou muita atenção foi um debate sobre *O Futuro das Políticas Públicas*, que se debruçava sobre a importância da política na vida e na realidade da população negra. Uma das pessoas que compunham o debate falou sobre a importância da interseccionalidade e citou *O Partido dos Panteras Negras*<sup>36</sup>, *Bell Hooks*, *Patrícia Hill Collins*

---

<sup>36</sup> O Partido dos Panteras Negras, criado por Bobby Seale e Huey Newton; surgiu em 1966 no estado estadunidense de Oakland. Foi uma organização negra e revolucionária que via no Socialismo o fim da opressão e exploração capitalista. “O Partido dos Panteras Negras foi fundado em 1966 e se dissolveu em 1982, se reorganizando em diversos grupos que hoje reivindicam seu legado. O Partido teve uma sagacidade de entender o momento político e a ligação imbricada entre a questão de classe e de raça nos EUA: até 1945 (final da segunda guerra) os negros nos EUA não tinham todos os direitos civis garantidos[...] Em uma análise feroz os panteras detectaram que em sua realidade fraturada na luta de classes, a contradição entre trabalhadores e burgueses no seio do capital mundial que surgia, os EUA, tinha uma segunda característica: Uma profunda cisão de raça. Todos os espaços onde a burguesia se conformava como classe [...]ela também se portava como raça dominante, o mesmo não se podia dizer dos trabalhadores, que brancos ou negros convergiam enquanto classe em seus sindicatos[...] para o partido O capitalismo e o racismo só poderiam ser combatidos em conjunto em uma ampla luta revolucionária, pois o

e ainda *Ângela Davis*. Porém, não houve a reflexão sobre quão importante é a luta anticapitalista na luta contra o racismo, e de como essas lutas não podem estar dissociadas; e nada foi dito, por exemplo, de que *Ângela Davis*, além de grande intelectual negra foi uma das grandes precursoras dos *Panteras Negras* na luta anticapitalista nos Estados Unidos, ou até mesmo questionado o caráter do Estado-burguês-capitalista e de como este condiciona a vida das pessoas negras.

Outro aspecto que causou um estranhamento foi o preço de alguns produtos, considerando que o público alvo é a população negra e essa população é a mesma que em sua grande maioria só trabalha para comer - o que significa que pagar R\$300,00 em uma vestimenta não faz parte da realidade vivida pela população negra e favelada brasileira. Entretanto, ouvi um dos expositores dizendo: *“Todo mundo paga caro em produtos Nike e Adidas, e ninguém reclama”*. Essa fala retrata um pouco a falta de criticidade a respeito da real situação concreta vivida pela população negra, e que infelizmente há nessas movimentações negras hegemônicas um caráter um tanto liberal e burguês, que faz com que nós, negros, não vejamos o capitalismo com um inimigo, mas sim como um aliado rumo ao “Negros no Poder”.

Participar da Feira Preta nos dias 7 e 8 de dezembro de 2019 foi uma experiência incrível, por ser um lugar onde qualquer pessoa negra se sente à vontade, representada e ganha força para seguir adiante. Uma sensação indescritível. Conhecer um pouco da história das entrevistadas e resistência de cada uma foi muito potente, porém não podemos achar que é prudente a população que ergueu esse país e que agora é a mais marginalizada, a que compõe os maiores níveis de pobreza, de carceragem e a que mais morre no país, se sujeitar ao empreendedorismo - ainda que seja sabido que ao longo da história e também atualmente essa maneira de ganhar a vida foi e é, muitas vezes, a única possível - sem questionar os efeitos deste na vida dessas pessoas e os grandes benefícios que o capitalismo colhe com o afroempreendedorismo.

Ao todo foram entrevistadas seis mulheres de diferentes faixas etárias, às quais foram feitas perguntas abertas com o intuito de que elas pudessem se expressar o quanto quisessem e falassem de suas trajetórias enquanto afroempreendedoras. A seguir apresentaremos cada uma das entrevistadas através do Quadro 1, com algumas informações que são relevantes para a análise a partir de suas falas, importantes para entendermos quem são, o que vendem/produzem etc.:

---

escasso poder de voto conquistado um ano antes (1965) não poderia arrancar o poder político e econômico dos poderosos” (POIATO, 2019).

**Quadro 1** – Apresentação das entrevistadas

ENTREVISTADAS	O QUE VENDE	PARTICIPA DE ALGUM COLETIVO	RENDA EXTRA	PARTICIPAÇÕES NA FEIRA
W. S. Aprox. 40 anos	Confecciona roupas étnicas	Foi à feria junto com um coletivo do qual participa.	Trabalhada também como professora	Segunda vez participando da feira
A. M. Aprox. 25 anos	Roupas e bijuterias	Divide um espaço coletivo com outros afroempreendedores.	Sonha em deixar o emprego de carteira e ter a própria loja	Foi a primeira vez participando da Feira
M. D. Entre 50 e 55 anos	Confecciona bijuterias afro que remetem às religiões de matriz africana	Participa do coletivo “Afro Criadores”	Aparentemente as bijuterias são sua única fonte de renda	Participou em 2016 e 2019
E. A. Aprox. mais 70 anos	Produz esculturas	Não participa de nenhum coletivo, porém, tem contato com os organizadores da feira.	Aposentada há 18 anos, faz as esculturas por hobby	Participa da feira há 12 anos
N. M. Aprox. 35 anos	Confecciona roupas étnicas	Participa de vários coletivos que divulgam o afroempreendedorismo	É sua única fonte de renda e, embora tenha um ateliê, ainda enfrenta dificuldades	Participando pela segunda vez da Feira
B. R. Entre 25 e 30 anos	Vestidos e camisas, costurados por ela	Tinha um espaço com outros afroempreendedores, mas teve problemas	Há cinco anos com a marca, essa é sua única fonte de renda	Participa da Feira há 3 anos

Fonte: Elaborada pela autora.

Ao observar o Quadro 1 percebemos facilmente que todas elas têm ou tiveram contato com coletivos, seja participando ou compartilhando um espaço. Com uma observação mais detalhada vemos que duas das entrevistas, W.S. e A.M., tem trabalho registrado além do empreendimento e uma delas, E.A., já está aposentada, tendo o empreendimento como um hobby. No entanto, as outras entrevistadas, que tem o empreendimento como a única fonte de renda, deixaram claro o quanto é difícil serem mulheres negras e empreendedoras. Sendo assim, o Quadro 1 contém somente uma breve apresentação das entrevistadas com algumas informações, a partir das suas falas, que serão analisadas.

#### 4.3. ENTREVISTAS: MULHERES NEGRAS – MAIORIA ENTRE OS AFROEMPREENDEDORES

As análises das entrevistadas estão divididas em três categorias, sendo elas: “Classe: o senso de coletividade entre as(os) afroempreendedoras(es)”; “Racismo como categoria inerente a classe”; “Eu, mulher negra, e a constante vulnerabilidade”. As entrevistas foram feitas presencialmente durante o período da Feira Preta e as perguntas seguiram um Roteiro de Entrevistas ( APÊNDICE), de tipo semi-estruturadas, porquê, dessa maneira, “el investigador dispone de una serie de temas que debe trabajar a lo largo de la entrevista, pero puede decidir libremente sobre el orden de presentación de los diversos temas y el modo que formula la pregunta” (BATTHYÁNY; CABRERA, 2011, p. 90).

Para análise das entrevistas usamos o método de categoria de análise (BARDIN, 2011[1977]), na qual, a partir da hipótese e objetivos propostos na pesquisa, desenvolvemos um olhar para o material onde as categorias funcionaram como uma lupa para que pudéssemos interpretar o necessário para a pesquisa e, claro, descobrir informações que superficialmente não se encontra. “A *categorização* é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação, e em seguida, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos” (BARDIN, 2011[1977], p.147; grifo do autor). No entanto, antes é necessário darmos algumas informações sobre como é a situação vivida pelas afroempreendedoras, uma vez que são a maioria feminina e negra nas ocupações informais e precarizadas.

Hoje, no Brasil, as mulheres negras correspondem a 17% dos(as) empreendedores(as) do país e ganham menos do que todos os outros grupos; entre as mulheres que correspondem aos 49% das empreendedoras, 21% delas tem CNPJ, o que significa que menos da metade tem um registro formal de seus negócios (REDAÇÃO, 2019b). Esses dados são resultados das condições históricas que as mulheres negras estiveram submetidas, assim, elas são maioria no trabalho doméstico e quase não fizeram parte do processo de industrialização, conformando o grupo que ainda enfrenta grandes dificuldades no processo de busca por um trabalho formal.

A partir da análise do contexto estadunidense, Davis diz que:

A minúscula minoria de pessoas negras na mão de obra industrial quase não incluía mulheres, que permaneciam absolutamente excluídas das atividades industriais. De fato, a maioria da mão de obra negra, tanto masculina quanto feminina, ainda trabalhava na agricultura ou nos serviços domésticos. [...] De fato, as mulheres negras geralmente estavam presas por um grilhão triplo de opressão: ‘Toda desigualdade e limitações impostas à mulher branca estadunidense são agravadas mil vezes entre as

mulheres negras, triplamente exploradas- como negras, como trabalhadoras e como mulheres' (DAVIS, 2016[1981], p. 168-169).

Estruturalmente as mulheres negras são as mais vulneráveis a toda precarização, conforme disse Davis; são mulheres, negras e trabalhadoras, assim, todas as opressões mantenedoras dessa estrutura de desigualdade atravessam a existência delas. Em 2017 a diminuição da contratação de mulheres negras caiu de 32,2% para 30,5% (ACCARINI, 2018), gerando um aumento do contingente de mulheres negras no empreendedorismo. Para elas, empreender se torna a única forma de sobrevivência, entretanto, correspondem a 38% do total de quem recebe até meio salário (ACCARINI, 2018), o que significa dizer que a renda gerada pelo empreendedorismo é insuficiente para a reprodução delas e de sua família. Essas afroempreendedoras correspondem a 37,3% das chefes de família no Brasil (SEBRAE, 2015), por isso tendem a se desdobrar entre o cuidado com as crianças e com os mais velhos; sendo assim, empreender facilita essa dupla função.

Portanto, analisar a realidade das afroempreendedoras através das entrevistas coletadas na Feira Preta, além das análises de teorias e dados estatísticos sobre a relação da população negra com o mundo do trabalho, foi a síntese de todo o diálogo que construímos ao longo do texto. E, embora as análises estejam separadas em três categorias, isso não significa que as discussões não se convirjam, mas que, dessa maneira, podemos visualizar e entender como uma condição determina a outra, e que nenhuma delas é mais ou menos importante.

#### 4.3.1. Classe: o senso de coletividade entre as(os) afroempreendedoras(es)

A questão da coletividade é extremamente forte entre os(as) afroempreendedores(as). Com as falas das entrevistadas perceberemos o quão eles veem na coletividade um agente importante para a consolidação de uma cultura autenticamente negra e com resgate ancestral, e que esses são fatores de fortalecimento do afroempreendedorismo. No entanto, não há nenhuma fala que simbolize essa coletividade como instrumento para superação do capitalismo como um ponto central para a liberação e emancipação real da penosa situação enfrentada pelos(as) afroempreendedores(as) e todo conjunto da classe trabalhadora. A 1ª entrevistada, W. S. diz que:

É, a gente tá nesse processo de ressignificação também, né?! Porque quando o afroempreendedorismo especificamente, é uma retomada de toda uma cultura que a gente não tinha acesso. Então, a forma de negociação que a gente tem de memória, é essa mais ocidentalizada. Então, estamos entrando nesse processo e redescobrimo as nossas raízes juntos, né?! Então, por isso que é tão importante movimentos de forma

coletiva. Que nem a gente tá aqui num espaço coletivo. Pra trabalhar a irmandade. Pra diminuir esse tom de competição, e mais de um consumismo mais sustentável (W.S., 2019).

Pela fala da entrevistada percebemos que o afroempreendedorismo não tem só o papel de garantir sobrevivência, mas também de realmente resgatar a cultura e ancestralidade da população negra brasileira que, como pudemos ver, através dos processos de embranquecimento acabaram sendo ofuscados. Embora ela fale da importância dos coletivos e da irmandade como forma de diminuir a competitividade, sabemos que a competitividade é inerente ao capitalismo e que, portanto, para superá-la, todo o conjunto da classe trabalhadora em uma ação coletiva teria que derrubar todo o aparato estrutural que compõe a competitividade; sendo assim, uma perspectiva anticapitalista é central ao combate a competitividade. A mesma entrevistada continua:

Então acho que a meta agora nesse momento, é a gente se projetar, enquanto comunidade, e aí aos poucos isso... Claro, cada um dentro do seu nicho, cada um com a sua proposta, vai se sobressaindo. Mas se... é a história do Ubuntu, né?! Nossa filosofia, né?! “Sou porque somos”. Somos unidos nesse caminho (W.S., 2019).

Nessa outra fala podemos ver a questão da comunidade também como um ponto central desde a perspectiva da coletividade e a importância do resgate ancestral da filosofia africana Ubuntu, no entanto, ainda que seja de extrema importância o resgate da nossa africanidade, atualmente alguns discursos dentem a não olhar para nossa realidade concreta, uma vez que adotam um discurso que só nossa raiz africana nos irá emancipar. Embora seja necessária para nossa identidade enquanto afrodescendentes a ressignificação do que é ser negro e negra, é necessário também uma perspectiva efetiva para determinarmos uma outrarealidade possível, onde nossas condições enquanto seres humanos não serão determinadas pelas estruturas coloniais burguesas.

Como a grande maioria da população brasileira, a 3ª entrevistada, M. D., revelou que começou trabalhar ainda muito jovem: “Entendi. É assim. Na realidade empreender eu já empreendo desde novinha, né?! Eu sempre tava fazendo alguma coisa de artesanato ou algo parecido e aí pra aumentar a minha fonte de renda eu comecei a fazer as bijuterias” (M.D., 2019). A fala dela ratifica uma estatística do PNAD que apresentamos no capítulo 4, em que 84% dos jovens negros começam a trabalhar antes dos 17 anos (PNAD, 2013 apud SEBRA, 2015, p.21), demonstrando que o ingresso precoce ao mundo do trabalho e a informalidade é a realidade de muitas crianças e adolescentes negros(as) no Brasil, na necessidade de ajudar suas famílias a complementarem suas rendas.

O aspecto que sobressaiu nas entrevistas foi a noção de coletivo, enquanto um aparato importante para promoção dos produtos e marca dos afroempreendedores. Os coletivos podem se materializar em espaços compartilhados que tendem a fortalecer, dar engajamento e visibilidade ao trabalho dos(as) afroempreendedores(as). A seguir apresentaremos as respostas da 2ª e 3ª entrevistadas quando são indagadas sobre a questão do coletivo, entretanto suas experiências são diferentes. A 3ª entrevistada disse que:

O coletivo ajuda na visibilidade, né?! O coletivo te ajuda em questão até financeira porque você divide um pouco, é?! Cada um ajuda um pouco no financeiro, até em estímulo, mesmo né?! Se você tá um pouco mais desanimado, vocês estando em um coletivo um fica injetando um pouco de força no outro. E o bacana de tá no coletivo é isso. E essa energia que flui entre a gente, essa troca, a troca de informações, a troca de experiências. Essas coisas assim (M.D., 2019).

No entanto, a 2ª entrevistada diz que:

Me juntei com uns amigos a um tempo atrás a gente tem um espaço colaborativo de negros, onde é a barbearia negra, é... desenvolvimento de roupas masculinas do povo preto, feminina também. E acabava sendo fácil, e há três meses atrás eu tava com esse espaço lá na comunidade, onde a gente chegou de manhã pra trabalhar tinham levado tudo. Roubaram tudo... tudo que a gente tinha, e meu, não tinha fonte nada pra gente poder recolocar, então por isso a gente tá no reinício, então é luta é persistência. Eu ainda hoje tenho que trabalhar fora pra complementar, mas eu não vou desistir do meu sonho. Me vejo mais pra frente tendo a minha loja. Esse é meu objetivo! (A.M., 2019).

Embora as duas façam parte de um coletivo, percebemos que a 3ª entrevistada tem uma estabilidade maior, porque, além de contar com o apoio e estímulo dos colegas empreendedores também pode contar com ajuda financeira; no entanto, a 2ª entrevistada e seus companheiros do espaço colaborativo ainda enfrentam dificuldades para se consolidarem de maneira a dar também um suporte financeiro. A 2ª entrevistada relata também que ainda não consegue viver somente do seu empreendimento, o que significa que além de estar em uma condição de superexploração no seu trabalho formal e submetida às tantas outras jornadas por ser mulher, ainda se desdobra em uma ocupação informal, na qual também não está isenta das dinâmicas da superexploração do trabalho.

A 6ª entrevistada reafirma a importância do fortalecimento através do coletivo, mas também de quem compra, o qual é uma das maneiras de fortalecimento não só dos afroempreendedores, assim como da cultura negra:

Ah, acho legal a gente se fortalecer sabe? enquanto pessoas negras, eu acho... porque assim já é difícil né?! A gente vende... eu vendo muito pras pessoas brancas não vou dizer que não, o público também é branco, sabe? mas eu acho legal a gente ter essa

conscientização de você fortalecer tanto o pequeno produtor, mas ainda assim o pequeno produtor negro, sabe? porque é difícil chegar, pra gente tudo é mais difícil chegar, tanto como empreendedor ou qualquer outra coisa, né?! a gente querendo ou não, nós somos podados em várias situações, então acho legal esse fortalecimento (B.R, 2019).

A partir da perspectiva da entrevistada, a coletividade não deveria acontecer só entre os afroempreendedores, mas entre toda a população negra a fim de ter um fortalecimento da comunidade como um todo, porque isso minimizaria os efeitos das várias dificuldades enfrentadas pela população negra. Também vender só para pessoas negras, não minimiza as dinâmicas racistas e classistas, não existe concretamente possibilidade de nos isolarmos do mundo em que vivemos, a nossa falta de acesso à terra, por exemplo, nos impossibilita de plantar e colher para consumo próprio, o que faz com que nossa sobrevivência de dependa de todo um conjunto de fatores concretos que já estão estabelecidos sistematicamente. Sendo assim pensando desde a própria divisão internacional do trabalho é impossível isolar-se.

Dessa maneira, identificamos também através da fala dela que a democracia racial que tanto foi impulsionada pela burguesia nacional a fim de encobrirem seu racismo, simplesmente nunca existiu, ela é falida. Portanto, a população negra desde sempre vem se fortalecendo enquanto um grupo que sempre esteve privado de direitos, e mesmo quando não, o racismo institucional parece para lembrar qual é o lugar a ser ocupado pela população negra sendo peça chave da desigualdade. No entanto, a resistência e o fortalecimento vêm contra essas dinâmicas, como relembramos em Laudelina de Melo Campo e Minervino de Oliveira, que foram pessoas comprometidas com a luta antirracista e anticapitalista, na qual nunca deixaram de fortalecer o poder popular e a dissolução de toda forma de opressão e exploração.

Palavras como capitalismo foram pronunciadas poucas vezes pelas entrevistadas, até mesmo quando indagadas sobre como o afroempreendedorismo lidava com o capitalismo e a maioria delas desviou do assunto, como são os casos da 1ª e 3ª entrevistada. A 1ª disse que:

É, a gente tá nesse processo de ressignificação também, né?! Porque quando o afroempreendedorismo especificamente, é uma retomada de toda uma cultura que a gente não tinha acesso. Então, a forma de negociação que a gente tem de memória, é essa mais ocidentalizada. Então, estamos entrando nesse processo e redescobrimo as nossas raízes juntos, né?! Então, por isso que é tão importante movimentos de forma coletiva. Que nem a gente tá aqui num espaço coletivo. Pra trabalhar a irmandade. Pra diminuir esse tom de competição, e mais de um consumismo mais sustentável. (W.S, 2019)

Já a 3ª disse:

Infelizmente tem uma onda agora da dita moda do ser afro, né?! Hoje em dia você encontra muitas pessoas brancas querendo usar as nossas roupas por ser afro, é bom porque ajuda. Economicamente nos ajuda muito, né?! E é ruim porque vê que são pessoas que num tão embasadas na cultura, não sabe nada da nossa cultura. O importante é que cada um de nós estude bastante, né?! De quem somos nós, de onde viemos, qual é o propósito? Nós temos que ter um propósito, as nossas roupas, as nossas peças tem que ter uma história, pra quando essas pessoas vieram comprar você não vender só a peça ou só a roupa; vender também toda uma história, uma simbologia pra que quando essa pessoa vá usar ela leve isso em diante. ((M.D., 2019)

Com essas respostas percebemos que, embora o passado condicione o que hoje vivemos isso não significa entender todas as suas determinações, no entanto, a 2ª entrevistada A.M. compreendeu melhor o sentido da pergunta:

É o sistema que nos mata, mas que também nos faz sobreviver, porque se você não viver através do capitalismo você não... tudo bem que a gente tem que ter é, como posso dizer? A gente não pode fazer nada que fuja da nossa... aí como que eu falo? Da nossa índole, do que a gente acredita que é correto, porém tem coisas que se a gente não adequar ao mercado a gente vai acabar perdendo. Infelizmente hoje pra gente conquistar algo é necessário o dinheiro, então o capitalismo acaba sendo necessário por isso. E a gente tá aqui nessa luta pra mostrar que a gente quer ter nosso espaço e que a gente pode chegar onde muitos brancos estão (A.M, 2019).

É muito interessante porque a entrevistada tem noção sobre a dimensão devastadora do sistema em que vivemos, no entanto, que é preciso se adequar, o que é uma discussão um tanto quanto apaziguadora para a luta de classe, que se opera a partir da insurgência contra o sistema, e que sendo assim, é preciso se apropriar das dinâmicas burguesas para nos mantermos em sobrevivência. A 5ª entrevistada ainda complementa ao falar sobre o futuro da sua marca:

Ah, eu vejo assim, minha marca mais consolidada, né?! porque é o que eu mais sonho e eu também quero, até brinco que eu quero salvar meus amigos desse mundo capitalista, né?! Que é ter um poder de venda maior pra eu também conseguir empregá-los e ter um salário mais justo, deles não perderem sua essência, porque geralmente eles tem que sair tem que tirar um dread, aí ou tem que fazer o cabelo liso ou tem que adequar um padrão desnecessário; então eu falo que a minha marca tem que ficar muito forte pra eu salvar todos os meus amigos (N.M, 2019).

A 5ª entrevistada, embora demonstre saber dos aspectos de desigualdade e preconceito que assolam a população negra através do sistema, traz a coletividade entre a população afrodescendente como um escape da lógica do trabalho formal onde a população negra precisa se embranquecer para fazer parte, e que a partir da coletividade entre negros e negras, seria possível cada um ser o que realmente é. E o afroempreendedorismo proporcionaria essa possibilidade de não negação do ser negro(a), no entanto, mantendo a linha tênue entre a oportunidade de “liberdade” empreendedora e exercer sua negritude de forma plena.

Não existe possibilidade de criar uma comunidade apartada das dinâmicas que baseiam esse sistema, infelizmente esse pensamento é uma “solução” simplista ao grande problema que nos assola, alguns poucos se reunirem em comunidade não será a solução, para milhares de pessoas negras que compõem os maiores índices de carceragem, de homicídios, de precarização do trabalho. É necessário ampliarmos o horizonte para uma solução a partir de toda base histórica que compõe as nossas condições hoje, negros não foram sempre seres humanos de segunda classe, mas foram constituídos como a partir de um processo histórico. Ainda que seja difícil é necessário abstrairmos ao máximo para compreendermos o que de fato movimenta nossa realidade.

#### 4.3.2. Racismo como categoria inerente à classe

Nesse trecho iremos analisar algumas falas das entrevistadas desde uma perspectiva de preconceitos raciais as quais são inerentes. Demonstrando de que maneira essas mulheres são atravessadas pelo racismo no mundo do trabalho, no qual elas mulheres negras são as mais preteridas e como o racismo foi um fator que as condicionaram ao empreendedorismo.

No último relato da entrevistada 5<sup>a</sup> vimos o quanto o embranquecimento atua de forma que para além das dinâmicas do racismo a questão também é classista, determinando que se a população negra quer estar em um trabalho formal com “estabilidade” e salário regulamentado é necessário embranquecer-se, entretanto se a pessoa quer exercer sua negritude – como se ela pudesse ser inerente – o espaço que lhe seria adequado seria o da informalidade, sem nenhum amparo estatal.

O relato da 3<sup>a</sup> entrevistada, M.D., é muito semelhante à grande maioria da população brasileira que através do processo de embranquecimento não se reconhecem como pessoas negras, no entanto, no caso dela, após passar por algumas dificuldades e se encontrar sem renda se reconheceu enquanto uma mulher negra:

Na realidade no mundo afro eu entrei depois da minha separação, eu estive casada durante 12 anos e eu vivia num mundo embranquecido, né?! O meu pai ele é português, não que ele tenha alguma coisa a ver com isso, mas de uma certa forma acaba tendo, então eu não me reconhecia como uma mulher negra. Então depois da separação por conta de não ter dinheiro pra fazer cabelo e tudo mais, eu fui começando a me identificar como uma mulher negra (M.D, 2019).

E continua dizendo que “o começo é muito complicado, depois que você entra a coisa vai fluindo; mas o começo ser mulher e ser negra e entrar no mercado e empreender hoje em dia com a crise, tá bem complicado; é uma persistência todos os dias. Todos os dias” (M.D.,

2019). O racismo e o embranquecimento a partir dele, se mostram tão cruéis que até quem descobre sua negritude após uma vida toda de não reconhecimento, sente as dinâmicas racistas desse sistema de exploração e subjugação, que sabe exatamente quem é negro e quem não é, e que, portanto, está sempre atento para atuar de maneira a obstaculizar a vida de quem não detém o aparato estatal.

No entanto, o racismo estrutural que é inerente à questão de classe que também rodeia essas mulheres, as quais são desacreditadas quando são indagadas, como declara a 2ª entrevistada: “‘Nossa, mas ela é a dona da loja?’ ‘Mas como assim?’ ‘Cê não trabalha pra alguém?’ ‘Cê não é vendedora?’ Então muita gente às vezes não dá crédito” (A.M., 2019). Pessoas brancas dificilmente são indagadas com descredito sobre alguma ocupação que exercem, porém, pessoas negras são, a todo momento, vistas com desconfiança sobre alguma posição ou local que ocupam, sendo assim, mais que ocupar todos espaços é necessário transformá-lo em conjunto com todos aqueles que visam superar as estruturas que baseiam as desigualdades.

Como podemos ver ao longo de todo esse trabalho, o racismo compõe nossa sociedade como um todo, dessa maneira, é necessário que nossas relações sociais não sejam vistas como separadas da questão racial, mas como estrutural e integrada, uma vez que o racismo é parte constituinte das relações que desenvolvidas nesse sistema, que ao criar o racismo desumanizou todo um povo, explorando, descaracterizando-os e extorquindo tudo que foi possível. Por isso, hoje, quando nós pessoas negras somos questionadas sobre quem somos e onde estamos, se expressa a estrutura racista a partir das construções colônias e do pós-abolição, como o mito da democracias racial por exemplo, que nada mais é do que o adormecimento da dívida histórica com a população negra.

A ascensão social através do afroempreendedorismo, não é algo que podemos ter como verídico, pois, como observamos na última fala, ser empreendedora e negra faz com que ela não atinja o patamar esperado. Como já demonstramos nesse trabalho, ser afroempreendedor(a) não é o mesmo que ser empreendedor(a), uma vez que não há nem mesmo uma categoria chamada “empreendedores brancos(a)”, já que eles(as) não são preteridos nenhuma área ou atividade, portanto, são vistos como empresários e donos de um grande empreendimento e, para além da questão instável e informal, não enfrentam na maioria das vezes nenhum outro empecilho, claro que se é uma empreendedora ela será afetada pelo machismo. No entanto, para o afroempreendedor a ascensão a partir do empreendimento não acontece na grande parte das vezes, primeiro porque assim como ele não é visto como um trabalhador(a) formal assalariado(a) ele também não é visto como um empreendedor(a) em

potencial. Sendo assim, poucos afroempreendedores conseguiram atingir algum prestígio, e mesmo assim não ficaram isentos de sofrerem com os estereótipos racistas.

A entrevistada com mais idade, E.A., com toda sua experiência, resistência e dificuldades, relata:

É, então eu na verdade, na verdade. Cê sabe, a gente sabe isso é de conhecimento geral, que o negro sempre para ele conseguir uma posição ele tem que ser três vezes, quatro vezes, mostrar quatro vezes mais pra que as pessoas realmente reconheçam o seu trabalho[...]eu sou um ser humano que deveria valer por isso, não pela minha cor da pele ou então porque eu tenho que mostrar que eu posso pra poder ser reconhecida, cê entendeu? Eu acho que não, porque por exemplo, você vê pessoas brancas e de outras raças também que às vezes elas não são nada, mas elas conseguem porque tem um rosto bonito, é o padrão cê tá entendendo?! Não existe isso, existe ser humano, daquilo de bom que ele pode dar, daquilo de bom que ele pode produzir, entendeu? sem ter isso; mas infelizmente é difícil, é difícil você tem realmente que provar que você é, que você pode, que você é uma pessoa legal, entendeu? E que cê tem que tá provando, sabe como é que é... sempre, e isso é triste; eu acho isso muito triste, entendeu? (E.A, 2019).

Esse relato escancara a dura realidade vivida pela população negra no Brasil, no qual suas relações sociais ainda estão constituídas de elementos coloniais escravagistas, que são base para a inferiorização do(a) negro(a). Contudo, enquanto classe trabalhadora, também enfrentam as relações de subordinação e exploração que são continuidade ao processo de escravização, não nos mesmos moldes, mas remodeladas. Sendo assim, nada importa além do fato de ser negro ou negra, e estar em uma estrutura na qual você é inferiorizado por ser quem é, e que, portanto, enquanto uma pessoa negra sofrer por ser negra ainda teremos que lutar. Nossa libertação se dará só a partir da comunhão com homens e mulheres, trabalhadores e trabalhadoras que, assim como nós, sofrem com as amarras do mesmo sistema que ceifa nossas vidas através da exploração e da opressão.

#### 4.3.3. Eu, mulher negra, e a constante informalidade/vulnerabilidade

Neste espaço vamos tentar entender melhor como é a experiência dessas mulheres com o afroempreendedorismo e com o mundo do trabalho. O preterimento das mulheres negras no mercado de trabalho é um fato, num país onde até os dias de hoje não somos vistas como pessoas capazes de estar em determinados cargos, em detrimento da construção colonial do que é ser mulher negra. A 4ª entrevistada, E. A., relata bem o que ela passava há cerca de 40 anos atrás:

Eu quantas e quantas vezes quando era jovem eu ia fazer... pleitear emprego em escritório essas coisas assim, eu já tinha diploma na mão, formada e por eu ser negra as vezes tava só eu de negra e tinha três quatro loiras, morenas assim; aí depois, “muito bem, depois a gente liga”, e não ligavam, simplesmente isso; e eu qualificada, porque eu conversando na sala de espera lá tinha umas que não tinham diploma e eu era diplomada entendeu? e não era chamada (E.A., 2019).

Esse relato é perceptivelmente atual quando analisamos que mulheres negras são as que mais ocupam os trabalhos informais e, ainda, que todo conjunto da classe trabalhadora negra enfrenta dificuldades de inserção no mercado formal, por isso buscam inúmeras maneiras de sobrevivência através da informalidade, mesmo tendo qualificação profissional. No entanto, esse fato também nos remete ao exposto no subtítulo 3.1, quando em um anúncio de jornal dos anos 50, buscam por empregada doméstica e expressam que “prefere-se portuguesa” ou “prefere-se branca”; ou seja, desde aquela época a população negra nunca foi primeira opção, e nesse caso percebemos que nem mesmo no serviço doméstico, onde mulheres negras sempre foram maioria. Esses dois episódios retratam mais uma vez o preterimento da classe trabalhadora negra, no qual ser branco é o ápice de tudo que é aceitável e belo, o que dá continuidade à construção colonial do branco enquanto sujeito superior e inquestionável.

A 6ª entrevistada, B.R., relata situações de machismo ocorridas entre os próprios afroempreendedores, o que revela que embora sejam a maior parte dos afroempreendedores, as mulheres ainda são vítimas de preconceito de gênero nesse espaço:

[...]e esse ano eu tentei montar um espaço, não era só meu, era com mais dois homens, né?! dois homens negros; não sei porque fiz isso na verdade, não por serem negros mas por serem homens, na real. É mais assim, o quanto é difícil a mulher ter voz dentro até desses espaços onde os homens, né?! dizem que não são, mas são muito machistas, então o quanto a gente tem que gritar, sabe? e forçar pra você poder ser entendida e ponto [...] Então tipo... e por serem também homens negros, então tipo... foi num momento assim que eu vi que o quanto é difícil ser mulher, ser preta e empreendedora também, sabe? porque ao mesmo ponto que as pessoas te elogiam pra caramba e veem como o seu produto é legal, elas também não te valorizam e muitas vezes elas também não te fortalecem, sabe? (B.R., 2019).

Ser mulher e estar num espaço de vulnerabilidade no qual haja, sim, uma competitividade, uma vez que para a nossa sociedade patriarcal homens não podem “ser menos” que as mulheres. É necessário, então, atentarmos para as questões de gênero, não à parte, mas como centrais nas nossas reivindicações de superação. Sendo assim, esse relato demonstra que, embora o ar de comunidade permeie esses espaços coletivos, entre os afroempreendedores as mulheres não estão inerentes a sofrerem com o machismo; contudo, é necessário revisar como está posto o senso de comunidade no seio do afroempreendedorismo, uma vez que de nada adianta ser coletivo se ele der continuidade à estrutura patriarcal do capitalismo; por isso a

superação do capitalismo é tão importante já que tem como horizonte a superação de todas as maneiras de desigualdade.

Assim, como esclarecemos no princípio das análises, as três categorias são parte integrante de uma mesma condição e que, portanto, devem ser superadas por todo o conjunto da classe trabalhadora. A fala da 2ª entrevistada, A.M., jovem e periférica, ao discorrer um pouco sobre sua trajetória como afroempreendedora, comporta todas as três categorias, ao falar sobre a dificuldade de ser mulher, negra e empreendedora, que após anos de empreitada ainda enfrenta dificuldades:

Olha, vou falar pra você que não é fácil, eu já tô há seis anos tentando trabalhar só com roupa e até hoje eu não consegui... porque a gente tem um é ... um público. Mas aí, como eu posso te dizer? Eu vou falar por mim. Eu mulher negra, da comunidade, zona leste, então tipo, nada foi fácil, dinheiro nunca veio de ninguém. Então, tudo que eu conquistei foi através de mim mesma e tipo... A gente não tem aquele apoio de: “Ah, se quebrar ou se der algo errado vai ter alguém ali pra te socorrer” (A.M, 2019).

Nada para a população negra é fácil, é preciso, a todo momento, resistir e ser forte e, ainda que características como essas sejam louváveis no modelo econômico liberal que vivemos, a construção da pessoa negra como forte e resistente a tudo é uma das marcas coloniais mais severas, na qual não há empatia e compaixão em relação à situação vivida pela população negra. Portanto, é necessário avistarmos um horizonte onde a população negra já não tenha que resistir e os negros possam ser quem são, sem nenhuma amarra colonial racista, e que essas se tornem anacrônicas. No entanto, ainda há muito que resistir, pois o simples fato de existir é um ato de resistência contra um sistema que tenta todos dias contra a vida da população negra.

Ser mulher e negra nessa sociedade classista e patriarcal é um tanto quanto difícil, onde, por mais que se atravesse diversas barreiras, isso não significará que elas não irão nos afetar mais. Infelizmente no sistema em vivemos, desigualdade, opressão e subordinação são parte constituintes dele, além da exploração, portanto não há possibilidade de emancipação sem a derrocada da estrutura que mantém nossa sociedade.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não existe a possibilidade de, no mundo em que vivemos, pensar raça, classe e gênero como fenômenos separados. O que pudemos perceber ao longo de todo o trabalho foi que essas são determinações que andam juntas, e que nenhuma delas tem peso maior que a outra; sendo assim, a maneira como cada uma delas se dá na vida de cada pessoa, é o resultado das condições histórico-sociais que constituem o sistema desigual que vivemos.

Com o desenrolar da pesquisa pudemos vislumbrar que o problema proposto era capaz de ser solucionado; portanto, conseguimos demonstrar que a socialização da população negra ex-escravizada, permeada pelo o mito da democracia racial, eugenia, miscigenação e ascensão social, condicionou o desenvolvimento da população como não trabalhadora formal assalariada e, através de dados dos anos 70 e 80, observamos que conseqüentemente a população negra descendente ainda encontrava obstáculos para se formalizar, e, embora alguns conseguissem, os descendentes dos que vieram substituir a mão de obra negra eram os protagonistas em todas as ocupações em que era indispensável formação técnica e prestígio.

Sendo assim, consideramos que a classe trabalhadora negra se constituiu na informalidade e que, portanto, isso determinou que sua não ascensão social, no entanto isso faz jus à ideia falida de que éramos todos iguais. Assim, a escravização, o racismo e o empobrecimento são condições sociais concretas de acumulação de capital, que se materializam pela marginalização e desumanização de um povo, que sofre com as construções históricas e que agora o empreendedorismo é mais uma dessas marcas históricas que perpassam a população negra.

Algo que se não se pensou antes de começar a pesquisa foi a importância de demonstrar que, embora a população negra seja atingida por aparatos que tendem a desumanizá-los em todos os sentidos do humano, sempre houve resistência. Histórias como as de Laudelina e Minervino são a materialização do combate a toda forma de opressão e exploração vivida pela população negra; e até mesmo o afroempreendedorismo, ainda que seja uma das tantas armadilhas do capital contra os trabalhadores(as), é resistência, porque, na sociedade embranquecida que vivemos, ter espaços de divulgação e fortalecimento da negritude são importantes para a identidade do povo preto.

Mesmo após décadas após a abolição ter acontecido, pessoas negras ainda viviam em condições de escravizadas, dessa maneira podemos concluir que a sociedade de classes no Brasil foi constituída sem a presença da população negra, onde esses não foram sujeitos agentes participantes do novo cenário político, econômico e social da época, não tendo nem mesmo a

oportunidade de vender sua força de trabalho por um salário, já que a mão de obra branca empobrecida estabeleceu-se como os trabalhadores em potencial. Dessa maneira, a população negra ocupou todas as atividades que não tinham nenhum prestígio social e que eram marginalizadas pelos trabalhadores imigrantes. Portanto, compreendemos essa socialização determinou para que a população negra se constituísse como uma classe trabalhadora não formal assalariada.

As resistências de Minervino e Laudelina nos inspiram a lutar por toda a opressão e exploração capitalista, uma vez que ela é inerente à condição da pessoa negra e que, a partir da articulação entre todo o conjunto da classe operária, seremos capazes de ultrapassar essa realidade. Assim, o período da reestruturação produtiva foi o momento de hegemonização da precarização e da informalidade, isso porque a relação da população negra com o mundo do trabalho já estava constituída dessa maneira, então, a partir daquele momento a população negra teve de compartilhar a informalidade com o seu “adversário” do trabalho formal.

Elementos da superexploração do trabalho que também atravessam todo o conjunto da classe trabalhadora, dificultaram a reprodução da força de trabalho da população negra, uma vez que esses(as) trabalhadores(as) não foram socializados enquanto mão de obra em potencial para compor a classe trabalhadora assalariada no Brasil, que também é atingida pela superexploração; porém, os trabalhadores brancos não são vistos como a última opção.

Assim, embora o empreendedorismo faça parte do conjunto ocupações informais e precarizadas, a população branca não o vê só como maneira de sobrevivência, como acontece com a população negra, mas que, para os empreendedores brancos o empreendedorismo significa ascensão social, onde ter o próprio negócio é o auge dessa ascensão. No entanto, para a população negra, o afroempreendedorismo significa puramente sobrevivência e resistência da cultura afro, assim, se submetem a ele porque ainda enfrentam o preterimento enquanto trabalhadores formais.

Conseguimos obter as entrevistas como complementares à pesquisa e nelas, assim como identificamos nas bibliografias e dados, as mulheres são maioria nas ocupações informais e são, também, o maior contingente entre todo o conjunto de empreendedores e empreendedoras no Brasil. Nas entrevistas e observações na Feira Preta, percebemos o grande senso de coletividade que há entre a maioria dos comerciantes, e que isso é uma característica particular das afroempreendedoras.

No entanto, com as entrevistas percebemos que essas mulheres não estão isentas de sofrerem machismo por parte dos colegas nos espaços coletivos; e que, embora todas as entrevistadas transmitissem a coletividade, as estruturas que baseiam o capitalismo ainda

constituem esses espaços de uma ou outra forma. O que é óbvio, uma vez que essas estruturas são sistêmicas, no entanto é preciso atentarmos as questões de classe e de gênero também como um obstáculo a ser superado já que eles também constituem o racismo.

Quando fomos a campo não imaginávamos que a questão da coletividade apareceria, e que ela seria uma categoria de análise, entretanto, sabemos que essa coletividade é fruto de um processo também histórico no qual a população negra escravizada se coletivizava para se protegerem e resistirem, como é o caso dos quilombos. E, embora aqui não tenhamos abordado essa perspectiva, sabemos a quão rica é para um estudo futuro tendo os quilombos como peça principal para entendermos, não só a coletividade, como também a economia solidária e os bancos solidários, que também circulam bastante no meio do afroempreendedorismo.

O trabalho foi feito no período da pandemia da COVID-19, e embora estivéssemos acompanhando startups, coletivos e redes de apoio dos afroempreendedores, destacamos aqui nosso conhecimento do fato e que esse momento será analisado em uma pesquisa futura.

No começo da pesquisa pensamos trabalhar a questão do Black Money, que até fez parte das entrevistas, no entanto, logo depois decidimos que ele seria uma pesquisa para o futuro, pois acreditamos que seria interessante debater o Black Money juntamente com os conceitos de acumulação primitiva de capital e acumulação flexível, e assim também aprofundarmos o debate a partir da divisão internacional do trabalho.

Sendo assim, acreditamos que esse trabalho tenha contribuído para termos esperança em uma real emancipação da população negra, que ainda enfrentam inúmeras violências, mesmo após 130 anos da abolição, que tinha como intuito dar-lhes liberdade. Portanto, é somente através da derrocada de todo o sistema patriarcal, racista e burguês que será possível que mulheres e homens, negras e negros, e todo o conjunto da classe trabalhadora, cada um com suas contradições, determinem outra realidade concreta.

## REFERÊNCIAS

- ACCARINI, A. Mulheres negras sofrem mais com trabalho precário e falta de investimentos. **CUT**, 2018. Disponível em: <<https://www.cut.org.br/noticias/tres-anos-de-perdas-e-retrocessos-para-as-mulheres-d94a>>. Acesso em: 26 Outubro 2020.
- ALMEIDA, S. **O que é o racismo estrutural ?** Belo Horizonte: Feminismos Plurais, 2018.
- ALVES, G. **O Novo (e precário) Mundo do Trabalho**. [S.l.]: Boitempo, 2000.
- ALVES, M. A.; TAVARES, M. A. A dupla face da informalidade do trabalho: “autonomia” ou precarização. In: ANTUNES, R. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil** São Paulo: Boitempo, 2006. p. 425-444.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. Campinas: Boitempo, 1999.
- \_\_\_\_\_. **Adeus ao trabalho?** Campinas: Cortez, 2006.
- ARANDIA, A. K. O Mercado de Trabalho Frente à Crise dos Anos 80 e aos Planos de Estabilização. **Indicadores Econômicos FEE**, 1991. 148-164.
- ARAÚJO, A.; LOMBARDI, M. Trabalho informal, gênero e raça no Brasil do início do século XXI. **Cad. Pesqui**, São Paulo, Agosto 2013. 452-477.
- ATLÂNTICO NEGRO NA ROTA DOS ORIXÁS. Direção: Renato Barbieri. Produção: Ministério da Cultura - FNC; GDF - SCE, *et al.* [S.l.]: [s.n.]. 1998.
- BAOBÁ. O Empreendedorismo Negro é um dos Caminhos. **Baobá**, 2017. Disponível em: <<https://baoba.org.br/o-empreendedorismo-negro-e-um-dos-caminhos/>>. Acesso em: 31 outubro 2020.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Almedina Brasil, 2011[1977].
- BATISTA, V. População negra movimentada R\$ 1,7 trilhão no Brasil, revela pesquisa do Instituto Locomotiva. **Correio Braziliense**, 2018. Disponível em: <<https://blogs.correio braziliense.com.br/servidor/populacao-negra-movimentada-r-17-trilhao-no-brasil-revela-pesquisa-do-instituto-locomotiva/>>. Acesso em: 26 Outubro 2020
- BATTHYÁNY, K; CABRERA, M. *Metodología de investigación en ciencias sociales*. Uruguay: Las autoras, 2011.
- BEDIN, G.; NIELSSON, J. A crise da década de 1970: observações sobre as ideias neoliberais e suas consequências. **SCIELO**, Ponta Grossa, p. 27-41, 2013.
- BERREDO, L. Olha o que os livros ensinavam sobre diferenças raciais aos nossos avós. **Rodínia**, 2017. Disponível em: <<http://rodinia.com.br/olha-o-que-os-livros-ensinavam-sobre-diferencas-raciais-aos-nossos-avos/>>. Acesso em: Julho 2020.
- BIFF, M. et al. Empreendedorismo e Inovação: o perfil da América Latina. **Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales**, Junho 2017.
- BOEHM, C. Negros enfrentam mais dificuldades que brancos no mercado de trabalho, diz MPT. **Agênda Brasil**, 2017. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-11/negros-enfrentam-mais-dificuldades-que-negros-no-mercado-de-trabalho-diz-mpt>>. Acesso em: 26 Outubro 2020.
- BONINO, R. Sacola Brasileira. **Comidas de rua do passado**, 2015. Disponível em: <<http://sacolabrasileira.com.br/2015/06/15/comida-de-rua-do-passado/>>. Acesso em: 24 Outubro 2020.

BOUNICORE, A. Minervino de Oliveira: um operário negro para presidência do Brasil. **PORTAL GELEDÉS**, 2010. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/minervino-de-oliveira-um-operario-negro-para-presidencia-do-brasil/>>. Acesso em: 14 Outubro 2020.

BRASIL. Código Penal dos Estados Unidos do Brasil. **Casa Civil**, 1890. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1851-1899/d847.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d847.htm)>. Acesso em: 4 Agosto 2020.

\_\_\_\_\_. Constituição da República do Estados Unidos do Brasil. **Constituição da República do Estados Unidos do Brasil**, 1934. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm)>. Acesso em: 8 Agosto 2020.

\_\_\_\_\_. Constituição da República Federativa do Brasil. **Constituição Federativa da República do Brasil de 1988**, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 1 Novembro 2020.

CARNEIRO, S. Gênero, raça e ascensão social. **Revista Estudos Feministas**, Rio Janeiro, 1995.

CÉSAIRE, A. **Discurso sobre o colonialismo**. Lisboa: [s.n.], 1978.

CHAVES, R. Propagandas são um termômetro para medir nossa evolução social. **GZH Almanaque**, 2020. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/cultura-e-lazer/almanaque/noticia/2020/02/propagandas-sao-um-termometro-para-medir-nossa-evolucao-social-ck6moaioz0jb901qd5a8k1v52.html>>. Acesso em: 2 outubro 2020.

DAVIS, Â. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016[1981].

DOMINGUES, P. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, p. 100-122, Março 2007.

\_\_\_\_\_. MINERVINO DE OLIVEIRA: UM NEGRO COMUNISTA. **Lua Nova**, São Paulo, p. 13-51, 2017.

ECONOMIA. As dificuldades do empreendedorismo negro no Brasil. **Revista Economia**, 2019. Disponível em: <<http://revistaeconomia.com.br/as-dificuldades-do-empreendedorismo-negro-no-brasil/>>. Acesso em: 26 Outubro 2020.

ENGELS, F. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1964.

FANON, F. **Pele negra máscaras brancas**. Salvador: EDUAFBA, 2008.

FEIRA PRETA. Disponível em: <<http://festivalfeirapreta.com.br>> Acesso em: 14 Novembro 2020

FERNANDES, F. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Difusão Européia no Livro, 1972.

\_\_\_\_\_. **A integração do negro na sociedade de classe - volume 1**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2008[1964].

\_\_\_\_\_. **O Significado do Protesto Negro**. 1989: [s.n.], v. 33, São Paulo.

FERREZ, M. Rio de fotografias. **IMS**, 17 Junho 2020. Disponível em: <<https://ims.com.br/2018/08/30/rio-de-fotografias/>>.

FLAESCHEN, H. Mulheres negras sofrem mais violência obstétrica. **ABRASCO**, 2020. Disponível em: <<https://www.abrasco.org.br/site/noticias/8m-mulheres-negras-sofrem-mais-violencia-obstetrica/45463/>>. Acesso em: 27 Outubro 2020

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: PAZ E TERRA, 1997[1970].

FRAZÃO, D. **Biografia de Jean- Baptiste Debret**. Recife: ebiografia, 2019. Disponível em: <[https://www.ebiografia.com/jean\\_baptiste\\_debret/](https://www.ebiografia.com/jean_baptiste_debret/)>. Acesso em 23 de Novembro 2020

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Campanhia Editora Nacional, 2005[1967].

GEM. **Empreendedorismo no Brasil 2019**. [S.l.]: [s.n.], 2019. 5-29 p.

GIOPPO, C. Eugenia: a higiene como estratégia de segregação. **Educar**, Curitiba, v. 12, p. 167-180, 1996.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, 1984.

**GOOGLE. Google Maps** website Disponível em:

<<https://www.google.com.br/maps/place/Memorial+da+América+Latina/@-23.5267648,-46.6664853,17z/data=!3m1!4b1!4m5!3m4!1s0x94ce57ff709da0b7:0x9f83551d08dba748!8m2!3d-23.5267697!4d-46.6642913>> Acesso: Novembro 2020

\_\_\_\_\_; HASENBALG, C. **Lugar do Negro**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1982.

HARVEY, D. **O NEOLIBERALISMO: histórias e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008[2005].

HERÓIS de todo mundo. **Acorda Cultura**, 2010. Disponível em:

<<http://antigo.acordacultura.org.br/herois/heroi/laudelina>>. Acesso em: 2 Outubro 2020.

IANNI, O. **Escravidão e Racismo**. São Paulo: [s.n.], 1978.

IBGE. Desigualdade por Cor e Raça no Brasil. **IBGE**, 2019.

ICONOGRÁFICA, E. B. O comércio ambulante no Brasil. **Brasileira Iconográfica**, 2017.

Disponível em: <<https://www.brasileiraiconografica.art.br/artigos/20154/o-comercio-ambulante-no-brasil>>. Acesso em: 24 Outubro 2020.

IPEA. Estudo do Ipea traça um perfil do trabalho doméstico no Brasil. **IPEA**, 2019. Disponível em: <[https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=35255&catid=10&Itemid=9](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35255&catid=10&Itemid=9)>. Acesso em: 6 Outubro 2020.

LAUDELINA, B. D. C. Quem foi a líder Laudelina de Campos Mello. **Blog da Casa Laudelina**.

Disponível em: <<https://casalaudelinadecamposmello.wordpress.com/quem-foi-a-lider-laudelina-de-campos-mello/>>. Acesso em: 5 outubro 2020.

LAUDELINA: Lutas e Conquistas. Produção: Museu da Cidade. [S.l.]: Muses da Imagem e do Som/MIS. 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=JYL2Ki8ItGg>>. Acesso em: 11 de Outubro 2020

LEVINO, J. Minervino de Oliveira, negro, operário, comunista! **Averdade**, 2018. Disponível em:

<<https://averdade.org.br/2018/05/minervino-oliveira-negro-operario-comunista/>>. Acesso em: 12 Outubro 2020.

\_\_\_\_\_. Laudelina de Campos Melo : Uma vida de luta contra a opressão tripla. **Averdade**, 2020.

Disponível em: <<https://averdade.org.br/2020/04/laudelina-de-campos-melo-uma-vida-de-luta-contra-a-opressao-tripla/>>. Acesso em: 10 Outubro 2020.

LEVY, M. S. F. O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872 a 1972). **CEDIP**, São Paulo, 1974. 49-90.

LUKÁCS, G. IL' Lavoro, **Ontologia dell'essere sociale**. Vol. II, versão italiana de Alberto Scarponi. Roma, Riuniti, 1981. Tradução de Ivo Tonet.

MARINGONI, G. História - O destino dos negros após a Abolição. **IPEA**, 2011. Disponível em:

<[https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&id=2673%3Acatid%3D28&Itemid=23](https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2673%3Acatid%3D28&Itemid=23)>. Acesso em: 4 agosto 2020.

MARINI, R. M. Dialética da Dependência. In: TRANSPADINI, R.; STEDILLE, J. **Ruy Mauro Marini: vida e obra.** [S.l.]: Expressão Popular, 1973[2005. p. 131-172.

MARX, K. **O Capital Livro 1.** São Paulo: Boitempo, 2013 [1867].

\_\_\_\_\_; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã.** São Paulo: [s.n.], 2007 [1845-46].

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. **Manifesto do Comunista.** São Paulo: Boitempo, 2017.[1848]

MATHIAS, L. O afro-empendedorismo e as novas perspectivas para o mercado. **Medium**, 2016. Disponível em: <<https://medium.com/clavedefapp/o-afro-empendedorismo-e-as-novas-perspectivas-para-o-mercado-52fe87069bd7>>. Acesso em: Novembro 2020.

MEIRA, R. Fatores de degeneração de nossa raça. **Annaes de Eugenia**, 1919.

MELLO, R. Portal Geledés. **Afroempreendedores revolucionam o ambiente de negócios brasileiro**, 2019. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/afroempreendedores-revolucionam-o-ambiente-de-negocios-brasileiro/>>. Acesso em: 2 Novembro 2020.

MELO, L. 60% dos negros dizem ter sofrido racismo no trabalho, aponta pesquisa. **G1**, 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/60-dos-negros-dizem-ter-sofrido-racismo-no-trabalho-aponta-pesquisa.ghtml>>. Acesso em: 26 Outubro 2020.

MERLINO, T. Um Estado que mata pretos, pobres e periféricos. **Fundação Rosa Luxemburgo**, São Paulo, 19 Outubro 2020

MNU. **Carta de Princípios.** Movimento Negro Unificado. [S.l.], p. 3. 1978.

\_\_\_\_\_. Movimento Negro Unificado. Direção: Amanda Kamanchek. Intérpretes: TV Alesp. [S.l.]: Cartografia dos Direitos Humanos de São Paulo. 2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=i9OKCzktSB0&t=14s>>. Acesso em: 3 Novembro 2020

\_\_\_\_\_. Direção: Amanda Kamanchek. Intérpretes: TV Alesp. [S.l.]: Cartografia dos Direitos Humanos de São Paulo. 2013.

MOURA, C. Escravidão, Colonialismo, Imperialismo e Racismo. **IBEA**, 1983.

\_\_\_\_\_. **Sociologia do Negro Brasileiro.** São Paulo: [s.n.], 1988.

\_\_\_\_\_. **História do negro brasileiro.** São Paulo: Série Princípios, 1992.

\_\_\_\_\_. **Dialética Radical do Negro Brasileiro.** São Paulo: [s.n.], 1994.

NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado.** Rio Janeiro: PAZ E TERRA, 1978.

NASCIMENTO, E. Afroempendedorismo como estratégia de inclusão socioeconômica. **III Seminário de Ciências Sociais -PGCS UFE**, Vitória, 12 a14 Novembro 2018. 1-19.

NASCIMENTO, S. Kilombu: Aplicativo para afro-empendedores já tem mais de mil downloads. **Mundo Negro**, 2016. Disponível em: <<https://mundonegro.inf.br/kilombu-aplicativo-para-afro-empendedores-ja-tem-mais-de-mil-downloads/>>. Acesso em: 2 Novembro 2020.

NATIVIDADE, P. 'Você estimula o afroempendedorismo quando reconhece a potência dele'. **Correios**, 2019. Disponível em: <<https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/voce-estimula-o-afroempendedorismo-quando-reconhece-a-potencia-dele/>>. Acesso em: 2 Novembro 2020.

O Boletim da Eugenia e a Imprensa. **Boletim da Eugenia**, Rio de Janeiro, v. I, n. 3, p. 3, Março 1929.

OLIVEIRA, L.; PORCARO, R.; ARAÚJO, T. **O Lugar do Negro na Força de Trabalho.** Rio de Janeiro: IBGE, 1985.

POIATO, W. Coluna Pagu: O Partido dos Panteras Negras, pincelada em seu pensamento. **Clio Operária**, 2019. Disponível em: <<https://www.cliooperaria.com.br/post/coluna-pagu-o-partido-dos-panteras-negras-pincelada-em-seu-pensamento>> Acesso: 23 Novembro 2020

PROJETO Brasil Afroempreendedor. **Instituto Adolpho Bauer**, 2013. Disponível em: <<http://www.institutoiab.org.br/projeto-brasil-afroempreendedor/>> Acesso: 2 Novembro 2020

REDAÇÃO. Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil: Pretos ou pardos recebem menos do que brancos independentemente do nível de instrução. **EcoDebate**, 2019. Disponível em: <<https://www.ecodebate.com.br/2019/11/14/desigualdades-sociais-por-cor-ou-raca-no-brasil-pretos-ou-pardos-recebem-menos-do-que-os-brancos-independentemente-do-nivel-de-instrucao/>>. Acesso em: 8 agosto 2020.

\_\_\_\_\_. Empreendedoras negras ganham menos, são menos escolarizadas e a maioria está na informalidade. **Sebrae**, 2019. Disponível em: <<https://www.sebrae.com.br/sites/asn/uf/NA/mulheres-negras-sao-metade-das-empreendedoras-brasileiras,5b8e4102eebcd610VgnVCM1000004c00210aRCRD>>. Acesso em: 26 Outubro 2020.

RONDÍNIA. Olha o que os livros ensinavam sobre diferenças raciais aos nossos avós. **Rodínia**, 2017. Disponível em: <<http://rodinia.com.br/olha-o-que-os-livros-ensinavam-sobre-diferencas-raciais-aos-nossos-avos/>>. Acesso em: Julho 2020.

ROSA, A. “Quando a Eugenia se distancia do Saneamento: as idéias de Renato Kehl e Octávio Domingues no Boletim da Eugenia(1929-1933)”. **Casa Oswaldo Cruz- FIOCRUZ**, Rio de Janeiro, 2005.

RUFINO, J. A Inserção do Negro e seus Dilemas. **Projeto Brasil 2020**, março 1999[1994].

SAFFIOTI, H. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 2001 [1987].

SANTOS, R. V. Mestiçagem, degeneração e a viabilidade de uma Nação: debates em Antropologia Física no Brasil(1870-1930). In: (ORG.), S. D. J. P. **Homo Brasilis: aspectos genéticos, linguísticos e socioantropológicos da formação do povo brasileiro**. São Paulo: [s.n.], 2002. p. 113-129.

SEBRAE. **OS DONOS DE NEGÓCIO NO BRASIL: ANÁLISE POR RAÇA/COR (2003-2013)**. Brasília: SEBRAE, 2015.

\_\_\_\_\_. Conheça o perfil dos MEI, os Microempreendedores Individuais, no Brasil. **Blog O Povo**, 2019. Disponível em: <<https://blogs.opovo.com.br/meunegocio/2019/09/06/conheca-o-perfil-dos-mei-os-microempreendedores-individuais-no-brasil/>>. Acesso em: 27 Outubro 2020.

SOCIOECONÔMICA, I. D. E. **Desigualdade por Cor e Raça no Brasil**, IBGE. [S.l.]: IBGE, 2019. 12 p.

SOTELO, A. **A REESTRUTURAÇÃO DO MUNDO DO TRABALHO: superexploração e novos paradigmas da organização do trabalho**. Uberlândia: EDUFU, 2009.

\_\_\_\_\_. **Precariado ou Proletariado**. [S.l.]: Práxis, 2016.

SOUZA, V. S. D. AS IDÉIAS EUGÊNICAS NO BRASIL: ciência, raça e projeto nacional no entre-guerras. **História em reflexão**, Dourados, 2012.

\_\_\_\_\_. A eugenia brasileira e suas conexões internacionais: uma análise a partir das controvérsias entre Renato Kehl e Edgard Roquette-Pinto, 1920-1930, Guarapuava, 2016.

STANDING, G. **O Precariado a Nova Classe Perigosa**. Belo Horizonte: Auteêntica, 2013.

VALE, G. Empreendedorismo Marginalidade e Estratificação Social. **Revista de Administração de Empresas REA**, São Paulo, v. 54, p. 310-310, 2014.

VANDERLEI SEBASTIÃO DE SOUZA; R. V. S. O Congresso Universal de Raças, Londres, 1911: contextos, temas e debates, BÉlem, 2012.

VITAL, S. Sobre sapatos, identidade e símbolos de liberdade. **Escola da Cidade**, 2017. Disponível em: <<http://www.ct-escoladacidade.org/condutas/editorias/escravismo-imagem-e-letra/sobre-sapatos-identidade-e-simbolos-de-liberdade/>>. Acesso em: 5 agosto 2020.

WILLIAMS, E. **Capitalismo e escravidão**. Rio de Janeiro: CEA, 1975[1944].

## APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS: PERGUNTAS SEMI-ESTRUTURADAS

- 1- Como e porque decidiu ser empreendedora? E qual foi sua trajetória profissional até aqui?
- 2- Para você existe alguma diferença em ser um empreendedor(a) branco(a) e ser um empreendedor(a) negro(a)? Se sim, qual?
- 3- Conhece o movimento *Black Money*? Se sim, o que acha sobre ele?
- 4- De que maneira o afroempreendedorismo e/ou movimento Black Money lida capitalismo? Considerando que ele é o modelo econômico vigente em nossa sociedade e que teve sua base a escravidão
- 5- De que maneira você acredita que afro empreendedorismo contribui para a luta antirracista?
- 6- O que você espera/planeja para seu futuro?

Perguntas que surgiram ao longo do campo:

- Qual a importância do coletivo?
- Como uma pequena afroempreendedora lida com as grandes empresas e marcas?
- Como é para uma autônoma ir para uma feira de afroempreendedores?
- Quais as dificuldades que enfrenta enquanto mulher negra e autônoma?
- Partindo de que a população negra tem dificuldades de ingressar no mercado de trabalho formal, ser afroempreendedor hoje é uma possibilidade melhor?
- Tem algum funcionário?